

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Wilson Roberto Batista

**Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas de Juventude:
A Atuação da Patrulha Juvenil de Garça**

MARÍLIA/SP

2009

Wilson Roberto Batista

**Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas de Juventude:
A Atuação da Patrulha Juvenil de Garça**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^o Doutor Paschoal Quaglio

MARÍLIA/SP

2009

Batista, Wilson Roberto.

B333p Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas para a Juventude: A Atuação da Patrulha Juvenil de Garça / Wilson Roberto Batista. – Marília, 2009.
141f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

Bibliografia: f. 136-140.

Orientador: Prof. Dr. Paschoal Quaglio.

1. Organizações não governamentais. 2. Políticas Públicas.
3. Juventude. 4. Patrulha Juvenil de Garça. 3. Autor. II.
Título.

CDD 320.6

Wilson Roberto Batista

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS
PÚBLICAS DE JUVENTUDE: A ATUAÇÃO DA PATRULHA JUVENIL
DE GARÇA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

Aprovada em: 27 de novembro de 2009.

Banca Examinadora:

Profº Drº Paschoal Quaglio - Unesp/Marília – (orientador)

Profª Drª Graziela Zambão Abdian Maia - Unesp/Marília

Profº Drº Wilson Sandano - Uniso/Sorocaba

DEDICATÓRIA

Felizmente, este trabalho encerra uma jornada de formação especial para mim, tanto acadêmica quanto intelectual, mas também humana.

Nesta jornada prazerosa, algumas pessoas foram extremamente importantes. Sem a dedicação, o esforço, os ensinamentos e o amor destas, jamais teria conquistado esta formação.

Minha mãe Onília e meu pai Geraldo, como fontes inesgotáveis de amor e crença. Eu os amo e tenho o maior orgulho de tê-los como meus primeiros professores. E agradeço pelos irmãos e irmãs que me proporcionaram como colegas de classe.

Minha queridíssima companheira de lutas e conquistas, Edilaine, que na sua condição de mulher também pode aprender neste caminho que percorremos juntos. Eu amo amar Você e obrigado pela força que nunca cessa!

Meus filhos César Henrique, Davi Biko, Miguel Banto e filha Camila Anahí, vocês me fazem mais crente, belo e muito mais conhecedor do amor. Minha vida lhes pertence.

Aos meus familiares, desde as mais idosas até os mais jovens, e também aqueles que nos esperam de perto, trago todos em meu coração, assim como meus amigos e amigas, que prefiro não nomeá-los, são tantos.

Por vocês e pela beleza que me há em todos os seres do planeta, acredito num outro mundo, em que a sabedoria, a comunhão fraterna e a justiça serão reais, verdadeiramente.

E por isto, mantenho firme minha esperança e convicção de que também faço parte da construção do mundo a que todos somos dignos.

Oxalá, que toda inspiração divina recaia sobre a humanidade e que ela possa reconhecer sua esplêndida essência!

Agradecimentos

Penso que na minha jornada de formação acadêmica ainda há muito que percorrer. Mas em relação ao que já avancei, encontrei pessoas maravilhosas que me apoiaram e estimularam de forma especial. A elas serei sempre grato.

Professor Paschoal Quaglio, mais que um orientador, com a oportunidade que me proporcionou você me propiciou estabelecer metas e projetos que buscarei incansavelmente.

Muito obrigado por acreditar em mim!

Também sou grato, aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Educação da Unesp/Marília, com os quais pude compartilhar minhas inquietações e aprender com suas experiências, meu muito obrigado!

Em especial, às professoras Graziela Maia e Hélia Sônia, que no exame de qualificação deste trabalho, me oportunizaram fazer da minha pesquisa, um estudo melhor elaborado e aos membros da banca examinadora na defesa, novamente, à Prof^ª Graziela e ao Prof^º Wilson Sandano.

Aos sempre prestativos funcionários e funcionárias da FFC da Unesp/Marília, tenho algo a lhes dizer: Bom trabalho!

Também, não poderia deixar de agradecer as amigas que desde o início deste trabalho foram solidárias e me auxiliaram em momentos de dificuldades de elaboração. Carinhosamente, Gisele e Lúcia.

Aos colegas de Programa, cujo respeito e cordialidade foram admiráveis.

Aos profissionais da DE de Marília, que encaminharam as questões relacionadas a Bolsa Mestrado, da Secretaria de Educação/SP, obrigado pela simpatia e atenção!

Por fim, mas não por último, às funcionárias da Patrulha Juvenil de Garça, que foram espetaculares e generosas no atendimento às minhas solicitações, guardo agradecimentos sinceros, bem como daqueles que colaboraram como fontes ou de outras formas com a realização desta pesquisa.

BATISTA, Wilson Roberto. **Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas para a Juventude: A Atuação da Patrulha Juvenil de Garça**, 2009, p.140. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Campus de Marília.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar aspectos particulares da atuação da Ong denominada Patrulha Juvenil de Garça no que tange à sua intervenção no âmbito das políticas públicas de juventude. A juventude enquanto segmento social relevante tende a impulsionar demandas específicas na educação, na saúde, no trabalho, na participação política, na cultura, no consumo, entre outras, cujo atendimento exige por parte do Estado e da sociedade civil uma ação que contemple essas demandas. Diante disto, o advento e a atualidade das denominadas Ongs, bem como os pressupostos políticos e ideológicos que as orientam são examinadas a partir da experiência da Ong objeto de estudo, em sua atuação recente. Os elementos para a realização da pesquisa são obtidos, primeiramente, através de uma pesquisa bibliográfica sobre as seguintes temáticas: políticas públicas de juventude e Ongs. Também foram adotados como procedimentos metodológicos, a pesquisa documental, observações de campo e entrevistas semi-estruturadas. As considerações acerca do papel da PJG resultaram contraditórias. Sua intervenção atua na lógica do enfraquecimento das políticas públicas de Estado, mas por outro lado a Ong movimenta ações por parte do próprio Estado. Por fim cabe enfatizar que as Ong, atua num reposicionamento da sociedade civil diante do Estado, pois ela existe em espaços onde o poder público está ausente ou presente de forma tímida.

Palavras-chave: Organizações não governamentais, Políticas públicas, Juventude, Patrulha Juvenil de Garça.

BATISTA, Wilson Roberto. **Organizations Non Government and Public Politics for the Youth**: The Performance of the Juvenile Patrol of Garça, 2009, p.140. Dissertation of Master's degree, University of Philosophy and Sciences. From São Paulo " State university Júlio of Mesquita Filho ". Campus of Marília.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze aspects peculiar of the performance of NGO denominated Juvenile Patrol of Garça in what it plays to your intervention in the ambit of youth's public politics. The youth while I segment social important it tends to impel specific demands in the education, in the health, in the work, in the political participation, in the culture, in the consumption, among other, whose attendance demands on the part of the State and of the civil society an action that contemplates those demands. Due to this, the coming and the present time of denominated NGOs, as well as the political and ideological presuppositions that guide they are them examined starting from the experience of NGO study object, in your recent performance. The elements for the accomplishment of the research are obtained, firstly, through a bibliographical research on the following ones thematic: youth's public politics and NGOs. They were also adopted as methodological procedures, the documental research, field observations and semi-structured interviews. The considerations concerning the paper of PJG resulted contradictory. Your intervention acts in the logic of the weakness of the public politics of State, but on the other hand NGO moves actions on the part of the own State. Finally it fits to emphasize that NGO, acts in a repositionament of the civil society before the State, because she exists in spaces where the public power is absent or present in a shy way.

Word-key: Organizations non government, Public politics, Youth, it Patrols Juvenile of Garça.

Lista de ilustrações e tabelas

Quadro 1 – Dados Referentes à Juventude Brasileira – IBGE (2000).....	39
Tabela 1 - Organizações associadas que possuem política de prestação de contas pública dos recursos recebidos (2004).....	59
Tabela 2 - Títulos conferidos pelo poder público que as organizações associadas à ABONG possuem (2004).....	60
Tabela 3 - Principal tipo de intervenção das organizações associadas à ABONG (2004).....	61
Tabela 4 - Principais áreas temáticas priorizadas pelas organizações associadas à ABONG (2004).....	62
Foto do prédio-sede da Patrulha Juvenil de Garça (2009).....	69
Quadro 2 - Ações da PJG em números (2000).....	73
Quadro 3 - Ações da PJG em números (2001).....	74
Quadro 4 - Ações da PJG em números (2002).....	75
Quadro 5 - Ações da PJG em números (2003).....	76
Quadro 6 - Dados Financeiros da PJG (2003).....	77
Quadro 7- Números da PJG, antes e depois da adoção da “Lei do Aprendiz” (2004).....	78
Quadro 8 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2005).....	81
Quadro 9 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2006).....	81
Quadro 10 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2007).....	82

Relação de siglas e abreviaturas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COMAS- Conselho Municipal de Assistência Social

Condeca – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Condicra – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DRADS – Diretoria Regional da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ETE – Escola Técnica Estadual

Fatec – Faculdade de Tecnologia

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIJ – Organização Internacional da Juventude

OMS – Organização Mundial da Saúde

Ong – Organização Não Governamental

Ongs– Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PJG – Patrulha Juvenil de Garça

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Sebrae- Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	26
1.1. As Políticas Públicas na Conjuntura Neoliberal e no contexto da reforma do Estado no Brasil.....	26
1.2. As Políticas Públicas de Juventude.....	32
2 – AS ONGs	48
2.1. O advento das Ongs no cenário internacional.....	48
2.2. O advento das Ongs no cenário brasileiro e no atual contexto da sociedade brasileira.....	52
3 – A PATRULHA JUVENIL DE GARÇA	65
3.1. Pjg: origem e trajetória segundo seu livro atam.....	65
3.1.1. O município de Garça.....	66
3.1.2. Pjg segundo seu livro ata.....	67
3.1.3. Pjg: documentos institucionais.....	84
3.2. A Pjg e sua atuação segundo seus atores.....	90
3.2.1. Os cursos.....	90
3.2.2. As entrevistas.....	102
3.3. Pjg: tempos atuais.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS (em CD)	140

INTRODUÇÃO

Localizo, apontando a origem e a delimitação do problema, a motivação em estudar questões relacionadas à juventude como fruto da minha experiência profissional como professor da educação básica do ensino fundamental II (jovens de 11 a 14 anos que cursam da 5ª à 8ª série) e do ensino médio (jovens de 15 a 17 anos que cursam as três séries deste nível de ensino), ambos de forma geral.

O interesse em empreender esforços num maior entendimento da temática juventude e das políticas públicas dirigidas a este segmento social e ainda a compreensão da relevância deste mesmo segmento no panorama nacional, mais recentemente, despertaram-me para uma disciplina de elaboração acerca dos mesmos.

Outra motivação a respeito deste estudo origina-se da observação face às estatísticas que apontam para o registro de que o Brasil atualmente reúne o maior contingente de jovens de sua história. São mais de 65 milhões de jovens entre 10 e 29 anos. Aproximadamente 40% da população total do país, segundo dados do IBGE de 2000.

Este contingente populacional, extremamente significativo, tende a criar no âmbito da sociedade uma pressão social por direitos e demandas nas áreas de educação, assistência à saúde, emprego, cultura, lazer, participação política, consumo, entre outras.

Diante disto, Estado e sociedade se colocam como agentes privilegiados no atendimento das demandas e direitos sociais dos jovens e pela construção de políticas públicas, entendidas para além de políticas estatais, vistas como políticas públicas de juventude capazes de enfrentar os desafios em assegurar a este segmento social uma condição de cidadania na conjuntura brasileira atual.

A forma como as políticas públicas de juventude são evidenciadas no Brasil, quais trajetórias trilharam em sua constituição e como em determinadas situações estas políticas são desenvolvidas por agentes da sociedade civil, são elementos deste estudo.

Cabe ressaltar que à sociedade civil não é atribuída nenhum caráter idealizado. Ela esta compreendida numa conjuntura histórica particular, da qual ela é também uma construção e esta envolvida por interesses gerais e particulares.

O ponto de partida deste estudo esta em aspectos presentes no município de Garça, localizado no centro oeste paulista. Fundada em 4 de outubro de 1924, com cerca de 42 mil habitantes segundo dados do IBGE de 2000, tem sua população na faixa etária entre 10 e 29 anos composta por 36% do total, dados semelhantes aos registrados no país percentualmente.

Desde a década de 1980 o município tem potencializado suas atividades econômicas, sobretudo no setor industrial, na área eletro-eletrônica, se tornando pólo de desenvolvimento deste setor.

Segundo dados de 2006 do IBGE, seu produto interno bruto per capita é de R\$ 10.308,00.

Contudo, a taxa de incidência de pobreza é de 26,26% (IBGE, 2000) e de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade sem rendimento em 2001 é de 11.830 habitantes, ou seja, 28% aproximadamente.

Uma síntese da história do município reunindo outras informações sobre Garça é apresentada no capítulo 3.

Nestas circunstâncias, o aspecto enfatizado por este trabalho compreende a intervenção da sociedade civil no tocante às políticas públicas voltadas à juventude.

A atuação da Ong denominada Patrulha Juvenil de Garça, cuja origem remonta à segunda metade da década de 1970, é o objeto de estudo privilegiado neste trabalho.

O critério que corrobora com a escolha da Ong como objeto de estudo é o fato de que uma parcela considerável dos jovens estudantes de escolas públicas no município garcense participa das atividades desenvolvidas pela mesma.

São cerca de 400 jovens atualmente, o que compreende algo em torno de 16,5% do total de jovens entre 15 e 17 anos de idade, faixa etária privilegiada pela Ong.

A PJG tem como seu principal objetivo a inclusão de jovens adolescentes entre 15 e 17 anos no mercado de trabalho na condição de aprendizes.

As ações educativas e profissionalizantes executadas pela Ong estão fundamentadas na “lei do aprendiz”¹, uma vez que as mesmas são entendidas como ações que efetivam políticas públicas.

Muito em razão disto as elaborações sobre a problemática em análise, no caso as organizações não governamentais e as políticas públicas de juventude, não podem ignorar a conjuntura política e social mais ampla.

Esta conjuntura possibilita que a reflexão acerca do papel desempenhado pela PJG, ou seja, sua atuação como Ong frente ao processo de reforma do Estado, seja focalizada como problemática no âmbito das políticas públicas de juventude.

No atual cenário internacional, reconhecidamente mundializado, é observada uma hegemonia da doutrina neoliberal.

¹ Lei federal nº 10.097/00.

Esta doutrina política de gerenciamento do aparelho estatal que tendo sido adotado por governos de inúmeros países, cada um de forma particular, tem preservado seus fundamentos nas últimas três décadas.

Este modelo político é caracterizado pela transferência de responsabilidades e diminuição do papel do Estado frente às demandas sociais em geral e, principalmente, diante das demandas dos segmentos majoritários da sociedade.

Esta diretriz ideológica não só tem implicado na reformulação do papel institucional e político do Estado, como também tem provocado uma reconfiguração do perfil social e político da própria sociedade.

O neoliberalismo, que adquire hegemonia mundial ao longo da década de 1990, tendo suas origens mais recentes nas décadas de 1970 e 1980, aciona uma reestruturação nos vários níveis da ação estatal, seja na formulação de políticas, na execução ou na avaliação de suas intervenções.

Diante deste quadro, o mercado surge como ator privilegiado na interlocução com o Estado.

Em decorrência disto, suas demandas são priorizadas pelos governos de forma hierárquica, em detrimento dos interesses públicos dos setores majoritários.

Em certas ocasiões, os interesses do Estado e do mercado se confundem, assim como em outras estes se relacionam numa cumplicidade bastante peculiar.

O neoliberalismo traz também como consequência uma renovação de traços da sociedade civil.

Ora tida de forma passiva quando da priorização das políticas públicas destinadas aos setores majoritários, uma vez que suas prerrogativas são subordinadas à lógica neoliberal que compreende a lógica do mercado.

Ora, por outro lado, também considerada em certa potencialidade quando pensada como personagem relevante da dinâmica social, participante dos encaminhamentos políticos postos em ação.

Neste contexto, é transferida de forma estratégica à sociedade, aplicando os meios disponíveis com vista à consecução de objetivo específico (diminuição do papel do Estado neste caso), a responsabilidade em atender as demandas dos segmentos majoritários e o comprometimento pela busca de soluções para os problemas que lhes são impingidos.

Para tanto, o Estado passa a fomentar junto às denominadas organizações não governamentais (Ongs), conhecidas como entidades do chamado terceiro setor, os meios de minimização e/ou solução dos desequilíbrios sociais que se processam no interior da sociedade.

No caso brasileiro, em fins dos anos de 1980 e início da década de 1990, as Ongs assumem predominantemente uma política institucional.

Assim as Ongs passam a atuar junto aos poderes públicos e empresariais, redefinindo seu papel institucional, outrora identificado na resistência e defesa dos direitos civis básicos como a liberdade de expressão ou os direitos das mulheres e populações marginalizadas, incorporando um perfil empresarial em sua dinâmica.

De qualquer forma, este novo perfil preponderante nas Ongs tem mobilizado, cada vez mais, críticas quanto ao seu papel por setores organizados que em sua constituição e atuação constituem-se com um perfil distinto destas.

Um exemplo destas últimas são as organizações e movimentos sociais que estão engajados no confronto por justiça social e ampliação da cidadania.

A maior ilustração da distinção mencionada é manifestada pela atuação da ABONG, que congrega somente Ongs com perfil não empresarial.

Feito este esboço do panorama em que as Ongs estão colocadas e retomando a caracterização da PJG, objeto de estudo da pesquisa, destacaria o fato de que desde a sua criação na segunda metade da década de 1970 houve uma alteração na hierarquia de seus objetivos.

No início de sua trajetória era priorizado o “acompanhamento” da formação dos jovens para distanciá-los da ociosidade, das drogas e da criminalidade, pois há de se considerar o período de seu surgimento em que se vivia no Brasil um regime de exceção, que permeava a sociedade de um patrulhamento ideológico e social, característico de uma realidade em que os direitos civis estão cerceados.

Atualmente seu foco principal é a inclusão de jovens no mercado de trabalho. Por isso o treinamento técnico-profissional oferecido pela Ong em algumas áreas específicas (administração, prestação de serviços e eletroeletrônica, por exemplo), esta sintonizado com a

dinâmica do arranjo produtivo local, sobretudo no que diz respeito à demanda por mão de obra.

A Ong em estudo, seguindo ao que estabelece seu Estatuto Social, firma convênios com empresas locais que nesta relação institucional gozam do status de tomadoras de serviços.

A PJG lhes presta o serviço de oferecer mão de obra juvenil preparada e treinada profissionalmente, para que as empresas possam atender a legislação que as obriga a empregar aprendizes em determinado percentual, neste caso até 15% de seu corpo de funcionários.

Esta “parceria” constitui como uma das vantagens para as empresas tomadoras de serviços, pois os jovens contratados na condição de aprendizes não estão submetidos a algumas normas trabalhistas face aos demais funcionários.

Seja quanto as exigências frente ao piso salarial da categoria profissional (os jovens aprendizes são pagos segundo o valor do salário mínimo hora), ou com relação aos chamados encargos trabalhistas, como o recolhimento do FGTS (geralmente taxado em 8%, mas neste caso é taxado em 2%, por terem seu contrato intermediado pela PJG que goza do título de entidade filantrópica), não precisam ser cumpridas.

Portanto, a atuação nos dias de hoje da PJG é fonte de conhecimento da realidade em foco, constituindo-se também como “chave de leitura” da problemática acerca da reflexão sobre Ongs e as políticas públicas de juventude.

Passando a tratar especificamente dos procedimentos metodológicos selecionados para este estudo, inicialmente coloco que a metodologia adotada nesta pesquisa é considerada como elemento fundamental para que o estudo goze da qualidade e do rigor científico imprescindível ao trabalho acadêmico.

Aos procedimentos metodológicos estava reservada boa parte do processo de pesquisa, compreendendo-a como uma oportunidade de aprendizado e formação acadêmica.

As leituras iniciais realizadas versavam sobre as Ongs e as políticas públicas de juventude, bem como sobre a relação do Estado com a sociedade civil a partir da década de 1990.

Nesta conjuntura foi observado que seu “pano de fundo” trazia de forma preponderante as perspectivas neoliberais como referência.

A definição do objeto de pesquisa considerava esses elementos como relevantes na apreensão da realidade em estudo. Em outras palavras, a problemática da pesquisa estava localizada no âmago deste contexto.

No exame dos instrumentos metodológicos adequados ao estudo, na intenção de submeter à escolha da metodologia a ser utilizada no estudo às particularidades do objeto em análise, a abordagem qualitativa se constituiu como o método de melhor elucidação da realidade em foco.

A abordagem qualitativa traz como exigência certas características como o “ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, pressupondo um “contato direto e prolongado” deste com o ambiente investigado (LUDKE; ANDRÉ, 1982).

Corroborando com as autoras, o trabalho de pesquisa de campo realizando a coleta e levantamento de dados junto à PJG, objeto de estudo, havia de se prolongar por cerca de três semestres conforme o cronograma da pesquisa.

Outra percepção acionada dirigia-se ao fato de que a pesquisa compreendia que a singularidade da Ong em foco, na realização de sua política pública de juventude, não se isolava do contexto maior das políticas públicas em geral.

Ademais, outro elemento que contribuiu para a definição do perfil metodológico da pesquisa é seu objetivo como descoberta, pois “ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

Entendido que esta última orientação para a pesquisa não a tornasse algo “inflexível”, cujos rumos iniciais não pudessem ser reavaliados na medida em que a mesma pudesse se reorientar de outras leituras que surgissem como relevantes às elaborações acerca da problemática.

A ênfase na “interpretação em contexto”, qualificando a inserção do sujeito de estudo em seu contexto, observando não só as peculiaridades de sua localidade, mas também “sua situação geral no momento da pesquisa: recursos materiais e humanos, estrutura física e administrativa, etc.”, é reafirmada na redação da pesquisa, pois ela apresenta todos estes itens em seu corpo dissertativo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A possibilidade de se lançar mão de variadas fontes de informação se dirige ao encontro desta pesquisa como estudo de caso, já que para isto foi realizado todo um trabalho de recorrer “a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

As observações realizadas no interior da Ong e em outros espaços em que sua intervenção é estendida, as entrevistas com sujeitos que compõem a administração da PJG e de outros sujeitos participantes da entidade, bem como de jovens egressos, visaram coletar um volume de informações significativas para a construção de uma leitura plural por estes atores.

O desenvolvimento da pesquisa, configurando-se enquanto estudo de caso, trilha os passos descritos em três fases, “sendo uma primeira aberta ou exploratória”, em seguida uma “mais sistemática em termos de coleta de dados”, e por fim a “análise e interpretação sistemática dos dados e a elaboração do relatório (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

Partindo da primeira fase, logicamente, o tema e a problemática da pesquisa ainda necessitavam de maior aprofundamento.

A primeira ação do pesquisador, na formulação do projeto de pesquisa, foi se dirigir à sede da Ong e se apresentar como profissional do ensino da rede estadual no município, para a partir deste primeiro contato, buscar informações mais precisas sobre o objeto de estudo.

Conforme conceituado, não assumindo uma visão predeterminada da realidade, mas sim em busca de aspectos essenciais para uma maior definição do sujeito de estudo, os primeiros contatos foram encaminhados.

Mesmo porque, é compreendido que este é o “momento de especificar as questões”, ainda não formuladas de maneira definitiva, de “estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessárias para o estudo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Posteriormente, tendo já identificado os “elementos-chave e os contornos aproximados do problema”, foi iniciada uma pesquisa documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Com relação à análise dos documentos, é compreendido que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

Para tanto, por intermédio de uma das responsáveis pela administração da PJG, após solicitações por parte do pesquisador, foram disponibilizados originais de documentos de fundação da Ong que também trazia o registro de reuniões de diretoria, processos eletivos, números da contabilidade, projetos e programas de atividades da entidade, entre outros dados.

Estes primeiros documentos estudados compreendiam o livro-ata da Ong, seu Estatuto Social, além de outros documentos oficiais institucionais.

O estudo dos documentos reconhece estes como “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

A despeito das críticas que recaem sobre o uso dos documentos, como sua falta de objetividade, sua validade ou sua escolha arbitrária, a análise realizada resultou na apreensão de elementos para o entendimento do objeto de estudo e da problemática da pesquisa.

A análise documental foi acionada pela análise de conteúdo, definida segundo Krippendorff (1980, apud PAGNEZ, 2006. p.254) “como uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto”.

A leitura dos documentos oficiais da PJG permitiu não só descrever bastante de sua história como organização social, mas principalmente pôde aproximar o pesquisador da constituição de sua institucionalidade.

Os aspectos observados nesta leitura foram reveladores da trajetória pela qual a Ong percorreu, como as administrações que se sucederam ao longo de suas mais de três décadas de existência lidaram com as questões que lhe foram colocadas, como a mesma pode estabelecer diálogos com agentes públicos e privados gozando de legitimidade e credibilidade, entre outros aspectos de sua história.

Também contribuíram para examinar a formação de sua cultura institucional e organizacional e, por conseguinte, quais concepções circularam em seu interior. Sejam referentes à visão sobre os jovens ou face às opções políticas adotadas para a execução de sua intervenção ou gestão.

Contudo, esta técnica de coleta de dados teve seus resultados confrontados com outras técnicas como as observações de campo e as entrevistas.

As observações de campo foram planejadas de forma que o pesquisador pudesse, tanto quanto possível, tomar conhecimento e registrar os inúmeros aspectos que envolvem a ação do objeto de estudo.

O número de horas previstas para a atividade, as datas em que as observações seriam autorizadas, os locais onde ocorreriam, as circunstâncias e a forma de registros, entre outros detalhes, foram alguns dos aspectos levados em conta no planejamento das observações.

Antes das observações iniciarem foi prestado alguns esclarecimentos, junto aos responsáveis pela PJG, sobre a importância da atividade para os fins da pesquisa.

Posteriormente, foram agendadas as datas, horários e locais em que a atividade ocorreria e sem deixar de considerar os eventuais imprevistos que poderiam acontecer, como por exemplo, a programação da Ong ser alterada por algum motivo necessário.

Sendo assim, o cronograma das observações ficou definido da seguinte forma.

As horas dedicadas para observação *in loco* compreenderia um período de dez a doze horas.

Este tipo de observação permite ao pesquisador tentar apreender a visão de mundo dos sujeitos, ou seja, “o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (LUDKE; ANDRÉ, 1986)”.

Durante as observações foi possível se aproximar das experiências vivenciadas no âmbito da Ong e dos comprometimentos de vários atores que estão envolvidos pelas ações de formação da Ong, seja por parte dos jovens ou dos responsáveis pelos cursos ministrados.

Ademais, o entendimento é de que “as técnicas de observação são extremamente úteis para ‘descobrir’ aspectos novos de um problema (LUDKE, ANDRÉ, 1986)”.

Na verdade, as observações contribuíram para uma melhor precisão quanto ao objeto de estudo e da problemática que mobiliza a pesquisa.

Num período de onze horas de observações, foram acompanhadas cinco turmas de jovens que participavam de cursos ministrados pela PJG com o objetivo de segundo a própria Ong, “qualificar os adolescentes para o estágio laboral, visando à promoção humana e social, e assim tornando-os indivíduos mais participativos e conscientes” (fala registrada em cerimônia de formatura de jovens do projeto de aprendizagem profissional, 2006).

Os cursos que remetem ao projeto são cursos básicos em eletrônica, *marketing* pessoal, informática, treinamento pessoal e de práticas comerciais.

Foram observadas tanto aulas teóricas como práticas. E os professores, num total de quatro, mostraram-se receptivos quanto à presença do pesquisador.

Em todos os momentos de observação, tanto aos professores como aos jovens eram esclarecidos e comunicados dos motivos da presença do pesquisador durante aqueles momentos.

Os locais de observação também foram diversificados. Ocorreram em uma empresa privada do setor de eletroeletrônicos no município, numa escola técnica estadual do Centro Paula Souza e na sede da Ong.

As observações foram planejadas de forma a não comprometerem o deslocamento de um local para outro, por esta razão foram realizadas em dias diferentes.

Por fim, o período das observações se prolongou entre os dias 20 e 29 de outubro do ano de 2008. E se concentraram ao longo de sete momentos de observações.

Além do contato direto, a observação permite que a pesquisa se enriqueça com a experiência vivenciada pelo pesquisador em estar junto à ocorrência das ações que são objeto de considerações.

A dinâmica observada ao longo da atividade de coleta de dados, neste caso, coloca o pesquisador “cara a cara” com a realidade em estudo.

Nesta oportunidade, o pesquisador é exigido em sua capacidade de apreender dados sem, contudo, influenciar para que os mesmos ocorram.

Atitude de discrição, estranhamento e distanciamento são fundamentais para que os dados levantados tragam contribuições válidas à pesquisa.

Outra técnica utilizada para a coleta de dados da pesquisa constitui-se das entrevistas, pois a opção por esta técnica remete à abordagem que caracteriza esta pesquisa em sua perspectiva qualitativa.

A entrevista como instrumento de coleta de dados permite adaptações necessárias ao longo de sua utilização e também é algo familiar as pessoas comuns.

O papel de certos personagens no âmbito da PJG foi o aspecto considerado para seleção dos entrevistados.

Desta forma, duas figuras da administração da PJG, neste caso seu presidente e seu gerente administrativo, assim como um professor que ministra cursos na entidade foram selecionados como entrevistados.

Também foi avaliado pertinente entrevistas com dois jovens que participam dos programas da Ong e outros dois egressos que foram incluídos no mercado de trabalho através da intervenção da PJG.

A elaboração de um roteiro semi-estruturado das entrevistas foi pensada a partir da perspectiva de colaboração dos entrevistados considerando suas particularidades na formulação das questões.

Mesmo porque, a atenção que é mobilizada chama a atenção para que:

Ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado. Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para que se expresse livremente. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.35)

Para o registro das entrevistas optou-se pela gravação direta. Usando de um aparelho discreto (*mp3*).

Em todas as entrevistas foi tomado o cuidado de esclarecer a natureza da pesquisa e a garantia de preservação do sigilo e anonimato face às informações obtidas em razão da entrevista.

Outra preocupação foi assegurar um local para as entrevistas que permitissem aos entrevistados se sentirem à vontade, bem como, uma data e horário que melhor lhes conviesse em sua rotina diária.

As entrevistas foram coletadas em datas diferentes, pois o encontro de um ou outro entrevistado, não se constituiu tarefa das mais fáceis, a busca de uma convergência de agenda de entrevistador e entrevistado é algo, no mínimo, intrigante.

A primeira entrevista ocorreu no dia 21 de novembro de 2008, e a última em 22 de janeiro de 2009.

Acredito que todos os entrevistados souberam compreender os objetivos da entrevista, sua importância para o trabalho do pesquisador e sua contribuição à discussão do tema em foco.

As transcrições das entrevistas foi um trabalho de muito aprendizado, pois muitas das questões da pesquisa foram apreendidas a partir das falas dos entrevistados uma vez que a realização das transcrições foi uma oportunidade de reelaboração.

As entrevistas constituíram-se como uma excelente oportunidade de diálogo, o que muito contribuiu para as considerações acerca do objeto de estudo e dos pressupostos que o circundam.

Também representou captação de volume considerável de informações e de concepções que puderam ser devidamente analisadas e confrontadas com as referências da pesquisa, permitindo elucidações importantes para o estudo.

Enfim, os procedimentos metodológicos assumidos como adequados à pesquisa empreendida, são “frutos” do problema e das leituras realizadas. Eles definem o perfil da pesquisa e reafirmam sua abordagem de natureza qualitativa.

Por fim, nesta parte introdutória do trabalho descrevo como a dissertação está organizada pela ordem de seus capítulos e subcapítulos.

Este trabalho de pesquisa tem sua redação no primeiro capítulo iniciada pelas elaborações acerca das políticas públicas na conjuntura neoliberal, as analisando em sua inserção no contexto da reforma do Estado no Brasil pela década de 1990.

Uma vez analisados os aspectos da conjuntura mencionada, em seguida é feita a abordagem das políticas públicas voltadas, especificamente, à juventude. Análise esta fundamental para a apreensão da problemática de estudo desta pesquisa.

No segundo capítulo, as Ongs são os objetos de compreensão. O advento destas organizações no cenário internacional e posteriormente no panorama brasileiro é examinado na perspectiva de uma aproximação histórica e teórica das mesmas.

Um último elemento analisado em relação às Ongs versa sobre sua condição no atual contexto brasileiro, bem como o papel de sua intervenção na sociedade.

As elaborações com relação a este capítulo intermediário constituem instrumentais teóricos também para os entendimentos frente ao objeto de estudo, em particular, que serão analisados no capítulo terceiro.

No capítulo final, terceiro, a PJG como objeto de análise é privilegiada. Começando com uma síntese do histórico do município de Garça e de alguns de seus dados estatísticos no qual a Ong tem seu palco de atuação.

Em seguida, a trajetória da PJG é ressaltada destacando elementos de sua história de mais de três décadas.

A consolidação de sua institucionalidade diante dos órgãos públicos é observada a partir de alguns de seus documentos fiadores de sua legitimidade.

Posteriormente, a atuação da PJG é estudada no diálogo e em observações face às suas ações (cursos de formação preparatória e em serviço) junto ao seu público alvo, os jovens.

As impressões e concepções de alguns de seus atores também são consideradas como dados relevantes para a análise dos pressupostos políticos e ideológicos que estão no âmago da entidade.

Para tanto, personagens da estrutura administrativa da Ong, bem como jovens contemplados por sua intervenção social são entrevistados e suas contribuições transcritas e confrontadas com as referências teóricas deste trabalho.

Este terceiro capítulo é finalizado com informações acerca da atualidade da atuação da Ong, sendo analisada por meio de um de seus veículos de comunicação social, neste caso, sua página oficial na *internet* (*home page*).

Como de praxe, as considerações finais encerram este estudo, face aos esforços da pesquisa e nas reflexões e avaliações desencadeadas pela mesma.

Resta informar que os anexos deste trabalho estarão disponíveis num CD ao final da pesquisa, logo após as referências, com cópias digitalizadas de documentos e transcrições das

entrevistas em sua totalidade, entre outras referências que contribuíram para a realização das elaborações deste estudo, bem como uma relação de sites que contempla a temática juventude.

1 - As Políticas Públicas de Juventude

Este primeiro capítulo inicia as considerações acerca das políticas públicas, compreendendo-as no âmbito da conjuntura política brasileira da década de 1990.

As diretrizes políticas adotadas pelos governos deste período, caracterizados pelo viés neoliberal, conjuntamente ao processo da reforma do Estado brasileiro são as peculiaridades ressaltadas neste contexto.

Também, logo em seguida, são desenvolvidas considerações quanto às políticas públicas específicas à juventude.

As elaborações deste capítulo são colocadas como premissas que servirão de base às considerações sobre a problemática em estudo.

No primeiro sub-capítulo são expostas como as políticas públicas estão inseridas em dada conjuntura política e social brasileira em que a lógica neoliberal atua de forma hegemônica, bem como, a reforma do Estado brasileiro altera o caráter institucional e político destas.

Posteriormente, as políticas públicas de juventude no Brasil são apreendidas em sua trajetória como políticas públicas.

Por outro lado, é observado como as políticas públicas de juventude se impõem como objetos de estudo.

1.1. As Políticas Públicas na Conjuntura Neoliberal e no Contexto da Reforma do Estado no Brasil

Um dos traços marcantes do atual cenário internacional é observado, desde os anos de 1990, na hegemonia da doutrina neoliberal como referência política e ideológica de imensa parcela dos Estados nacionais e sub-nacionais por intermédio de seus governos de turno.

Esta referência política tende a caracterizar em seu discurso o Estado como um “fardo”, pois entre outras definições, conforme difundido, o volume de tributos impostos pelo Estado implicaria numa perda de lucratividade e de desempenho do setor privado.

Em outras palavras, a presença do Estado em setores da sociedade e, mormente, da economia, implicaria num atraso e prejuízo desnecessário e inconveniente.

Este discurso mobilizou certa pressão política de setores organizados, representantes dos interesses das classes hegemônicas, “em favor de uma redução e um dismantelamento do Estado”, pavimentando com isso o caminho para o neoliberalismo (SUNKEL, 1999).

A doutrina neoliberal preconiza, firmemente, um Estado mínimo, cuja intervenção tanto na esfera econômica como na esfera das políticas sociais esteja submetida aos interesses dos setores dominantes da sociedade.

Esta orientação ideológica foi impulsionada pelo chamado “**Consenso de Washington**”², e adotada por governos de inúmeros países do globo e pelos organismos internacionais mais proeminentes mundialmente tais como o Banco Mundial, o FMI, a OCDE, para ficar em poucos exemplos, e instigou a implementação no campo econômico de reformas estruturais que “se concentraram em assuntos de disciplina fiscal, na liberalização da política comercial e do regime de investimentos, desregulamentação dos mercados internos e privatização de empresas públicas”. (UNESCO, 2004, p.113)

Muitas destas medidas acabaram por confirmar, como traço significativo do neoliberalismo, a prevalência dos interesses do capital financeiro sobre os interesses do capital produtivo.

Segundo o discurso neoliberal vigente, o desenvolvimento econômico e social necessário na atual conjuntura mundial encontrariam êxito na implementação das medidas de cunho neoliberais.

Desta forma, o processo de globalização e a doutrina neoliberal atuariam na otimização do potencial das economias dos países “adeptos” do neoliberalismo.

O Brasil, por sua vez, num contexto internacional de caráter fortemente mundializado, inserido na conjuntura latino-americana, não esteve fora deste processo.

² A expressão Consenso de Washington nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do BIRD e do FMI. Numa Conferência em Washington, o economista listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Posteriormente, as medidas listadas foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos, que por sua vez, foram incorporadas pelo FMI e pelo BIRD nas negociações em todo o globo. Basicamente, estas políticas preconizavam que a presença do Estado na economia inibia o setor privado e freava o desenvolvimento

Mas, contraditoriamente ao discurso apregoado, as conseqüências da adoção dos pressupostos da doutrina neoliberal como encaminhada no Brasil, assim como no restante do globo, contribuíram para um aumento das desigualdades sociais internas e na intensificação das dinâmicas de exclusão social.

Neste cenário, são apontadas quatro conseqüências negativas do projeto neoliberal conforme encaminhado no plano mundial, de forma que:

No contexto internacional, existem quatro principais características da situação atual: um desempenho econômico medíocre do crescimento como um todo; alto (e incontrolável) grau de volatilidade financeira; uma fraqueza exacerbada das instituições públicas internacionais; e uma contínua deterioração da distribuição da renda em nível global. (SUNKEL, 1999, p.17)

A frágil estabilidade econômica criada, a empregabilidade restrita a atores qualificados, a precária assistência pública oferecida aos setores majoritários forçaram um comprometimento, prejudicial, de toda a sociedade.

Desta forma, neste cenário, os setores majoritários da população foram colocados em uma situação de maior vulnerabilidade social.

E, dentre os setores mais atingidos pelas conseqüências desta opção política, alguns sofreram ainda mais com as adversidades impostas, como por exemplo, as crianças, os jovens e os idosos, as mulheres, entre outros segmentos.

Nisto, como que para minimizar os efeitos sociais que implicam em degradação social na aplicação do “receituário neoliberal”, os governos se vêem obrigados a adotarem políticas públicas que possam focalizar os setores mais vulneráveis da sociedade.

Contudo, as políticas públicas que são encaminhadas neste contexto social serão objetos de críticas e mudanças em seus modelos de gestão, muito em decorrência do processo de reforma do Estado, um dos traços mais marcantes da conjuntura política mundial e, por conseguinte, da brasileira da década de 1990.

No caso brasileiro, o processo de reforma do Estado, encaminhado pelos governos no âmbito da conjuntura neoliberal, implica, pelo menos em tese, na política de reconstrução do Estado em bases mais eficientes.

No documento elaborado como Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, organizado junto à Câmara da Reforma do Estado, o entendimento do caráter da reforma é pensado assim:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p.12)

A política de reforma compreende que uma eliminação dos “excessos do estatismo” promoveria um caráter mais dinâmico ao Estado e ainda removeria outros traços que o tornaria um obstáculo ao desenvolvimento e progresso econômico e social.

Também são colocadas as diversas áreas as quais o processo de reforma se dirigia, em ações de:

[...] privatização, ao ajuste fiscal, à abertura comercial, à redefinição dos contratos de trabalho, à reforma dos sistemas de previdência e assistência social, à desregulamentação, à implantação de uma administração pública gerencial, a ampliação de transparência nas ações do setor público e do privado e ao aumento do papel dos mecanismos de controle social. (PEREIRA, 1999, p.88)

No campo das mudanças na condução das políticas públicas, remetemos à fragmentação das chamadas políticas públicas universais.

As políticas públicas acionadas pelos agentes de intervenção do Estado e da sociedade passam a ser encaminhadas a partir de setores focalizados como vulneráveis, uma vez que estas políticas estarão voltadas a segmentos específicos da população.

Um exemplo disto são as políticas públicas voltadas aos segmentos mais marginalizados da sociedade. Os portadores de necessidades especiais, utilizando o critério de aptidão física, os moradores de habitações precárias, lançando mão do critério de risco social ou os segmentos negros ou indígenas, usando do critério étnico e racial, por exemplo.

Outra mudança diz respeito à configuração da intervenção. As ações de planejamento, financiamento, execução e avaliação, são dissociadas. Sendo assim, agentes distintos dividirão responsabilidades no encaminhamento de uma mesma política pública.

Se outrora as quatro ações se concentravam na figura de um único agente, seja uma instituição pública como uma secretaria estadual, por exemplo, neste novo modelo há uma alteração que opera no sentido de que a gestão da política pública se faça de forma compartilhada por agentes variados, sejam públicos ou privados.

Isto é, são convocados diversos agentes, públicos ou privados, estatais ou não estatais, para que sejam distribuídas as responsabilidades, sendo cada qual responsável por determinada ação (planejar, financiar, executar ou avaliar).

Exemplificando tal conformação, basta citarmos os casos em que muitas organizações não governamentais, recebem recursos públicos para desenvolverem ações sociais dirigidas a

setores vulnerabilizados, sendo em alguns casos, acompanhados e fiscalizados por conselhos de direitos.

Como consequência desses encaminhamentos, as medidas tomadas pelo Estado implicam em uma descentralização. Contudo, as ações empreendidas têm se confrontado com problemas de natureza prática.

A associação feita acerca da descentralização e democratização, entendidas muitas vezes como sinônimas, é algo bastante discutível.

Fazer uma simples transferência de responsabilidades das instâncias centrais do Estado para esferas menos abrangentes como regionais ou locais desprezando a capacidade destas de realização, não implica necessariamente numa melhor intervenção governamental.

Em documento publicado por uma das agências especializadas das Nações Unidas, é observado que:

[...] A descentralização pura e simples nem sempre traz consigo melhor nível de vida para a população local e, muitas vezes, contribui para aprofundar as desigualdades regionais e o desenvolvimento de tendências autárquicas prejudiciais. (UNESCO, 2004, p.117)

Ademais, não sendo menos relevante, outra mudança fundamental no perfil da intervenção do Estado face às demandas sociais encontra-se na ênfase dada ao papel da sociedade civil na participação e na resolução dos problemas que infligem os mais vulneráveis socialmente.

O emprego da expressão “sociedade civil”, na linguagem política de hoje, é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil e Estado (BOBBIO, 1987).

De acordo com BOBBIO (1987), a maior parte dos escritores compreende o significado de sociedade civil, principalmente, como sociedade política.

A história demonstrou a gama de diversidade de significados, até mesmo contraditórios, com os quais a expressão sociedade civil foi utilizada.

Rousseau entende o significado da sociedade civil como sociedade civilizada, embora represente um momento negativo do desenvolvimento histórico (BOBBIO, 1987).

Em Marx, por exemplo, a sociedade civil compreende a esfera das relações materiais ou econômicas, separando a sociedade civil e o Estado (BOBBIO, 1987).

Gramsci, preservando a distinção entre sociedade civil e sociedade política, observa que:

[...] desloca a primeira da esfera da base material para a esfera superestrutural e dela faz o lugar da formação do poder ideológico distinto do poder político estritamente entendido e dos processos de legitimação da classe dominante. (BOBBIO, 1987, p.49)

Ainda, no debate atual, é observado que a questão da distinção entre a sociedade civil e o Estado provoca sérias discussões.

Compreender a sociedade civil “como agente histórico concreto da reforma das outras duas instituições fundamentais da sociedade contemporânea: o Estado e o mercado” é a questão primordial neste debate (PEREIRA, 1998).

De qualquer forma, a sociedade civil deve ser qualificada como palco de disputas políticas e ideológicas. Qualquer visão idealizada que a isenta de conflitos e contradições implica em uma leitura reducionista de seu conceito e papel histórico.

Na observância de um processo de democratização da sociedade civil em todo o globo, outra questão colocada diz respeito a sua capacidade de fazer frente às pressões de concentração de poder no Estado por parte das elites dominantes.

Diante desta dinâmica incoerente com a conjuntura atual, PEREIRA; GRAU elaboram que:

Nesse contexto, se consolidaram as preocupações relativas à própria governabilidade democrática, e tentou-se aplicar diversos instrumentos para conseguir uma participação mais ativa da sociedade civil nos processos de desenvolvimento, tentando ampliar o protagonismo do denominado “setor público não-estatal (1998 apud UNESCO, 2004, p.113)

Será nas denominadas reformas de segunda geração onde se encontrarão os fundamentos da transferência de responsabilidades do Estado à sociedade civil.

Conforme os pressupostos da reforma do Estado, a promoção das políticas públicas voltadas às necessidades imediatas dos setores majoritários, não mais se constituirão enquanto uma exclusividade do Estado.

Frente a isto, o princípio que orienta a reforma empreendida face ao aparelho do Estado qualifica outros atores sociais. Pois conforme o documento elaborado é pontuado que:

Reformar o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em “agências autônomas”, e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as “organizações sociais”. (BRASIL, 1995, p.44-45)

Para tanto, a sociedade civil exercerá um papel essencial na perspectiva de garantia dos direitos sociais e no exercício da cidadania.

No entanto, a participação da sociedade civil não será ilimitada, visto que considerando os dispositivos que estão sendo colocados em operação fazem com que esta participação se concentre em dois papéis fundamentais: a prestação de serviços e a representação de interesses.

E ainda, considerando outro dado relevante, o documento da organização multilateral coloca que:

No âmbito das políticas sociais a eliminação dos monopólios dos serviços públicos é concebida como uma alternativa à privatização (a “publicização”) e a representação de interesses é relacionada com o desenvolvimento de mecanismos de controle social das políticas [...] (UNESCO, 2004, p.114)

Em suma, as políticas públicas encaminhadas na conjuntura neoliberal e no contexto da reforma do Estado, ativa como política uma governança do Estado, ou seja, “sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos (Brasil, 1995)”.

As políticas públicas mediante as elaborações anteriormente consideradas são exigentes de um diálogo permanente entre os atores das várias esferas do Estado e a busca de consenso sobre seus encaminhamentos.

Os compromissos e funções articulados entre os diversos agentes políticos são avaliados como imprescindíveis a uma intervenção colaborativa numa perspectiva de gestão das políticas públicas que vise o interesse comum.

Em suma, as oportunidades decorrentes da execução de políticas públicas que contribuam para a construção de uma sociedade com justiça social, pluralista e que priorize seu maior patrimônio, seus cidadãos e cidadãs, são o que melhor pode se esperar de uma ação política.

E mesmo que pautada pela universalização e unidade, as políticas públicas não devem ignorar as demandas específicas de cada segmento da sociedade, sejam de natureza sócio-econômica, étnico-cultural ou geracional, para pontuar alguns exemplos.

1.2. As Políticas Públicas de Juventude

Numa elaboração acerca da problemática, políticas públicas de juventude, o presente sub-capítulo realiza, primeiramente, uma conceituação sobre o jovem como categoria social segundo as referências estudadas.

Em seguida é realizada uma elaboração face ao histórico de como as políticas públicas voltadas, especificamente, à juventude no Brasil são constituídas. Desta forma, se pretende expor como duas categorias distintas, políticas públicas e juventude, convergem na construção de um tema particular de estudo.

De início, é pertinente assinalar que somente no século XVIII os apontamentos públicos prezam pela exatidão e rigor em conformidade com o Estado moderno (ARIÈS, 1986).

Contudo, desde o século XVI, a idade passa a adquirir certa relevância nos registros públicos, sobretudo naqueles indivíduos dos setores mais instruídos da sociedade.

Mas já a partir do século XIV, se estendendo quase que inalteradamente até o século XVIII, uma caracterização social das “idades da vida”, estabelecidas para além das etapas biológicas, atribuía aos mais velhos, segundo a imagem popular, a ocupação pelos estudos, por exemplo.

Ademais, a definição dos termos correspondentes as fases de desenvolvimento dos indivíduos, foi sendo constituída num processo em que a própria língua exigia uma renovação.

Quando o vocabulário conseguiu dar conta das definições da primeira infância, a tarefa ainda não se encerrara, pois é posto que:

Embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a ambigüidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela a que se dava o nome de juventude, de outro. Não se possuía a idéia do que hoje chamamos de adolescência, e essa idéia demoraria a se formar. (ARIÈS, 1986, p.45)

A categoria juventude, já no início do século XX, carregará significativa responsabilidade e de forma emblemática surgirá como “depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada (ARIÈS, 1986)”.

Apesar disso, se verificará que um maior interesse acadêmico pela abordagem sobre a juventude como categoria social específica surge somente no contexto da década de 1960.

Neste contexto se registra o aparecimento de formas de manifestação cultural da juventude e de contestação juvenil aos padrões sociais estabelecidos.

No entanto, é só a partir da década de 1990 que no Brasil se registrará um impulso nas pesquisas sobre juventude. Estas pesquisas se inserem no contexto do movimento nacional de políticas públicas para a juventude.

Um marco deste debate sobre as políticas públicas de juventude refere-se à aprovação pelo Congresso Nacional, muito em função das mobilizações sociais organizadas por diversos setores da sociedade, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A aprovação do Estatuto culminou com a sanção presidencial da lei 8.069 de 13 julho de 1990 que estabelecendo um novo status jurídico e social às crianças e adolescentes e, além de lhes compreender como sujeito de direitos.

A legislação anterior que estava relacionada com estes sujeitos, como por exemplo, a lei 6.697/79 o conhecido código de menores, via estes enquanto incapazes de atuar de forma autônoma na sociedade, normatizando uma postura discriminatória e de tutela destes.

Esta visão ia de encontro ao novo padrão legal garantido aos cidadãos brasileiros, pela Constituição federal de 1988 (BRASIL, 2009).

Não pretendo fazer uma vinculação direta das pesquisas sobre juventude no Brasil e a aprovação de determinada legislação, mas apenas procuro localizá-las no âmbito de uma conjuntura nacional que não pode ser desprezada.

Num primeiro momento, ao dirigir o olhar sobre a questão da juventude, encontramos a necessidade de conceituação desta categoria.

Usualmente, o conceito de juventude corresponde ao grupo social cuja faixa etária se encontra entre quatorze e dezenove anos. Mas esta conceituação, tendo como referência apenas o recorte etário, não se constitui como critério suficiente para tratar desta categoria cuja complexidade se mostra significativa.

Há muitas outras formas de se conceituar a juventude, lançando mão de aspectos sociais, culturais ou legais, entre outros de igual relevância, respeitando uma diversidade de contextos e realidades.

Algumas definições aproximam o termo adolescência para identificar o jovem. Segundo a OMS a adolescência esta representada nos indivíduos entre os 10 e 19 anos de idade, e a juventude entre os 15 e 24 anos (1989 apud ESTEVES, 2005, p.1).

Outra conceituação é formulada pela Organização Internacional da Juventude (OIJ), que define o jovem como o indivíduo que se encontra entre os 14 e 29 anos de idade (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 36).

No Brasil, a Lei 8.069/90 (ECA), em seu artigo 2º considera adolescente, neste caso entendido como jovem, para os efeitos da lei, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade incompletos (BRASIL, 2009).

De qualquer forma, é preciso enfatizar que na elaboração acerca do critério de definição da juventude outros aspectos, além dos etários, devem ser considerados, no entendimento de que:

A questão da “juventude” assume caráter político e sociocultural, existindo intensa polemica no campo de sua “construção social” e em torno de sua definição. Na construção teórica do próprio conceito, varias áreas do conhecimento participam e reivindicam sua interpretação, incorporando as idéias de direito e cidadania. (WAISELFISZ, 1998, p.153)

Neste estudo evito sobrepor à definição do sujeito social, neste caso o jovem, e o confundi-lo com a fase da vida correspondente, a juventude, pois compreendo estas duas categorias como distintas.

Ao tentar definir o jovem, nos deparamos com uma série de aspectos que nos influenciam na maneira de compreendê-lo.

Muitas vezes, o jovem é visto na perspectiva de uma transitoriedade, já que se espera que a juventude seja superada para que de fato este sujeito social possa ascender às responsabilidades do mundo adulto.

É segundo esta lógica que somente no universo dos adultos que os jovens gozarão das prerrogativas daqueles que vão construir e contribuir para o progresso da humanidade.

Nessas circunstâncias todos os acontecimentos da fase juvenil são observados numa condição de vivência “irresponsável”, ou seja, sem maiores compromissos.

Em certa visão este período é tido como um momento de experimentações de liberdade e prazer, em que as sanções ao comportamento juvenil são relativizadas (DAYRREL, 2008).

Um traço da atual abordagem que se faz quanto às responsabilidades que a juventude teria a assumir é manifestada por alguns setores da sociedade em que se professa um discurso de endurecimento do ponto de vista de responsabilização criminal, isto é, no que diz respeito à diminuição da maioria penal.

Este debate, que não está pautado por esta pesquisa, se dirige ao encontro de uma campanha de superexposição da violência na sociedade, em que a tônica numa política segurança pública para o encarceramento supera o esforço na construção de políticas de promoção social e política dos jovens.

Mas, como já apontado, esta é uma discussão para outra oportunidade de elaboração.

Retomando a definição do sujeito social em que se constitui a juventude, penso que a tarefa de compreendê-la e defini-la numa abordagem teórica deve respeitar a diversidade de aspectos que a envolvem, pois é assinalado que:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRREL, 2008, p. 4)

Em outras palavras, a leitura que se realiza sobre o jovem, compreende a superação de uma leitura que identifica a juventude como um momento de transitoriedade ou de “preparação” para o ingresso na vida adulta.

É possível entender a juventude como um momento de desenvolvimento e amadurecimento biológico, psicológico e social que se manifesta em mudanças de atitude no que tange a necessidade de proteção familiar, de potencialidades, de responsabilização e busca de autonomia, entre outros traços.

A juventude pode ser pensada enquanto um momento de intensidade frente às transformações ocorridas de natureza diversas (bio-psicológicas ou sociais, por exemplo).

Contudo, as transformações pelas quais a juventude passa não anula, absolutamente, as experiências anteriores da infância, e nem serão pré-requisitos para a vida adulta.

Serão, sem dúvida, vivências que estarão presentes e, conseqüentemente, acompanhantes do sujeito ao longo de toda sua vida.

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, ela assume uma importância em si mesma (DAYRREL, 2008).

Outra consideração a respeito da juventude é o fato dela não se expressar de forma igual em todos os grupos sociais.

Pensar que todos os jovens das classes populares ou aqueles elitizados apresentem o mesmo tipo de comportamento e manifestam igualmente sua juventude no interior de seus conjuntos sociais, é algo bastante discutível.

Mesmo porque ao abordarmos, unicamente, apenas um aspecto da cultura juvenil também não encontraríamos nenhuma homogeneidade, como por exemplo, a moda ou o gosto pela música.

É a partir deste pressuposto que se propõe a abordagem da juventude em seu plural, juventudes, numa leitura que enfatiza a diversidade de modos de ser jovem existentes (WAISELFISZ, 1998; DAYRREL, 2008).

Nisto, a articulação da noção de juventude à de sujeito social, vem a corroborar para a apreensão do conceito que se quer compreender.

O conceito de sujeito é aqui tomado, sucintamente, como o ser humano que traz em si uma historicidade e que se relaciona com outros de sua natureza, estes também sujeitos.

O sujeito é, simultaneamente, um ser social ocupante de determinado lugar social e se encontra envolvido por um conjunto de interações sociais, ou seja, por relações sociais (DAYRREL, 2008).

Sendo assim, a constituição deste sujeito se processa segundo as especificidades das relações sociais em que o mesmo interage, manifestando não uma única forma de ser sujeito, mas uma forma característica deste sujeito em suas interações.

Desta forma, no que diz respeito ao jovem, este expressa sua condição de sujeito naquilo que está construído e, variavelmente, em sua construção para sê-lo.

Em certos estudos sobre os jovens, especificamente, ou sobre a juventude, tem-se privilegiado o segmento juvenil das camadas majoritárias da população como objeto de estudo de delinquência juvenil ou focando-os na abordagem da violência urbana, sejam como vítimas ou agressores.

Na ênfase deste fundamento, cuja lógica estabelece certa “mitificação” deste sujeito, se escreve que:

O intenso envolvimento [ocorrências] comprometendo os jovens com aspectos da violência [denúncias de participações em ações delituosas] impôs a juventude como problema e como zona de conflito, evocando a necessidade de ampliar a discussão sobre seus

direitos, englobando as diversas instituições, públicas e privadas que trabalham com o tema juventude. (WAISELFISZ, 1998, p.8)

O perfil dos jovens desenhado pela mídia nos noticiários, retratando-os como grave problema social – ora envolvidos com drogas, violência ou acidentes de trânsito – e não como sujeitos de direitos, com seus interesses e suas trajetórias peculiares é outro equívoco grosseiro que é cometido na representação deste sujeito.

E, no que diz respeito aos jovens pobres, a estigmatização social realiza papel ainda mais perverso já que estes jovens vítimas das mais variadas formas de violência social (marginalização, preconceito, prostituição, entre outras formas de violência), são tratados como se fossem naturalmente incapazes de atuar com independência e discernimento.

Por outro lado é assinalado que mesmo esta visão dos jovens ainda contribui para sua visibilidade no âmbito das políticas públicas, pois a grosso modo é observado que:

[...] no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cujas causas ou culpas se localizam na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. (ABRAMO, 1997, p. 26)

Ademais, o fato é como atesta o então Secretário Geral da ONU Kofi Annan em virtude das comemorações do Dia Internacional da Juventude, em 12 de agosto de 2006, que o maior problema dos mais de 1 bilhão de jovens que existem no mundo é o fato de que quase um quinto destes com idade entre 15 e 24 anos tem que sobreviver com menos de um dólar por dia e quase a metade vive com menos de dois dólares por dia.

No deslocamento da análise para a realidade brasileira, no intuito de colocar em evidência o segmento juvenil da sociedade, um aspecto relevante são os dados que registram hoje no Brasil o maior contingente populacional de jovens da história do país.

Atualmente os jovens ultrapassam muito mais de um terço da população total da nação. São cerca de 65 milhões de jovens entre 10 e 29 anos, isto soma um percentual de 38,4% da população total do país que é de, aproximadamente, 169,8 milhões habitantes (IBGE, 2000).

Outra constatação relevante é o fato do Brasil ter metade de sua população composta por crianças e jovens com menos de 25 anos de idade.

Vejamos alguns dados referentes aos jovens no Brasil, conforme o quadro 1. Considerando que a população brasileira é estimada em 169. 799.170 de habitantes segundo dados do IBGE em 2000, sendo que a população na faixa etária de 10 a 29 anos reúne algo em torno de 65, 3 milhões de pessoas, constituindo 38,4% do conjunto da população nacional.

Quadro 1 – Dados referentes a Juventude Brasileira – IBGE (2000)

Jovens entre 10 e 14 anos*	Jovens entre 15 e 19 anos*	Jovens entre 20 e 29 anos*	Jovens analfabetos**
17,3	17,95	30,02	4,35
26,5%	27,5%	46%	19,6%

Observação: os números apresentam-se em valores aproximados.

* em milhões, do total da população jovem;

** entre todos os jovens;

De acordo com as estatísticas acima apresentadas, ressalta-se que quase a metade dos jovens no Brasil está na faixa etária entre 20 e 29 anos, justamente na condição de pleno gozo de seus direitos sociais, civis e políticos.

É provável que em razão disto, os direitos tidos como os mais importantes para os jovens sejam os direitos sociais como educação, emprego, lazer e saúde. (ABRAMO, 2008, p.66)

Por outro lado, os dados com relação ao desemprego entre os jovens são indicativos da demanda existente neste segmento, pois se registra que:

Com relação à distribuição etária do desemprego, em 2001, os índices totais de desemprego chegaram a 27,3% para os jovens entre 15 e 19 anos e 18,9% para os entre 20 e 24 anos de idade. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado. (BRENNER; LANNÊS; CARRANO, 2005, p.2)

Diante dos números acima, a provocação decorrente dirige-se ao entendimento e mobilização dos instrumentos de superação desta realidade.

Nestas circunstâncias, quais pressupostos fundamentam as ações do Poder Público e da sociedade civil em relação às políticas públicas dirigidas à juventude?

Na tentativa de responder a estas questões, primeiro é preciso refletir sobre o papel das políticas públicas nesse contexto.

As políticas públicas concretizam a ação do Estado e implicam um investimento de recursos estatais. E uma vez delegada ao Estado, a priori, a autoridade para promover a unificação e articulação da sociedade, as políticas públicas se tornam instrumentos privilegiados de dominação.

Em outra consideração a respeito da construção do conceito de políticas públicas, é possível assinalar que:

[...] As políticas públicas são também *instrumentos de governabilidade democrática* para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã. (ABAD, 2008, p.16)

Com o foco voltado para as políticas públicas de juventude, é possível compreender as formas como se desenvolvem as relações entre o Estado e a sociedade civil na construção, implementação e avaliação dessas políticas.

Feita esta ressalva, na análise empreendida das políticas públicas de juventude, segundo Abad é preciso que se faça:

[...] uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil, que traduz os diferentes percursos experimentados pela condição juvenil à partir de diversos recortes: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana. (2002, apud SPOSITO, 2008, p.61)

E numa elaboração crítica às políticas públicas de juventude, ressalta-se que este também é um espaço de disputas e conflitos. Haja vista as diferenças entre as demandas expressas pelos jovens e suas expectativas face a resposta oferecida pelo mundo adulto.

E ainda, refletindo sobre o caráter das políticas públicas para a juventude num contexto latino-americano, observa-se que:

[...] determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade, buscou-se como facilitar a sua integração no mundo adulto, usando, por exemplo, a produção de renda, como veículo e concretização da cidadania plena. Ainda que seja óbvio que tenham sido implementadas sob diversos enfoques e características institucionais, resulta lógico que o surgimento das mais importantes iniciativas das políticas sociais de juventude, com nome próprio, se relaciona, mais do que com os efeitos na vida dos jovens, com o florescimento e perfeição de uma máquina de domínio, uma institucionalidade pública especializada a nível supranacional, nacional e subnacional, o desenvolvimento de marcos normativos e legais, o incremento de ofertas programáticas, e a formalização de um saber-poder, encarnado em investigadores, consultores e acadêmicos. (ABAD, 2008, p.21-22)

Em relação a uma trajetória cronológica, remeto a uma elaboração em que é desenhada a constituição das políticas públicas na América Latina.

Desta forma, segundo Balardini e Abad, as políticas públicas de juventude se iniciariam pelos anos de 1950 privilegiando a integração que posteriormente seria substituída no período militarista e autoritário pela imposição de controle social dos jovens. (2002;2002, apud SPOSITO, 2008)

Seguindo de forma predominante, pela década de 1980, no enfrentamento da pobreza e na prevenção da delinquência.

Na década seguinte, anos 90, a inserção social dos jovens excluídos do mercado de trabalho é colocada como prioridade.

Nos últimos anos, emergem novas orientações que qualifica os jovens como sujeitos integrais de direitos.

Uma orientação e aspecto relevante na trajetória das políticas de juventude, pelos anos de 1970 no Brasil, é aquela que compreende o segmento juvenil como capital humano.

Esta referência pressupõe segundo sua **teoria**³, que uma maior rentabilidade se dá também a partir de investimentos, inclusive educacionais, no aprimoramento e na qualificação da mão de obra empregada.

Ainda no cenário nacional, políticas compensatórias e de inclusão social, via inserção no mercado de trabalho, tem se caracterizado como pressuposto das ações frente às políticas de juventude nos últimos anos.

Como veremos adiante, os pressupostos expressos por último se observa claramente como fundamento das ações da Ong, objeto de estudo desta pesquisa.

Contudo, num campo tão complexo e permeado por conflitos de diversas origens, de políticos até mesmo culturais, é observado entre certos atores, a saber, jovens e organizações representantes da sociedade civil, uma diretriz de formulação que atua na promoção do exercício de direitos de juventude, inclusive na defesa do próprio direito à fase de vida,

³ Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos EUA, em meados dos anos de 1950. O professor da Universidade de Chicago, Theodore W. Schultz, é considerado seu principal idealizador. Em síntese, esta teoria surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. Concluiu-se que, o trabalho humano quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, conseqüentemente, das taxas de lucro do capital.

mesmo que de forma não predominante. (SPOSITO, 2008)

No processo de constituição das políticas públicas de juventude no Brasil, foi sintetizada a preocupação com as questões relacionadas ao trabalho e ao emprego, à saúde e à integridade física, à ausência de perspectivas no acesso a graus mais elevados de educação e na garantia e exercício de seus direitos, lançando mão da condição que se tornou usual conceituar como sendo de risco social (SPOSITO; CARRANO, 2003).

As medidas dirigidas particular e transversalmente, segundo critérios geracionais, operaram na constituição de um processo de construção do sujeito juvenil como ator social emergente.

Sua crescente influencia demográfica, o contexto de exclusão e de marginalidade a que estão sujeitos os jovens, entre outros fatores, vêm a corroborar com a constituição deste processo.

As políticas públicas voltadas à juventude que são capazes de romper com a associação imprópria entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, inserindo-as na esfera dos direitos das múltiplas cidadanias, apresentam-se como as mais urgentes e necessárias. (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006)

A despeito dos acontecimentos observados nas duas últimas décadas, adotando como marco a sanção da lei federal 8.069/90, o ECA, com seu impulso na configuração das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ainda é observado na atual conjuntura brasileira uma coexistência de avaliações que denotam certa resistência a uma superação definitiva de traços estigmatizadores face ao segmento juvenil.

Por outro lado, mesmo a elevação do status social das crianças e dos jovens até os 18 anos de idade incompletos, em relação aos jovens que atingem a maioridade legal, a partir dos 18 anos completados, é observada certa “invisibilidade”.

Como de um dia para o outro, quando da data de celebração do 18º aniversário de vida o jovem teria todas suas questões já resolvidas.

Os obstáculos a trajetória de vida destes estariam todos desobstruídos e, sendo assim, a responsabilidade do Estado a partir deste momento estaria cumprida e, conseqüentemente, encerrada para com os jovens.

Ao final dos anos 90, os dados referentes ao desemprego juvenil e a acentuação dos processos de sua precarização social estimulam a demanda por políticas de inclusão, tanto assistenciais como de promoção.

A necessidade da qualificação dos instrumentos de integração na sociedade frente ao enfraquecimento da ação do Estado em atender essas demandas, corresponde em boa parte às novas orientações políticas e sensibilidades culturais desencadeadas também pela conjuntura social e política estabelecida de forma hegemônica no Brasil a partir da década de 1990 (SPOSITO; CARRANO, 2003)

Acerca da conseqüente crise, em razão das opções políticas adotada pelo Estado brasileiro, por meio de seus governos, é elaborado que:

Essa espécie de “crise telúrica”, causado pelo deslocamento das placas tectônicas que sustentaram a criação da forma Estado, origina-se das pressões do contexto político e econômico, definidas pela dinâmica da mundialização capitalista, o desenvolvimento tecnológico pós-Ford e a globalização dos mercados, bem como a existência de uma Multidão sempre em expansão, cujo desejo, como ação política, ultrapassa as máquinas do domínio. Ambos os pólos de atração, de signos claramente opostos, estão ocasionando o esvaziamento de sentido dos tradicionais sistemas mediadores de interesses entre a sociedade e o Estado, que se soma aos habituais e não resolvidos problemas de iniquidade[...] (ABAD, 2008, p.19)

Além disso, na definição de políticas de juventude, no interior do aparelho estatal, compreendendo sua estrutura em seus três níveis de governo dentro do pacto federativo brasileiro (União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal), se constata que há uma diversidade de orientações, que podem e acabam de alguma forma, disputando recursos e operando diferentes definições de prioridades diante de outras políticas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

No entanto, há de se destacar o surgimento de um ator importante no contexto da intervenção social no âmbito das políticas públicas de juventude.

Além das intervenções do poder público diante das questões da juventude, tem se destacado no cenário nacional, mais recentemente, as Organizações Não Governamentais, com ações de alcance local, regional e até mesmo nacional. (COUTINHO, 2004)

É significativa a participação das Ongs no desenvolvimento dessas políticas, pois boa parte delas atuam com recursos próprios, entretanto, a sustentação financeira majoritária compreende os recursos repassados originários dos orçamentos do Tesouro Público, seja uma secretaria municipal e/ou estadual ou ainda de um ministério, entre outras fontes de captação.

A captação de recursos a partir de fundos de direitos ou de pessoas físicas ou jurídicas também é outro dispositivo bastante utilizado.

Certas questões quanto à captação de recursos pelas Ongs serão mais exploradas no capítulo seguinte.

Em decorrência de distinta conjuntura e perfil político em algumas esferas administrativas do Brasil, nos últimos 15 anos, uma proposta de renovação da relação entre sociedade civil e Estado é articulada na construção de uma esfera pública democrática (SPOSITO, 2008).

Neste cenário em fins dos anos 90, a formulação e implementação de políticas dirigidas à juventude se revitalizam.

Neste período, se observa o advento de organismos públicos que se destinam a articular ações junto ao poder executivo, tanto no plano local como regional, assim como procuram estabelecer parcerias com a sociedade civil, objetivando a implantação de programas ou projetos para jovens, alguns inclusive contando com financiamento da União (SPOSITO, 2008).

De qualquer forma, o poder público se apropria de idéias fomentadas em decorrência das reflexões provocadas pelos debates e programas promovidos pelas Ongs. Nisto, conseqüentemente, são estabelecidos diálogos entre o Estado e sociedade civil.

Ademais, os novos organismos surgidos nesse processo passam a ter um novo perfil, assumindo:

[...] predominantemente, o caráter de assessorias, embora em algumas situações sejam criadas secretarias de estado ou coordenadorias, e são definidos pela sua vocação maior: assegurar uma certa transversalidade nas suas ações sob o ponto de vista do aparato público e, ao mesmo tempo, assegurar uma interlocução com os segmentos juvenis. (SPOSITO, 2008, p.69)

Mas, a luta pela legitimação desses novos desenhos institucionais perpassa pela reorganização da estrutura interna do aparelho estatal.

Contudo, sem seu devido reconhecimento institucional e político nas relações de governabilidade no âmbito da máquina estatal, suas ações não alcançariam mais do que uma mera institucionalidade “decorativa”, cuja função não mais seria do que apaziguar as pressões sociais demandadas pelos jovens de grupos organizados. (SPOSITO, 2008)

Outra qualidade peculiar às questões que dizem respeito às políticas públicas de juventude, trata da formação de “quadros” de gestores jovens na elaboração, implementação e avaliação das políticas de juventude.

A presença desses jovens gestores na perspectiva de se assegurar a pluralidade de situações e sujeitos, e a vivência por estes de responsabilização pela construção e condução

das ações que lhes acionem como sujeitos autônomos, críticos e capazes de oferecer sua contribuição a promoção de uma sociedade de caráter democrático.

A diversidade de atores não só compreende a participação do segmento juvenil, mas também considera a contribuição de pesquisadores das universidades e de organizações da sociedade civil (SPOSITO, 2008).

Não obstante, a responsabilidade que deve mobilizar os sujeitos é de que:

[...] as políticas de juventude percorrerão necessariamente caminhos diversificados. Poderão ser de inclusão, afirmativas de identidade e de formas de expressão voltadas para o presente, ou de integração na vida adulta, mas o que unifica deve ser a sua inserção no campo de luta pelos direitos e de construção da democracia (SPOSITO, 2008, p.73)

Para tecer as últimas considerações a respeito das políticas públicas de juventude, elaboro sobre a identificação de desafios frente às políticas de juventude no cenário latino-americano.

Nesta elaboração, referenciado por Bango (2008), a análise remete a distinção de quatro planos, a saber, o plano político-normativo, o institucional, o programático e o relativo à geração de conhecimentos aos desafios a enfrentar. Cujos aspectos gerais são apresentados a seguir.

No primeiro plano mencionado, o político-normativo, é analisado em primeiro lugar a perspectiva estratégica de um projeto de desenvolvimento das políticas de juventude.

Estas políticas seriam pensadas enquanto políticas sociais e estariam articuladas no âmbito das políticas econômicas.

Portanto, o papel do Estado nesta conformação exigiria uma ação de “direcionalidade das políticas sociais”, buscando superar traços de uma política compensatória que a visão estratégica iria de encontro.

Ainda no primeiro plano, é reafirmado o caráter público das políticas de juventude, pensadas para além das políticas estatais, apontando o espaço público como local da convergência do Estado e da sociedade civil. (BANGO, 2008)

Outro aspecto ressaltado neste plano diz respeito ao entendimento dos jovens como sujeitos de direitos.

A política dirigida aos mesmos visa à promoção do exercício, por parte dos jovens, da cidadania. E isto se dá na ação de “Fomentar o exercício da cidadania dos jovens supõe gerar condições para que eles *protagonizem a sociedade* e não somente para que protagonizem as políticas de juventude (BANGO, 2008)”.

Nesta perspectiva a superação da visão do jovem como problema e como uma ameaça à segurança pública se constituiria como fator secundário.

O segundo plano, o institucional, aponta o aspecto estratégico que compreende a institucionalização da juventude na ruptura com a setorialidade das políticas.

Sendo assim, uma ação se impõe como requisito para uma condição de eficiência do papel de mando e coordenador dos organismos de juventude é “a criação de planos estratégicos gerados conjuntamente como os organismos setoriais de políticas sociais (BANGO, 2008)”.

E na análise da relação entre os componentes técnicos e políticos, chama-se a atenção para a necessidade de contar com “novas modalidades de gestão” com o objetivo de constituir uma “política de formação de recursos humanos permanentes”.

Numa advertência diante da preocupação em superar determinados traços dificultadores à implementação das políticas sociais, se elabora que:

Superar os riscos do clientelismo político requer a consolidação de equipes técnicas capacitadas. Superar o risco de manejo tecnocrático das políticas requer a existência de uma direcionalidade explícita da política. (BANGO, 2008, p.52)

Quanto ao plano programático, uma primeira observação considerada trata do êxito da implantação de uma política como resultante da eficiência em sua implementação, além de seu conteúdo e ações.

Outro aspecto deste plano versa sobre o paralelismo entre a implantação de programas de desenvolvimento comunitário e as necessidades caracterizadas como de “emergência social”.

Em relação à elaboração de uma estratégia de intervenção social que potencializa as ações, superando um viés paternalista e assistencialista destas é avaliado que:

Em termos estratégicos, o trabalho que há por vir é um trabalho integral que supõe o fortalecimento das redes comunitárias (reconstruir as pontes de integração), das redes de serviços no território e, por último, a articulação das redes sociais e de serviços. (BANGO, 2008, p.53)

Por último, no plano da geração de conhecimento, é compreendido que a implementação de políticas de juventude qualificadas “requer a disponibilidade de uma massa crítica e de um acúmulo de conhecimentos sistemáticos (BANGO, 2008)”.

Outro elemento que lança luz sobre o papel do conhecimento na abordagem da sociedade civil frente às demandas sociais ressalta que:

[...] desde uma concepção de política pública, torna-se necessário apelar à acumulação de conhecimento e de modalidades de gestão existente nas organizações da sociedade civil, que durante anos têm ensaiado formas inovadoras de gestão social (BANGO, 2008, p.53)

Por fim, o entendimento de que as articulações entre os agentes políticos voltados à problemática da juventude, entre as instituições que geram conhecimento sobre a mesma, bem como, outros atores, devem ser provocados a realizar pesquisa, promover formação, “além de constituir-se em novas linhas de desenvolvimento de tais instituições”, numa qualificação dos recursos humanos a curto e médio prazo (BANGO, 2008).

No bojo dessas discussões espaços de construção democrática e de participação cidadã são elementos necessários a qualificação das políticas dirigidas à juventude. Nisto, as Ongs tem papel importante a desempenhar. Suas ações e sua inserção no contexto brasileiro são analisadas no capítulo seguinte.

2 - AS ONGS

Neste capítulo, as Organizações Não Governamentais (Ongs) constituem o objeto de estudo.

A tarefa empreendida corresponde a compreender as Ongs como agentes políticos relevantes na atual conjuntura nacional e internacional.

Além das considerações quanto ao caráter político das Ongs, são observados os aspectos que circundam sua institucionalidade e as possíveis contribuições frente ao desafio de efetivar políticas públicas de promoção dos direitos sociais e de exercício da cidadania.

Também é examinada como suas ações podem contribuir para um amadurecimento da consciência política dos setores majoritários da sociedade.

Para tanto, são tecidas considerações a respeito do advento das Ongs no cenário internacional, num recorte histórico que tem a Segunda Grande Guerra e o contexto da Europa ocidental como referências.

Num segundo momento, a conjuntura brasileira, entre as décadas de 1980 e 1990 é ressaltada como o cenário de análise de surgimento das Ongs no plano nacional.

Por último, é abordada a presença das Ongs no atual contexto brasileiro, bem como outros aspectos pertinentes a sua inserção política e institucional.

2.1. O Advento das Ongs no cenário internacional

Para tratar das raízes mais remotas do advento das Ongs podemos voltar nossa atenção às distantes experiências de autogoverno encontradas na história.

A lógica dessas experiências está historicizada desde tempos longínquos, aludindo às comunidades primitivas que nos revelaram várias formas de organização cooperativa, como as guildas, as fraternidades, os cultos, as comunidades das cidades ou aldeias, algumas das quais mantidas vivas ainda nos dias de hoje (CARVALHO, 1995).

Contudo, como a elaboração acerca da reconstrução de toda a história referente às Ongs foge aos principais objetivos deste estudo, não pretendo adentrar por esta vereda nesta oportunidade.

Sendo assim, guardadas as particularidades históricas de cada período, o ponto inicial das elaborações acerca da trajetória histórica das Ongs neste trabalho está localizado na segunda metade da década de 1940, relacionando o advento destas com o forte impulso recebido pela ONU⁴, organização também criada neste mesmo período.

O panorama mundial do período pós Segunda Grande Guerra da última metade da década de 1940 é marcado pelos acontecimentos flagelares em decorrência da Segunda Grande Guerra, principalmente nas muitas regiões afetadas pelo conflito armado em que um quadro de destruição e violência, entre outras brutalidades, foi imposto aos seres humanos habitantes dessas regiões de forma catastrófica.

Após o conflito que perdurou por longos seis anos, de 1939 a 1945, para além dos acordos negociados face ao armistício e para os eventos decisivos que resultaram no fim do conflito bélico, diversos atores da sociedade civil e autoridades governamentais passaram a discutir novos modelos de pacificação do planeta e mecanismos para assegurar a paz e a convivência solidária entre os inúmeros e diferentes povos do mundo.

Diante disso, a proposta de criação de organismos internacionais multilaterais para garantir o convívio pacífico entre os povos saiu fortalecida.

O legado desolador, um número de vítimas que ultrapassou 50 milhões de mortos, feridos e desabrigados, da Segunda Grande Guerra foi agravado pela desestruturação econômica dos países capitalistas, mormente da Europa ocidental, e de suas nações.

⁴ Organizações das Nações Unidas, criada oficialmente em 24 de outubro de 1945, data da promulgação da Carta das Nações Unidas, assinada por 51 países. Sua atuação visa atender as demandas políticas, econômicas e sociais surgidas no pós-guerra. Atualmente o número de membros desta está próximo de duas centenas.

Frente a esta realidade, as nações européias, por meio de seus governos, estiveram submetidas a programas de ajuda econômica que reformularam a ordem internacional de todo o globo definitivamente.

No entanto, a concretização da idéia de criação de organismos internacionais que contribuíssem decisivamente para a preservação da paz, a autonomia dos povos e a promoção e cooperação internacional, além do progresso social, enfim, que promovesse um mundo “mais civilizado”, ainda não se efetivara.

É importante não olvidar as ações formalizadas e celebradas na perspectiva pacificação do planeta, como a Conferência de Haia, realizada pela primeira vez em 1893, ou a criação da Liga das Nações em janeiro de 1920.

Os princípios pensados para o pós guerra (1945) de paz e solidariedade entre os povos, também podem ser observados nas duas ações mencionadas.

Foi justamente a devastação promovida pelo conflito armado de 1939-45, sobretudo nos países centrais europeus, e na aliança estabelecida junto aos países “em desenvolvimento”, que se difundiu significativamente o surgimento de organizações sociais que tivessem como foco de suas intervenções o atendimento das necessidades básicas e imediatas das camadas majoritárias.

Muitas dessas organizações eram conduzidas por representantes da sociedade civil e de certa forma, atuavam na reconstituição do tecido social esgarçado pela guerra.

Segundo Tavares, foi em documentos da ONU que o termo “Ong” foi cunhado em 1946 e definiu-se “como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental” (1999 apud DAGNINO, 2002).

O pano de fundo em que estes documentos são publicados é constituído pela ideologia e a prática social denominada “desenvolvimento das comunidades”.

Esses fundamentos pautaram, em boa medida, as relações políticas de cooperação e dominação dos países centrais face aos países periféricos no capitalismo ocidental (STEIL, 2007; CARVALHO, 2007).

Outro acontecimento relevante nesse contexto foi a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) no âmbito da ONU, em decorrência das preocupações das autoridades públicas mundiais com o desenvolvimento econômico global no pós 1945.

Estas ações estão relacionadas com a manifestação de um setor relevante da comunidade internacional em fomentar e difundir as Ongs, num cenário mundializado, desde fins dos anos de 1940 e ao longo das décadas seguintes.

Por outro lado, muitas das experiências significativas na difusão e, posterior, consolidação das intervenções oriundas das Ongs são herdeiras das experiências de autogestão que foram incorporadas e desenvolvidas por grupos inseridos no âmbito da sociedade civil.

Em relação a aspectos de expansão da idéia de autogoverno em fins da década de 1960, é apontado que:

Desde o fim dos anos 60, a idéia de autogoverno tornou-se, de forma crescente, assunto das discussões políticas em todas as partes do planeta. Nos países altamente industrializados, surgiram, nos cantos e nas esquinas, grupos organizados de pessoas que, com base na vivência cotidiana compartilhada, começaram a administrar diretamente a vida comunitária. (CARVALHO, 1995, p.13)

Ainda assim, por mais que as ações desses grupos sociais expressem uma postura politizada contraditoriamente levarão adiante uma intervenção que não se pautará, prioritariamente, por um caráter político.

O caráter das ações desses grupos está dirigida em busca de equacionar aspectos elementares que atingem mais fortemente os setores mais vulneráveis da sociedade.

O comprometimento desses grupos é orientado variavelmente em ocupar o espaço “descuidado” pelo Estado no que diz respeito à sua intervenção como agente político, deliberada em muitos momentos.

Face ao perfil das ações políticas empreendidas nesse contexto em muitos desses grupos é elaborado que:

Paralelamente, passaram a desideologizar o comportamento político, orientando-o para a consecução de objetivos relativos ao atendimento de suas necessidades básicas de saúde, educação, moradia e trabalho, ali onde se verificasse a ausência de governo. (CARVALHO, 1995, p.13)

E, deve-se registrar que a dinâmica adotada por esses grupos organizados permitiu que os mesmos obtivessem, em um curto espaço de tempo, uma considerável “filiação”, se apresentando como um segmento que já não podia mais ser ignorado.

Avaliando-os como uma renovação na ação política em sua incipiente forma de sociabilidade, é considerado:

Em menos de uma década, esses grupos alcançaram um padrão de organização que os distinguiu das entidades políticas e sociais que haviam até então sido veículo da participação e da integração da cidadania nas malhas da sociedade civil clássica. Essas ONGs, *grassroots* ou organizações de base estabeleceram-se rapidamente se espalharam por todo o mundo, como uma expressão *avant La lettre* da crise de governabilidade em seguida instalada no sistema mundial. (CARVALHO, 1995, p.13)

Diante desse panorama, o BIRD procura estabelecer um canal de diálogo com as Ongs impulsionando, inclusive, experiências de colaboração.

Entretanto, estas experiências adquirem uma expressão particular, sendo descritas de forma que:

As primeiras experiências de colaboração do Banco Mundial com Ongs se deram nos anos 70 e ocorreram exclusivamente no plano operativo, isto é, no contexto de projetos sendo implementados em setores específicos da socioeconomia dos países tomadores de empréstimos. No entanto, até pelo menos no início dos anos 80, a colaboração se limitava a aspectos marginais da implementação de projetos. (ARRUDA, 1998, p.47-48)

Já na década de 1990, a avaliação quanto à cooperação estabelecida entre o BIRD e as Ongs eram profícuas, pois eram observadas como possíveis de fortalecerem a qualidade, sustentabilidade e efetividade dos projetos financiados pelo Banco.

E, numa leitura que compreende uma crescente preocupação do Banco em melhorar a qualidade de implementação dos projetos financiados e a deficiente eficácia avaliada da parceria entre o Banco junto aos governos, uma aproximação cada vez maior é estimulada entre este e as Ongs.

Frente aos elementos de aproximação entre a instituição financeira multilateral e as Ongs, é elaborado que:

Em anos recentes, o Banco Mundial não só aproximou-se mais das Ongs e abriu-se ao diálogo com elas, como também cooptou e deu conotações próprias a varias expressões e demandas que eram características da linguagem das Ongs e dos movimentos sociais (combate à pobreza, desenvolvimento justo e sustentável, propriedade social de programas e projetos de desenvolvimento, participação popular, entre outros). Isto tem gerados riscos, mas também oportunidades, que as Ongs devem desvelar e aproveitar, questionando o conteúdo e os pressupostos que o Banco atribui a esses conceitos e postulando outros, fundado no interesse das maiorias. (ARRUDA, 1998, p.70)

Desta forma, atualmente as articulações das Ongs no cenário mundial com as agências de financiamento se encontram em expansão.

Resta avaliar o quanto os interesses priorizados nessas articulações têm a tendência de atender aos setores majoritários, ou o quanto atuam na defesa das prerrogativas de grupos elitizados.

Um pouco desta discussão é encontrada nas análises seguintes.

2.2. O Advento das Ongs no contexto brasileiro até os dias atuais

O advento das Ongs no Brasil é precedido de um histórico de intervenções de diversos grupos sociais organizados que vem desde o período colonial atuando de forma a praticar a caridade, a filantropia e o assistencialismo.

Inicialmente estas intervenções se dão, predominantemente, por organizações religiosas de orientação cristã, católicas em sua maioria.

Nesse contexto, as entidades que realizavam estes trabalhos, no caso das entidades religiosas católicas, atuavam de forma ambígua do ponto de vista institucional, pois não havia em todo o período que precede a proclamação da República no Brasil em 1889, a separação entre o Estado e a Igreja Católica, ou seja, não havia um Estado laico.

Tratar do caráter político e institucional do Estado brasileiro, sobretudo em fins do século XIX e início do século seguinte, seria preciso muito mais do que este trabalho permite.

Porém, há de se pontuar algumas características básicas como, sua condição monárquica, sua estrutura econômica que ainda utilizava, até maio de 1888 de forma institucional, de mão de obra compulsória, legalizando o trabalho escravo.

Nesse contexto, as ações encaminhadas pelos setores ligados à Igreja Católica, e de outras denominações religiosas, remetem a criação de organizações voluntárias como hospitais, orfanatos e asilos fundados a partir de fundos patrimoniais e doações.

Eis que a “invenção do Brasil” no transcorrer do século XIX, permite o surgimento de outros tipos de organizações voluntárias, de prestação de serviços e de ajuda mútua.

As origens de várias dessas organizações se dão no campo corporativo, como associações profissionais ou científicas, por exemplo.

Na medida em que a dimensão política dessas organizações se evidencia, o Estado brasileiro, de perfil republicano, passa a efetuar um maior controle sobre as referidas organizações.

Uma referência clara disso é encontrada na década de 1930, quando o Estado intensifica a fiscalização e sua participação junto às entidades sem fins lucrativos, seja por meio de leis do trabalho ou de regulamentações e subsídios.

Muito em razão disto, no cenário brasileiro dos anos de 1930, é observado que:

Com as leis trabalhistas dos anos 30, o assistencialismo passou a ter espaço nas políticas públicas como forma de suprir carências e pseudodefesas culturais. O próprio Estado criou as instituições de intermediação com as Ongs caritativas, como a LBA. (GOHN, 2003, p.56)

Passando a analisar a conjuntura das décadas de 1960 e 1970, em que a sociedade brasileira era governada por um regime de exceção, caracterizado pelo militarismo, é que se desenvolve uma maior ação por parte de setores da sociedade numa intervenção não-estatal.

Haja vista, que o modelo estatal vigente era contestado por diversos atores, provocando certa rejeição por parte da população.

É neste período da história nacional em que a categoria básica da autonomia é ressaltada, a mesma é apresentada como dinâmica que:

Na realidade, tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um distanciamento em relação ao Estado autoritário. (GOHN, 2003, p.26)

Contudo, inúmeras são as formas de organização buscada pela sociedade civil desde o princípio da década de 1980 na perspectiva de construção de um Estado Democrático e de Direito.

A promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988, empreendida na tônica da defesa, exercício e universalização dos direitos cataliza as aspirações sociais deste momento histórico brasileiro.

A partir deste novo paradigma jurídico, a participação da sociedade civil na procura de soluções para os problemas sociais presentes em seu âmago, é compreendida como uma prerrogativa.

Diante disso, numa contextualização dos anos 90 das proeminentes organizações sociais, é argumentado que:

A construção de um campo de atores e significados em disputa para enfrentar os temas ligados à miséria e à fome viu-se materializada, em 93-94, por uma importante campanha conduzida pela sociedade civil. A campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida nasceu de uma conjuntura particular derivada do *impeachment*, mas foi também o produto da emergência de vários conflitos públicos e mobilizações sociais em torno do tema da segurança alimentar e

da exclusão social. Cria-se então uma agenda social que, antes de ter um tratamento formal em esferas institucionais, foi uma formulação nascida da interpelação pública e da convocação para a ação realizada por lideranças civis e religiosas, dentre as quais se destacou uma liderança criada no campo das Ongs, Herbert de Souza. (LANDIM; DURÃO, 2008, p.13-14)

É neste cenário em que as Ongs encontram um “terreno fértil” para o estabelecimento de ações com vistas ao estabelecimento de suas linhas de intervenção e de se colocarem em evidência diante da conjuntura social e política que se configura.

Todavia, a identificação do perfil das Ongs exige um esforço para observar uma gama de agentes que se reconhecem e são reconhecidos através das siglas Ong.

Há inúmeros trabalhos que traçam as distinções entre as matizes ideológicas presentes no interior das Ongs, onde são destacados aspectos importantes destas questões, assim sendo, algumas dessas referências e elaborações são consideradas neste estudo.

Em relação aos diferentes perfis das Ongs, é identificada em muitas organizações uma ênfase maior em sua atuação militante.

No caso das Ongs “militantes”, a apologia dos direitos esta vinculada a superação das injustiças sociais.

Apoiadas em movimentos sociais e com discursos contestatórios, estas se opõem frontalmente ao capitalismo e ao processo de globalização, defendendo uma transformação nas estruturas econômicas e políticas de forma contundente.

Por outro lado, também é constatada a existência de Ongs com perfil cuja origem se encontra nos setores favorecidos economicamente.

Nestas, não raras vezes, o seu financiamento é originário de doações de fundos empresariais ou provenientes de renúncia fiscal e até mesmo de relações com organismos internacionais multilaterais.

Nas Ongs que atuam no âmbito da estrutura vigente, o seu discurso concebe a superação das desigualdades sociais nos marcos de um “capitalismo humanizado”, sem a necessidade de maiores revisões nas estruturas sociais. (COUTINHO, 2004)

Tanto as Ongs com perfil contestatório, quanto às de origem elitizada socialmente, atuam no espaço em que o Estado está ou esteve presente, mesmo de forma precária. (COUTINHO, 2004)

As ações desenvolvidas pelas Ongs procuram manter viva ou revitalizar o tecido social já bastante deteriorado pela ausência ou pela presença insuficiente do poder público ao longo de décadas, na melhor das hipóteses.

E este estado de coisas é, provavelmente, o elemento que mais contribui para o papel relevante de suas intervenções.

Entretanto, recentemente, muitas Ongs têm atuado de forma alinhada aos pressupostos dos setores elitizados e governamentais, intervindo no quadro social a partir de um referencial ideológico comprometido com uma visão de mundo que procura neutralizar posicionamentos políticos de enfrentamentos agudos com o *status quo*.

Mesmo porque a sustentação financeira destas estaria comprometida caso um posicionamento predominantemente “contestatório” deteriorasse o canal institucional da relação entre as Ongs e seus financiadores.

Outro aspecto a ressaltar compreende a prevalência no interior das Ongs, em sua estrutura administrativa, de uma gestão que contempla diretrizes cujo modelo é o paradigma advindo do segmento empresarial.

Esta opção paradigmática pode ser entendida pela ausência de concepções de gerência pensadas especificamente para as Ongs.

Mas também podem indicar a permeabilidade das Ongs de visões difundidas na sociedade em que o paradigma empresarial tem se tornado hegemônico.

Passando a tratar da atualidade das Ongs no âmbito da sociedade brasileira, há que ser considerado o posicionamento das mesmas no panorama social e político nacional.

Nisto, é certa que a ascendência do processo de reforma do Estado e a predominância da diretriz neoliberal no âmbito governamental como traços relevantes da conjuntura política nacional são aspectos relevantes.

É face ao ordenamento jurídico estabelecido formalmente que a possibilidade de identificação do caráter comum das Ongs podem melhor ser elucidadas.

No caso deste estudo, o interesse primordial procura saber a respeito das organizações formalmente constituídas, cujo formato jurídico seja uma associação ou fundação, sem fins lucrativos, que objetive a promoção e o exercício dos direitos por amplos setores da sociedade.

Segundo dados do IBGE de 2004⁵, o número de associações e fundações brasileiras com o perfil supramencionado, compreendia 276 mil organizações em 2002.

São organizações de caráter distintas: corporativas, religiosas, científicas, recreativas, produtivas (como as cooperativas de trabalhadores, por exemplo), de serviços, entre outras.

⁵ Esta pesquisa do IBGE contou para sua realização com a parceria da ABONG e do GIFE.

Porém, somente no contexto das dinâmicas sociais e políticas que são desencadeadas mais intensamente a partir da década de 1990, é que estas organizações se tornam personagens de maior preponderância.

As dinâmicas mencionadas versam sobre as orientações pautadas pela agenda neoliberal e remete a aproximação do Brasil com o chamado Consenso de Washington, manifestada pela disposição do governo brasileiro em adotá-la como seu modelo gerencial.

Nesta preposição, sob o argumento de reconstruir o Estado em bases mais eficientes, são eliminados os tidos “entraves” institucionais.

Portanto, privatizações, ajustes fiscais, desregulamentação do mercado, flexibilização dos sistemas trabalhistas e previdenciários, entre outros aspectos, se dirigem ao encontro desta reconstrução.

Atendendo as diretrizes neoliberais, o Estado passa a realizar uma reforma administrativa, modifica seus investimentos no setor produtivo e articula esses investimentos com as demandas sociais (PEREIRA, 1998).

É numa concepção de gestão institucional denominada governança⁶, que o Estado se apropriaria enquanto objetivo principal da capacidade de impulsionar eficientemente as políticas públicas.

Nisto, um novo modelo de intervenção pública no campo da sociedade é formulado, implicando em mudanças na relação entre Estado e sociedade civil, e vice-versa.

As considerações acerca do papel das organizações públicas não estatais na conjuntura da reforma do Estado brasileiro sinalizam os preceitos que vão orientar a relação entre o Estado e a sociedade civil.

A definição de público nas organizações, no contexto da reforma do Estado, compreende as organizações voltadas aos interesses gerais da sociedade, e o uso do termo não estatal, manifesta que estas não fazem parte do aparato estatal.

Um dos pressupostos apregoados no contexto da reforma do Estado, é que todas as organizações sem fins lucrativos, não corporativas, são ou deveriam ser organizações públicas não-estatais.

⁶ Sucintamente, o termo governança difundiu-se durante a crise do Estado dos anos de 1980 e 1990, o termo foi forjado para possibilitar o entendimento das diferentes dimensões e propiciar a busca de soluções desse contexto. Também pode ser entendido como sinônimo de governabilidade.

E o seu caráter público não estatal pode ser acionado como forma de controle social e enquanto produção de bens e serviços sociais e científicos.

Em face disto, no apontamento de perspectivas destas organizações, é delineado que:

[...] Tudo indica que no séc. XXI o público não-estatal, seja como forma de propriedade e de produção de serviços sociais e científicos, seja como meio de controle social, terá um papel decisivo. (PEREIRA, 1998, p.238)

Outro argumento utilizado na definição de perspectivas face às organizações públicas não estatais, é consubstanciado na defesa de que o Estado não goza de capacidade suficiente para a realização de uma “série de tarefas”, assim como o mercado se mostra incompetente para realizá-las. Então, é justamente neste vazio que as organizações públicas não estatais, teriam espaço a ocupar.

Numa consideração a respeito da ampliação do setor público não estatal, são avaliadas duas origens particulares:

[...] de um lado, a partir da sociedade, que cria continuamente entidades dessa natureza; de outro lado, a partir do Estado, que, nos processos de reforma deste último quartel de século XX, se engaja em processos de *publicização* de seus serviços sociais e científicos. (PEREIRA, 1998, p.242)

Embora considerando que as organizações públicas sejam não estatais, pois não compõem a institucionalidade do Estado, elas participam de políticas encampadas pelo Estado e, portanto, da política do governo de plantão.

Nestas circunstâncias, as Ongs são mobilizadas para atuar em um quadro de transferência de políticas e de serviços públicos para a esfera privada, e de pulverização da responsabilidade essencial do Estado.

E, para além deste esvaziamento do papel do Estado, há outras implicações quanto à profissionalização do exercício da cidadania e as possíveis manipulações e cooptações as quais os indivíduos estão sujeitos por parte de governos e/ou empresas.

Tratando de demais aspectos com relação ao universo das Ongs brasileiras na atualidade, são analisados na seqüência outros fatores e dados referentes às mesmas.

Um desses fatores versa sobre a captação de recursos pelas Ongs, pois apesar destas utilizarem amplamente o trabalho voluntário ou militante, há outras questões que resultam em gastos.

Primeiramente é importante destacar que mesmo contando com trabalho não remunerado, praticamente toda Ong tem profissionais remunerados e, para contar com uma

estrutura mínima de funcionamento, humano e material (sede, veículo, comunicação, etc.), são imprescindíveis certos recursos orçamentários.

Segundo pesquisa realizada pela ABONG em 2003 (pesquisa do perfil das associadas à ABONG em 1994, 2000 e 2004), as Ongs pesquisadas, no total de 176 organizações, captaram cerca de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em fontes de financiamento para suas ações.

As fontes destes recursos são diversas. Eles se originam desde agências internacionais de cooperação, comercializações de produtos e serviços, doações de indivíduos, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, empresas, fundações ou institutos empresariais, agências multilaterais e bilaterais, contribuições associativas, entre outras fontes.

É pertinente salientar que com relação à prestação de contas desses recursos, os dados levantados pela ABONG também são bastante ilustrativos, conforme a tabela seguinte (TABELA 1).

Tabela 1 – Organizações não associadas que possuem política de prestação de contas públicas dos recursos recebidos

Opções	Número	Percentual (%)
Possuem	155	76,73
Não possuem	33	16,34
Não Sabem/Não Responderam	14	6,93

Fonte: *Abong, pesquisa perfil das associadas, 2004* | base 202

Nesses primeiros dados, é revelada a dimensão institucional alcançada pelas Ongs, observando o volume de recursos captados e a variedade de agentes com os quais as mesmas se articulam.

E ainda é observada a existência por parte da maioria absoluta, de uma política de transparência com relação à aplicação de seus gastos, com relação à prestação de constas, pelo menos nas Ongs associadas à ABONG.

Outro dado relevante corresponde aos títulos públicos conferidos pelo poder público às organizações sociais.

Estes títulos são de fundamental importância, pois sem os mesmos a institucionalidade e legalidade das Ongs seriam inviáveis.

Para ilustração deste dado apresenta-se a tabela na página seguinte (TABELA 2).

Há registros públicos que na constituição de uma associação ou fundação (no formato jurídico de uma Ong), são requisitos obrigatórios nas três esferas de governo.

Estes registros adotam inúmeros procedimentos legais, são eles, o registro no cartório de registro civil das pessoas jurídicas, inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas junto à receita federal, regularização diante da Prefeitura Municipal do espaço físico a ser utilizado como sede da organização (Alvará de Localização e Funcionamento e Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM) e, com relação à regularização trabalhista deve-se apresentar dados anualmente, documentos e informações referentes à Relação Anual de Informações Sociais – Rais e Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência – GFIP, além de ter que se registrar no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, caso queira contratar empregados.

Portanto, dependendo da área e forma de atuação da organização, existem diversos registros, títulos e qualificações obrigatórias ou facultativas frente ao poder público.

Atualmente, há várias informações e bancos de dados públicos que reúnem uma série de dados sobre as intervenções relacionadas às Ongs.

Um exemplo é a base de dados da receita federal, cuja fonte de dados origina-se da Declaração de Informações da Pessoa Jurídica e da parte do Ministério do Trabalho, a Rais.

Outros cadastros públicos se encontram no Ministério da Justiça e do Ministério Público, bem como no Ministério do Meio Ambiente, referentes às Ongs ambientalistas ou no Ministério da Saúde, com relação às Ongs ligadas à área.

Na análise dos principais tipos de intervenções executadas pelas Ongs, é possível elucidar determinadas peculiaridades observando a tabela 3.

Nos dados posteriores, da tabela 3, podemos observar a predominância de intervenções na capacitação técnica ou política e de assessoria por parte das Ongs.

Tabela 2 – Títulos conferidos pelo Poder Público que as organizações associadas possuem

Títulos	Número	Percentual (%)
Utilidade Pública Municipal	105	51,98
Utilidade Pública Estadual	85	42,08
Registro no CNAS	75	37,13
Utilidade Pública Federal	51	25,25
Outros Títulos	38	18,81
CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social)	25	12,38
OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)	10	4,95
Nenhum deles	54	26,73
Não Sabem /Não Responderam	1	0,50

Fonte Abong, *pesquisa perfil das associadas, 2004* | base 202

Contudo, há de se enfatizar a significativa prática social de articulação política e de prestação de serviços.

A respeito das principais áreas temáticas priorizadas pelas Ongs, são observadas uma variedade de itens, reafirmando a lógica da diversidade de diligências acionadas pelas Ongs. Novamente, uma ilustração por meio de uma tabela na página seguinte (TABELA 4), permite visualizar esta consideração mais facilmente.

Tabela 3 – Principal tipo de intervenção das Organizações associadas

Tipos de intervenção	Número	Percentual (%)
Capacitação técnica/política	132	65,35
Assessoria	94	46,53
Articulação política e/ou Advocacy	69	34,16
Prestação de serviços (atendimento direto)	63	31,19
Pesquisa	43	21,29

Não Sabem/Não Responderam

1

0,50

Fonte: Abong, *pesquisa perfil das associadas, 2004* | base 202- respostas múltiplas

Como se visualiza na extensa lista adiante, tabela 4, praticamente não é possível imaginar área de intervenção em que as Ongs não estejam atuando.

Mesmo considerando a prevalência de certas áreas como prioridades (educação, organização e participação popular, justiça e promoção de direitos), diante de outras, é importante salientar a abrangência das intervenções alcançadas pelas Ongs nas mais diferentes áreas.

As considerações acerca das fontes de financiamentos das Ongs, bem como, sobre os dados a respeito dos recursos orçamentários e sua transparência, dos registros públicos, tipos de intervenção e as áreas priorizadas como campo de atuação, buscam desenhar um quadro mínimo de suas intervenções no cenário atual brasileiro.

Além disso, é necessário conhecer, minimamente, sobre a situação em que se encontram as conformações jurídicas no estabelecimento de um marco legal com relação as Ongs e de outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Até fevereiro de 2007, tramitavam no Congresso Nacional 11 proposições relativas ao marco legal referentes às Ongs.

Em torno das discussões quanto ao estabelecimento de um marco legal para as Ongs, esta em formulação a criação de novos parâmetros de relação entre o Estado brasileiro e a sociedade civil.

Tabela 4 – Principais áreas temáticas priorizadas pelas Organizações associadas

Áreas Temáticas	Número	Percentual (%)
Educação	95	47,03
Organização popular/Participação popular	82	40,59
Justiça e promoção de direitos	60	29,70
Fortalecimento de outras ONGs/Movimentos populares	54	26,73
Relação de gênero e discriminação sexual	53	26,24
Trabalho e renda	47	23,27
Saúde	45	22,28

Meio ambiente	41	20,30
Arte e cultura	27	13,37
Comunicação	27	13,37
Agricultura	25	12,38
DST/AIDS	23	11,39
Questões urbanas	20	9,90
Segurança alimentar	20	9,90
Assistência social	18	8,91
Questões agrárias	14	6,93
Desenvolvimento da economia regional	14	6,93
Discriminação racial	11	5,45
Orçamento público	9	4,46
Segurança pública	7	3,47
Relações de consumo	6	2,97
Outras	46	22,78
Não Sabem/Não Responderam	3	1,49

Fonte: *Abong, pesquisa perfil das associadas, 2004 | base 202 – respostas múltiplas*

Este debate também se pauta pela ação da identidade política de um campo de organizações sociais que atuam na defesa, promoção e acesso a direitos.

Nisto, uma ocorrência de 1999, a promulgação da Lei 9.790/99, instituiu outra configuração às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, conhecida como “Lei das Oscips”.

No bojo deste instrumento legal, foi reconhecido um avanço, pois esta legislação considerava a pluralidade de iniciativas de interesse público existentes no país.

Na qualificação das organizações da sociedade civil de interesse públicos, em relação a “Lei das Oscips”, é avaliado que:

De fato, pela Lei, podem-se qualificar como Oscips as organizações que realizam: promoção da assistência social; promoção da cultura; defesa e promoção do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, direitos humanos da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos científicos. (LANDIM;DURÃO, 2008, p.26)

Entretanto, o êxito logrado por esta legislação se viu limitado. Os vetos encaminhados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso reduziram muito as expectativas desencadeadas ao longo de sua elaboração e redação final.

E, particularmente, a maior contribuição que surgiu como principal instrumento da Lei das Oscips foi a regulamentação do Termo de Parceria.

Esta normatização privilegiava o repasse de recursos para associações e fundações com o propósito de prestação de serviços, ademais, o que se viu foi uma estagnação que comprometeu a construção de um marco legal que possibilitasse o fortalecimento das organizações da sociedade civil brasileira.

No documento que serviu de base para os debates sobre a Lei das Oscips, são expressos os pressupostos de parte das organizações sociais presentes as discussões. Desta forma, se registra que:

É necessário incluir também as chamadas Ongs (organizações não-governamentais) cuja atuação não configura nenhum tipo de complementariedade ou de alinhamento aos objetivos de políticas governamentais, e nem, muitas vezes, de complementariedade à presença do Estado. Ao lado das instituições que complementam a presença do Estado no desempenho dos seus deveres sociais e ao lado daquelas entidades que intervêm no espaço público para suprir as deficiências ou a ausência da ação do Estado, devem ser também consideradas, como de fins públicos, aquelas organizações que promovem, desde pontos de vista situados na Sociedade Civil, a defesa de direitos e a construção de novos direitos – o desenvolvimento humano, social e ambientalmente sustentável, a expansão de idéias-valores (como a ética na política), a universalização da cidadania, o ecumenismo (*latu sensu*), a paz, a experimentação de novos padrões de relacionamento econômico e de novos modelos produtivos e a inovação social etc. (LANDIM;DURÃO, 2008, p.24)

Neste processo de estabelecimento de uma marco legal para o chamado “terceiro setor”, deve-se ressaltar a edição do Decreto 5504/2005, que fixa a exigência de utilização do pregão, preferencialmente eletrônico, para os entes públicos ou privados, nas contratações de

bens e serviços comuns, feitos em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União.

Este Decreto presidencial foi bastante criticado, pois provocou em inúmeras organizações obstáculos à sua operacionalidade.

Esta exigência legal foi tida como prejudicial por muitas Ongs que não teriam como se estruturarem para atender aos requisitos deste tipo de ordenamento jurídico e pressionaram as instâncias dos três poderes junto ao nível federal para uma estratégia de superação destes obstáculos.

A mobilização desses setores logrou êxito, pois em maio de 2007 foi publicada a Portaria Interministerial nº 150, que alterou pontos do decreto 5.504/05, que favoreceu as relações institucionais entre as Ongs e o Poder Público, mesmo que de forma temporária.

Por fim, as considerações elaboradas com a tarefa de posicionar no atual contexto da sociedade brasileira o papel e relevância das Ongs, bem como as expectativas mais recentes que elas mobilizam, perfazem a trajetória analisada.

3 - A PATRULHA JUVENIL DE GARÇA

Neste capítulo, os aspectos constituintes da Ong, objeto de estudo da pesquisa, são abordados e analisados na perspectiva das referências deste estudo, considerando a intervenção colocada em prática pela PJG.

Para tanto, foi elaborada uma divisão dos elementos que a circundam.

Primeiramente, é feito uma síntese da história do município de Garça, onde a Ong tem sua sede e é palco de sua atuação.

Posteriormente, é realizado um resgate da história da Patrulha Juvenil de Garça (PJG). Com isto pretende-se localizar em sua trajetória indícios que possam contribuir para uma

aproximação junto aos seus pressupostos, sujeitos, ações e dinâmicas, entre outros traços, que a acompanharam ao longo de sua existência.

Em seguida, as dimensões de sua institucionalidade, por meio de seus documentos oficiais, são exploradas.

Depois, alguns de seus personagens são observados, tanto figuras responsáveis pela execução das ações Ongs, bem como são ouvidos aqueles dedicados a administração da mesma.

Também são ouvidas personagens do público alvo da PJG, neste caso os jovens participantes e egressos da entidade, assegurando-lhes oportunidade de manifestar suas impressões quanto à Ong, oferecendo desta forma material para estudo.

Desta forma, mesmo discorrendo sobre aspectos da história da PJG, o período privilegiado de análise de sua intervenção e decorrentes considerações remete a atuação da Ong em sua atualidade.

Os aspectos recentes de sua intervenção são os elementos fundamentais para as reflexões desenvolvidas face à problemática desta pesquisa que objetiva desvelar questões relacionadas às Ongs e as políticas públicas de juventude.

3.1 Patrulha Juvenil de Garça: Origem e Trajetória

Este sub-capítulo é dividido em duas partes. Primeiro é elaborado uma síntese da história do município de Garça desde as primeiras ações de povoamento a partir de 1916 e ainda são assinalados dados de sua estatística recente.

Segundo, a história da PJG é remontada considerando os registros localizados em seu livro ata documento de significado relevante quanto à sua trajetória.

3.1.1 O Município de Garça

O início da história do município de Garça remonta a segunda metade da década de 1910, quando em 1916, uma caravana chefiada pelo Sr. Labieno da Costa Machado saindo de Campos Novos Paulista, estabeleceu-se na cabeceira do Ribeirão da Garça, afluente batizado pelo mesmo, montando então um acampamento definitivo.

Próximo de 1920 a primeira propriedade agrícola da região estava consolidada, sendo assim, um povoado começou a se formar ao redor da fazenda.

No processo de consolidação da vila, primeiro ela recebeu o nome de Incas para depois ser batizada com o nome de Italina, sendo novamente alterada para Garça, em razão do Ribeirão da Garça. Sua primeira rua foi inaugurada em 4 de outubro de 1924.

Paralelamente a área liderada pelo Sr. Labieno, outro núcleo ia se formando por iniciativa do Sr. Carlos Ferrari, cuja área gozava de melhor localização, sendo favorecida em função disto.

O fato é que as duas áreas denominadas Labienópolis e Ferrarópolis, em homenagem aos seus “desbravadores”, concorreram para a constituição do futuro município.

A despeito das rivalidades dos dois povoados, o município em desenvolvimento foi constituído e teve sua instalação em 5 de maio de 1929, com a comarca efetivada em 12 de outubro de 1935.

No transcorrer do século XX, Garça foi uma das referências nacionais na produção cafeeira, adquirindo status proeminente no Brasil e reconhecimento internacional neste setor.

Atualmente, o município conta com um parque industrial relevante, sendo também referência nacional no setor de mecânica e eletrônica.

Com 43.162 habitantes (Censo do IBGE, 2000), tem sua população composta por mais de 80% de residentes com 10 ou mais de idade. Destes, aproximadamente, 15.500 estão na faixa etária dos 10 a 29 anos, cerca de 40% da população total.

São 11.851 pessoas que freqüentam creche ou escola (IBGE, 2000), ou seja, pouco menos de 30% dos habitantes estão matriculados em instituições de ensino.

O maior contingente de pessoas com 10 anos ou mais de idade residentes no município tem entre 4 e 7 anos de estudo, elas somam 12.612, isto é próximo de um terço dos habitantes.

O rendimento (nominal) médio mensal das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade é de R\$ 543,35.

Por outro lado, perto de 30% da população residente com 10 ou mais de idade, não tem rendimento nominal mensal, são 11.830 pessoas nesta situação.

Por fim, atentando para os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, que somam 2.427 no município, um dado significativo é que a PJG registra atualmente como número de participantes de suas ações, 400 adolescentes, isto é aproximadamente 17% dos jovens nesta faixa etária. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 2009)

3.1.2 A Patrulha Juvenil de Garça Segundo seu Livro Ata

A PJG hoje esta constituída como uma Ong que desenvolve uma política de inclusão de adolescentes no mercado de trabalho.

Ela tem como público alvo jovem cujas famílias estão entre os segmentos de menor renda e maior vulnerabilidade social.

Seja preparando-os para atuarem profissionalmente, após um período de aprendizagem, no segmento de serviços ou no ramo industrial, tanto no setor público como no privado.

Seu programa de formação contempla predominantemente uma lógica tecnicista, pois é observada uma valorização dos aspectos técnicos na preparação para o ingresso no mercado de trabalho, conforme considerado em momento oportuno adiante.

Seu modelo de gestão incorpora os pressupostos advindos da esfera privada/empresarial como paradigma para sua administração.

Mas estas características não estão presentes desde o seu surgimento. Elas foram elaboradas ao longo de sua existência de mais de três décadas de atividades.

Sendo assim, os percursos característicos de sua existência são descritos na trajetória remontada na seqüência.

O início da PJG, a partir dos registros contidos em seu livro ata, é datado em 26 de setembro de 1972 como data de sua fundação.

De acordo com a fonte supramencionada, nesta data foi realizada uma reunião no prédio do Fórum da Comarca de Garça, presidida pelo então Juiz de Direito, Dr. Régis Fernandes de Oliveira (atualmente, deputado federal por São Paulo, pelo Partido Social Cristão, também advogado, professor universitário e administrador de empresas), em que foi lavrado o registro para tornar ativa a Guarda Mirim de Garça.

Ainda nesta reunião, também foram constituídas as instâncias administrativas da principiante entidade.

Desta forma, foi realizada a eleição para a composição de seu primeiro conselho consultivo e, por aclamação, de sua diretoria e seu conselho fiscal, tendo entre seus membros além do Juiz de Direito da Comarca o Promotor Público, o Delegado de Polícia, o Interventor Federal do Município, o Presidente da Câmara, entre outras autoridades públicas do município.

Uma primeira consideração sobre a origem da PJG decorre de seu surgimento como “Guarda Mirim”, indicando uma visão de patrulhamento ao qual o atendimento dos jovens esta dirigida.

Após um período sem registro de ocorrências, somente no dia 25 de outubro de 1973, é registrada uma nova eleição para o seu conselho consultivo.

Em 20 de junho de 1976, foi apontada a realização de uma assembléia da entidade, trazendo em sua pauta a discussão e posterior aprovação de seu estatuto e eleição de nova diretoria executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal.

Este estatuto, em seus trinta e dois artigos, disciplina inúmeros aspectos da entidade, a saber: sobre o caráter da entidade, seus objetivos, dos recursos e contribuições, de seus membros, dos órgãos diretores (assembléia geral, conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva), das comissões técnicas temporárias e permanentes: seleção e treinamento, colocação profissional, educação, promoção social e cívica, alimentação, saúde, vestuário, material escolar e construções, entre outros elementos de sua organização e funcionamento.

Na data de 30 de dezembro de 1981, é registrada a posse dos diretores do Centro de Cultura da Patrulha Juvenil de Garça, em que ocorre, pela primeira vez, uma reunião no atual endereço da sede da entidade, situada à Rua Baden Powell, nº 451, no município de Garça.



Foto: Prédio-sede da Patrulha Juvenil de Garça

Os registros de encerramento de mandatos e posse de novas composições das instâncias da entidade são feitos regularmente, bem como as atualizações do quadro de sócios.

Nestes registros é constatado que a composição das instâncias administrativas da Ong, por escolha e indicação, denota que no interior da entidade não são manifestadas, pelo menos explicitamente, conflitos ou disputas internas significativas.

Com certa regularidade, o Presidente da PJG em exercício, fazia a indicação de seu sucessor, sendo este afiançado pelos diretores da gestão subsequente.

Um dado intrigante, registrado em 1º de julho de 1987, traz considerações acerca de dificuldades financeiras vividas pela PJG.

Em função disto, na busca de solucionar essas dificuldades, é proposto um convênio de mútua colaboração entre a Patrulha Juvenil de Garça e o Lions Clube de Garça.

O Lions Clube, um clube de serviços do município, estruturado internacionalmente, e que desde então passaria a assumir a tesouraria da Ong através de um de seus membros e, posteriormente, a administração da entidade.

Nesta mesma oportunidade, a fala registrada do presidente e do psicólogo da Ong revela indícios das razões que levam os responsáveis pela PJG a procurar parceiros na condução da administração da entidade.

Da fala do Presidente é registrado que “para o bem estar financeiro e social do menor e da entidade, aceitaria as condições para a realização do convênio de mútua colaboração”.

Do psicólogo, “nas condições financeiras em que estava caminhando a entidade, e com os impactos negativos sofridos a decisão de uma vinculação com o Lions Clube de Garça, seria o caminho mais viável para o menor receber assistência, educação e profissionalização da comunidade, e evitar o aumento de menores delinquentes e infratores dentro de nossa cidade” (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1987).

A intervenção na Ong, conforme citado anteriormente, aparece como a alternativa mais viável para a manutenção financeira da PJG e a tônica dada à ação da instituição face ao seu público alvo, remete à lógica de inclusão social como medida preventiva à delinquência juvenil.

Sendo assim, no dia 6 de julho de 1987, a posse do novo tesoureiro é efetivada, considerando os acordos com o clube de serviços, o Lions Clube de Garça.

Na mesma ocasião é feito um questionamento sobre a seleção e “recrutamento de menores (sic)”, e sobre a prática de esportes e recreação pelos mesmos.

Em resposta à questão anterior, o diretor de treinamento da Ong registra que havia iniciado a “militarização dos menores, ou seja, a volta do regime militar da entidade (sic)”.

De acordo com os trechos dos registros transcritos, os termos encontrados nos documentos da entidade expressam a natureza tutelatória que mobiliza as ações da Ong no período correspondente.

Vale ressaltar que o desenvolvimento de uma cultura institucional de controle e policiamento, em que um ambiente disciplinador é enfatizado, denota uma política de atendimento que está na lógica institucional caracterizada por um viés autoritário nas relações sociais.

Este traço, provavelmente, tem suas origens na conjuntura social e política brasileira na qual a fundação da Ong se estabelece, como um legado da origem da instituição na década de 1970.

Em julho de 1987, é aprovado e computado o quadro de sócios da entidade, num total de 90 sócios. O que indica um bom nível de envolvimento social, pois os sócios são, necessariamente, colaboradores financeiros da Ong.

Um primeiro conflito interno da organização, digno de nota, diz respeito aos debates relacionados à administração da Ong, por parte da Presidência da entidade frente ao Lions Clube, em outubro de 1987.

Neste ensejo, é discutida a legalização da comissão administrativa em departamento de administração para gerir os destinos da Ong a pedido do Lions.

Diante disto, a fala registrada do presidente da entidade é bastante enfática, pois o mesmo questiona que:

[...] de início o Lions não aceitou o departamento e exigiu o cargo de tesoureiro e que agora voltava atrás e mais parecia que queria tomar a entidade e que desta forma seria melhor o presidente entregar a Diretoria. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1987)

Neste contexto é mencionada uma auditoria contábil que aponta irregularidades e ausência de esclarecimentos quanto às informações da administração da Ong.

Outro problema destacado trata das condições dos livros contábeis, sem regularidade, e do registro de empregados.

Após as discussões, a criação do departamento de administração é colocada em votação junto ao conselho deliberativo, sendo aprovada pelos presentes.

Como resposta, os conselheiros e diretores da Ong pedem demissão dos cargos que ocupavam dois dias depois.

E, logo em seguida, é constituído um novo conselho deliberativo, que por sua vez organiza a composição da diretoria executiva da entidade.

Uma última conseqüência desta “desavença” administrativa é a responsabilização dos ocupantes dos cargos da PJG no período em que são assinaladas irregularidades nos registros contidos no relatório contábil da entidade.

Na análise dos documentos da PJG é por este período (outubro de 1987), que se constata uma profissionalização da administração da Ong.

A contratação de profissionais (gerente administrativo e assistente social, por exemplo), com a responsabilidade de planejar e definir prioridades face à administração e execução de ações pela entidade reforça esta constatação.

Outras providências tomadas dizem respeito aos registros dos funcionários, determinação de cargos e salários, além da Presidência fazer a solicitação de verbas junto à Prefeitura Municipal, conforme correspondência recebida da Câmara Municipal.

Em dezembro de 1987 é apresentado um regimento interno estabelecendo que a partir de então as modificações estatutárias só seriam validadas com a decisão da maioria absoluta da diretoria executiva, referendada pelo conselho deliberativo.

Também são encaminhadas ações no sentido de consolidar a institucionalidade da Ong para que seja constituído um diálogo fluente e legítimo com o poder público com o propósito de realização de convênios, programas, captação de recursos e na obtenção de registros públicos.

Tratando das ações voltadas aos jovens, pelos fins de 1988 e início de 1989, são registrados projetos de incentivo aos jovens que na condição de estagiários receberiam gratificações a partir de certos critérios, a saber, tempo de serviço prestado, assiduidade e capacidade de desempenho de tarefa.

Esta avaliação feita para premiação dos jovens com destaque em seus desempenhos seria comunicada às empresas as quais os jovens estivessem vinculados.

Esta iniciativa faz menção ao modelo observado no setor privado, em que a valorização dos indivíduos de melhor desempenho em suas atividades no interior das empresas tem sua atuação destacada e premiada como forma de estímulo para que outros busquem a sua valorização e reconhecimento.

Discussões acerca de modificações no Estatuto da Ong com fins de se obter subvenções frente a órgãos públicos são realizadas ao final de 1988.

No início do ano de 1990, outras ações dirigidas aos jovens são abordadas devido a ocorrências de indisciplina no âmbito da PJG, sendo discutidas medidas de natureza preventivas.

E ainda, certas preocupações quanto às contribuições financeiras dos parceiros da Ong aparecem nas reuniões da diretoria e do conselho da entidade.

Os registros mais frequentes no início dos anos de 1990 da PJG versam sobre as transições dos mandatos dos diretores e conselheiros da entidade.

Não são apontadas outras situações ou eventos marcantes no transcorrer das ações empreendidas pela entidade.

Sendo assim, aspectos de natureza financeira como a captação de recursos públicos, dos diálogos com o poder público e empresas privadas, tendem a pautar as ações da instituição, somando a estes os programas de profissionalização, acompanhamento escolar, atendimento médico, social, psicológico e de lazer destinados aos jovens.

Em meados do ano de 2000, é discutida a contenção de gastos por parte da organização.

São avaliados cortes de gastos e economia de 5% (cinco por cento) nos custos brutos em consequência do fim do subsídio por parte do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS).

Em 2000, a PJG registra em três ações um número significativo de atendimentos sociais, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2 - Ações da PJG em números (referência março de 2000)

Estagiários	223
Jovens cursando datilografia	105
Jovens cursando informática	54
Total de atendimentos	388

Fonte: BATISTA, 2009.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais no interior da Ong, nas áreas de assistência social e psicológica, nas orientações educacionais e dos professores de datilografia e informática, é avaliado a partir de relatórios que descrevem o desempenho dos jovens diante das atividades desenvolvidas por cada profissional.

Em fevereiro de 2001 é registrada, pela primeira vez, a possibilidade de implantação da zona azul⁷, organização do trânsito rotativo no espaço central da cidade.

Ainda nesta mesma ocasião, foi registrada a autorização de concessão de trinta e quatro bolsas de educação musical, sendo dezoito bolsas para teclado e dezesseis para violão.

Esta ação é significativa, pois as iniciativas de formação artística-musical rompem, num primeiro momento, com uma formação meramente tecnicista tornando-a também humanista.

Também nesta oportunidade é estudada a elaboração de um ofício dirigido ao Ministério do Trabalho tratando da possibilidade de isenção da cota patronal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), considerando o caráter filantrópico da Ong.

Outra ação neste momento compreende a regularização da situação dos jovens diante de mudanças nas leis trabalhistas (2000/2001) e da avaliação da circular do Ministério Trabalho e Emprego sobre a adaptação da entidade às normas regulamentadas pelo ministério, objetivando a busca de cursos profissionalizantes com o apoio de departamentos governamentais.

Quadro 3 – Ações da PJG em números (referência 1º semestre de 2001)

Convênios formalizados com empresas	150
Estagiários em atividades	236
Registros de contratos de trabalho	21
Consultas médicas particulares	80

Fonte: BATISTA, 2009.

Constata-se pelos últimos registros, uma forte e freqüente preocupação com a manutenção financeira da PJG, sendo propostas e encaminhadas ações no sentido de manter o desenvolvimento das atividades da entidade, assim como o atendimento aos jovens, que apresentam uma crescente demanda.

⁷ Sobre a Zona Azul se detalhará maiores esclarecimentos adiante.

Para tanto, verifica-se uma maior atenção aos dados e números correspondentes para o planejamento e projetos referentes à Ong, conforme o volume de ações apontadas na página seguinte, de acordo com o quadro 4 na página seguinte.

É preciso salientar que os dados que são apresentados, expressam a abrangência das áreas sociais atingidas pela intervenção da PJG.

A política executada pela mesma manifesta uma intervenção significativa, do ponto de vista do atendimento e inclusão social dos jovens, em razão dos números registrados.

No registro das ações desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2002, constata-se um volume considerável de atendimentos. De acordo com o quadro 4, tem-se os seguintes dados.

Em março de 2003, a diretoria da Ong é reunida para tratar de questões em torno da lei federal 10.097/00, conhecida como “lei do aprendiz”.

Nestas circunstâncias é solicitado à equipe de trabalho a organização de um rol de cursos pré-profissionalizantes e cursos metódico-teóricos consoante às exigências da legislação pertinente, adaptando-os à realidade da Ong.

Esclarecimentos ao empresariado local, por parte da equipe de trabalho da Ong, são realizados em função de novas condições legais no emprego da mão de obra dos adolescentes.

Estes esclarecimentos são concentrados em informações quanto à garantia dos jovens aprendizes em relação aos seus direitos trabalhistas, como os previdenciários e décimo terceiro salário.

Quadro 4 - Ações da PJG em números (referência 1º semestre de 2002).

Registros de contratos de trabalho	15
Jovens encaminhados às empresas	158
Jovens em atividades laborais	226
Jovens cursando informática	160
Jovens cursando datilografia	85
Jovens em atendimentos psicológicos e em acompanhamento escolar	101

Encaminhamentos médicos	124
Visitas domiciliares	30
Atendimentos psicológicos individuais	50

Fonte: BATISTA, 2009.

Desta forma, por parte do Ministério do Trabalho, é assegurado condições para que os tomadores de serviço face à instituição se adéquem às novas exigências legais e ainda facilitando às empresas o pagamento parcelado de débitos pendentes.

Além disso, é esclarecido também sobre o percentual de jovens aprendizes cujas empresas poderiam ter. Neste caso, entre cinco e quinze por cento do quadro de funcionários *efetivos*, tanto para grandes como para médias empresas.

Foi apresentado, por meio da responsável pela administração, o rol de cursos teórico-metódicos montados pela equipe de trabalho, de acordo com o mercado de trabalho local e relacionados pela parceria entre a PJG e empresas locais.

Quanto aos documentos exigidos pela Lei, tanto a declaração de utilidade pública, como o certificado de entidades beneficentes de assistência social⁸ que vem isentar a Ong da quota patronal e reduzir de oito para dois por cento a alíquota de incidência do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ainda não haviam sido formalizados.

Ademais, são apontadas outras ações referentes a todo o primeiro semestre de 2003, conforme descrito no quadro 5.

Quadro 5 – Ações da PJG em números (referência 1º semestre de 2003).

Registros de contratos de trabalho	35
Convênios formalizados com Empresas	99
Jovens cursando datilografia	85
Jovens concluintes do curso de datilografia	53
Jovens cursando informática	70

⁸ Esta documentação será objeto de análise adiante.

Jovens concluintes do curso	17
Jovens cursando artesanato	57

Fonte: BATISTA, 2009.

Com o objetivo de agilizar o processo no Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), uma nova reunião da diretoria da Ong ocorre em setembro de 2003.

Nesta oportunidade, a data da posse da nova diretoria executiva é marcada para o dia 20 de novembro de 2003, com alteração do tempo de mandato, que passaria de dois para três anos.

Além disso, é considerado que a nova lei do estágio traz como implicação a reformulação do estatuto da Ong.

Também é discutida nesta oportunidade, a elaboração de um plano de trabalho, a formulação de projetos e a busca de recursos materiais (como computadores, por exemplo), em leis que amparam o estágio.

Nesse contexto, observemos alguns dados financeiros da Ong, de acordo com quadro 6.

Em reunião extraordinária da diretoria com a presença de duas conselheiras, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condicra), datada em 10 de dezembro de 2003, se discutiu sobre uma possível parceria, entre a PJG e o Conselho, para a criação da Casa Abrigo⁹, diante da necessidade do Conselho Tutelar.

Quadro 6 – Dados Financeiros da PJG (referência 1º semestre de 2003).

Saldo bancário em agosto de 2003	R\$ 13.942,96
Saldo bancário do departamento Zona Azul	R\$ 19.993,40
Investimentos	R\$ 25.751,55
Doações	R\$ 3.983,00

Fonte: BATISTA, 2009.

⁹ Instalação para acolhimento e guarda de crianças e adolescentes vítimas de violência, sob proteção e responsabilidade da Vara da Infância e Juventude.

Uma vez considerado que os recursos públicos somente são repassados às instituições com registros de reconhecimento como de Utilidade Pública com fins filantrópicos, daí decorre a idéia de parceria entre a Ong e a Prefeitura Municipal, que agilizaria a documentação para que fosse instalada a Casa Abrigo de Garça, pois a PJG goza de tais prerrogativas.

O presidente da Ong manifestou o interesse em firmar a parceria, entretanto, tomaria decisão de formalizá-la após a análise dos elementos concretos e das obrigações definidas.

Em janeiro de 2004, em nova reunião da diretoria da entidade, é feita uma avaliação geral da primeira turma formada do curso de aprendizagem profissional.

Nesta, o presidente ressalta os objetivos da Ong que são preparar, orientar e encaminhar jovens ao mercado de trabalho.

O responsável na PJG por examinar as questões relacionadas à constituição da Casa Abrigo analisou a planilha e o regimento apresentado pelo Condicra e pelo Prefeito Municipal.

Em reunião da diretoria de março de 2004, certos assuntos pautados merecem destaque como, a discussão da atenção às jovens grávidas, preocupações quanto a escolarização dos jovens, compreendendo a necessidade de maior atenção ao acompanhamento escolar dos mesmos (o trabalho junto às escolas é feito pela assistente social e psicóloga).

Discutiu-se também sobre aspectos referentes aos departamentos da zona azul e casa abrigo.

Neste período é registrada, pela primeira vez, uma ação que compreende o treinamento de funcionários da entidade.

Por fim, é decidido pela organização de uma campanha publicitária do projeto “Adolescente Aprendiz” entre outros aspectos da “lei do aprendiz”.

Um quadro comparativo, demonstrando dados referentes a dois aspectos relevantes da PJG e dos jovens atendidos, considerando o período anterior e posterior a implementação da “lei do aprendiz”, sendo apresentado em reunião da diretoria em julho de 2004.

As repercussões no âmbito da PJG com relação à “lei do aprendiz” que passa a vigorar a partir de sua promulgação em 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), é observada de acordo com o quadro 7.

Quadro 7 – Números da PJG, antes e depois da adoção da “Lei do Aprendiz”

	Antes da Lei	Após a Lei
Número de empresas parceiras	79	54
Número de jovens (Patrulheiros)	220	168

Fonte: BATISTA, 2009.

Diante do quadro supracitado, o presidente da PJG aciona sua diretoria e a equipe de trabalho, para que seja feita uma revisão do que foi feito até então e, concomitantemente, seja feita um maior acompanhamento dos convênios firmados por empresas junto à instituição e sobre os dados referentes aos jovens.

Com relação aos títulos da entidade (Utilidade Pública Estadual e Federal, INSS, CEBAS, por exemplo), é chamada a atenção para suas garantias provisórias, necessitando serem permanentemente renovados.

Por fim, é examinada uma indicação de que seja feita a integração da diretoria executiva, do conselho deliberativo e conselho fiscal para compartilhar a situação da PJG, visando o surgimento de novos quadros na entidade para uma futura gestão.

Na reunião da diretoria da PJG em outubro de 2004, é exposto sobre a mudança de perfil dos parceiros, após a adoção de novo sistema jurídico.

É verificado que o número de jovens absorvidos no setor terciário (comércio) teve uma diminuição, enquanto no setor secundário (indústria) houve um aumento.

Nesta oportunidade foi comunicado a respeito dos recursos humanos em serviço na PJG, apresentados pelo responsável pelas finanças da entidade.

Eram, no período, oito funcionários e mais três jovens estagiários, totalizando onze trabalhadores.

Com relação ao departamento da zona azul, são três funcionários e um estagiário, somando quatro funcionários.

São oito professores atuando no curso de capacitação profissional, cuja remuneração é de R\$ 8,70 (oito reais e setenta centavos), o valor por hora aula.

Mais um registro importante diz respeito à instalação do departamento da Casa Abrigo, cujo objetivo é acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Para tanto, o termo de convênio¹⁰ foi celebrado entre a PJG e a Prefeitura Municipal, sendo respaldado pelo Ministério Público.

Foi estabelecido face ao convênio firmado, que a gestão da casa abrigo se fará de forma independente e receberá recursos públicos.

Em relação a instalação do departamento, alguns pontos foram observados de forma especial, sendo estes, a assinatura do convênio, o programa de trabalho, o regimento interno, a seleção de funcionários para contrato, o treinamento da equipe de trabalho, o número de crianças e adolescentes acolhidos, data prevista de inauguração e uniformes.

Também ficou decidido que o departamento terá como recursos humanos, uma coordenadora para gerenciá-lo, seis auxiliares, duas serventes e uma cozinheira.

A diretoria da entidade foi reunida em outubro de 2004, juntamente com membros do Conselho Tutelar, do Condicra e do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS).

Esta reunião teve sua pauta iniciada com a discussão sobre a lei 3.793/04, que versa sobre a criação da Casa Abrigo.

Também foi definido que o quadro de funcionários do departamento seria acrescido de uma assistente social e uma psicóloga contratada pela Prefeitura Municipal, além daqueles já supracitados que estariam sob a responsabilidade da PJG, que os contrataria em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Conselho Tutelar e a Promotoria da Vara da Infância e Juventude cuidariam dos aspectos operacionais e técnicos da organização do departamento no que tange ao início de suas atividades.

Ao final de 2004, o departamento casa abrigo é denominado, Casa Abrigo Sollar.

Foi observada pela administração ao longo do ano de 2004, uma dificuldade no cumprimento da “lei do aprendiz” com relação aos objetivos do treinamento e capacitação dos jovens, e também face ao cronograma dos cursos, com conseqüente aumento do tempo de desenvolvimento dos módulos ministrados, prejudicando o atendimento dos jovens que aguardavam vaga para participarem dos cursos.

Sobre o programa de teatro e esportes, os objetivos de promover maior entrosamento, diálogo e desinibição entre os jovens foram atingidos, o que trouxe melhor rendimento quanto à aprendizagem dos mesmos.

¹⁰ Documento de formalização de parcerias entre ONGs e Poder Público. Também conhecido como termo de parceria, conforme a Lei 9.790/99.

Com relação às aulas de eletrônica, a falta de material para atividades técnica-prática e a pouca comunicação entre os professores com a equipe de trabalho da PJG constituiu-se um dos problemas detectados.

Foi enfatizada pela direção da Ong a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação fluente, inclusive contando com a participação do professor de eletrônica quando do encaminhamento dos jovens ao mercado trabalho.

Face ao aspecto escolar, a assistente social atuou no sentido de melhorar a participação dos jovens na escola e nos estágios, buscando reunir os responsáveis pelas unidades escolares para uma abordagem em conjunto.

No registro do dia 7 de julho de 2005, são considerados dados referentes ao trabalho com os adolescentes da PJG e dos recursos sob sua responsabilidade, captados em todas as esferas administrativas para o ano de 2005.

Em relação à “Casa Abrigo”, os recursos captados nas três esferas de governo, para o ano de 2005, para realização das atividades do departamento são demonstrados conforme o quadro 8.

Um elemento que exige registro trata da Lei nº 11.180, que altera a idade de enquadramento do adolescente aprendiz (BRASIL, 2005).

Por unanimidade dos conselheiros da Ong, considerando que a referida lei estende a idade aprendiz de 18 para 24 anos, a instituição adota como faixa etária de seu público alvo, a faixa etária entre 14 e 18 anos incompletos.

Quadro 8 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2005).

Recursos municipais	100.000,00
Recursos estaduais	42.000,00
Recursos federais	12.600,00
Total	154.600,00

Fonte: BATISTA, 2009.

Em março de 2006, é comunicado sobre o convênio firmado entre a PJG e o SENAI na área de eletrônica básica e eletricista, em que a Escola Técnica Estadual Monsenhor Antonio Magliano, vinculada ao Centro Paula Souza, também é participante.

Outro assunto abordado nesta oportunidade, diz respeito ao convite feito pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que a PJG participasse da eleição do Condicra.

Desta forma, foi decidido pela participação da entidade no processo de eleição, entretanto, sem se comprometer como figura membro do conselho.

Para o ano de 2006, a casa abrigo capta nas três esferas de governo os seguintes valores, de acordo com o quadro 9.

Quadro 9 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2006).

Recursos municipais	117.000,00
Recursos estaduais	42.000,00
Recursos federais	12.600,00
Total	161.600,00

Fonte: BATISTA, 2009.

Em relação ao início das atividades da “Casa Abrigo Sollar”, em 24 de novembro de 2004 até novembro de 2006, haviam sido acolhidas 75 crianças e adolescentes. Registrando que deste número, 15 jovens, ainda se encontravam acolhidas pelo departamento.

Na data do dia 13 de junho de 2007, constam os repasses anuais recebidos pela PJG para o seu departamento, a Casa Abrigo Sollar, de acordo com o quadro 10.

Quadro 10 - Recursos Públicos Captados para o departamento “Casa Abrigo Sollar” pela PJG (2007).

Recursos municipais	108.000,00
Recursos estaduais	42.000,00

Recursos federais	14.280,00
Total	154.280,00

Fonte: BATISTA, 2009.

Até junho de 2007, são registrados pela Ong, 195 contratos de trabalhos assinados, baseados na “lei do aprendiz”.

Em relação ao departamento “Zona Azul”, por fim, questões que versam sobre a regularização e formalização de aspectos de suas atividades (responsabilização civil e criminal, distribuição de rendas, controle de vendas de cartelas, opção de atuação como agente de trânsito por parte dos jovens, etc.) junto ao Ministério do Trabalho, à Vara da Infância e Juventude e Prefeitura Municipal, são discutidas neste período (fins de junho de 2007).

Num último registro levantado, datado de 19 de novembro de 2007, é verificada a realização de uma assembléia geral, cuja pauta traz os seguintes assuntos: eleição e posse da Diretoria Executiva para o biênio 2007/2009, situação do funcionamento da Entidade e apreciação dos balancetes até a presente data, avaliação dos programas desenvolvidos sob a responsabilidade da PJG, implantação da “lei do aprendiz” no departamento “Zona Azul”.

A diretoria atual da Ong foi eleita por aclamação para o biênio 2008/2009 em fins de 2007. Reelegendo seu presidente, cujo mandato se encerraria em 31 de dezembro de 2007.

A título de informação, seguem os nomes, cargos e ofícios dos membros diretores da atual gestão da PJG.

Presidente: José Luiz Burato, empresário;

Vice-Presidente: João Carlos dos Santos, empresário;

1º e 2º Secretários, respectivamente: Carlos Eduardo Ferreira do Nascimento, bancário e Jesus Carlos Ferreira, contabilista;

1º e 2º Tesoureiros, respectivamente: Celso Antonio, aposentado e Antonio Reinaldo Bizulli, comerciante;

Diretor de Patrimônio e Casa Abrigo: Jayme Galvão de Oliveira, corretor de seguros;

Diretor Social: José Carlos Gomes de Oliveira, professor universitário;

Diretor para Assuntos Jurídicos: Ricardo Aparecido Conessa, advogado;

Diretor da Zona Azul: Edson Flávio Zanon, aposentado.

Depois de percorrida a trajetória dos 37 anos de atuação da PJG, iniciados em setembro de 1972, algumas questões surgem como provocadoras de um diálogo sobre o papel da PJG enquanto Ong.

Estas questões são desenvolvidas com o intuito de contribuir para um diálogo que possibilite o entendimento da conjuntura da qual a PJG é oriunda.

Contudo, também se deve atentar para aspectos de continuidade e avanços que toda instituição que tem história carrega, mas que podem ser superadas.

Uma primeira questão esta colocada frente aos elementos de fundação da PJG, isto é, dos fundamentos que são mobilizados em seu surgimento.

Uma vez que no contexto de sua fundação a visão de patrulhamento da juventude é evidenciada, basta lembrar que a mesma surge como “Guarda Mirim”, revela-se um perfil institucional que pouco contribui para o desenvolvimento de uma educação cujos princípios de autonomia e ativismo tendem a prevalecer.

Também é observado na lista de figuras públicas que aparecem como responsáveis pela entidade que o cidadão ou a cidadã de bem, pessoa comum, não pode oferecer contribuição para a criação de uma política pública dirigida à juventude, tornando sua constituição obra de uma elite que nesta instância reafirma seu status social e seu poder político.

Segundo, a disputa pela administração da Ong sinaliza elementos positivos, pois a necessidade de profissionalização de sua gestão permite que princípios como a transparência, imparcialidade e diálogo possam permear a administração da entidade.

Entretanto, a mera profissionalização não garante que estas características estejam presentes em sua gestão.

Para tanto é imprescindível um política que esteja orientada por estes princípios, que seja discutida de forma democrática com todos os sujeitos que estão envolvidos pela intervenção social da Ong, seja como responsável pela administração ou como participante de suas ações.

Nisto é preciso congrega todas as figuras com as quais a Ong estabelece relações, agentes públicos e privados, jovens e famílias, e também os seus administradores, assim como os ocupantes de cargos no âmbito da entidade para de forma democrática e gozando de pluralidade de idéias a tarefa de pensar não seja executada de forma elitista ou monopolizadora.

Também devem ser questionados os pressupostos com o quais o programa de formação da Ong é conduzido, bem como sua estratégia de captação de recursos é executado.

Por mais que seja defensável a instrumentalização dos jovens para obterem requisitos de renda, a formação destes sujeitos não pode prescindir de uma abordagem que os provoque ao pensamento crítico e autônomo, e mais, que possa desenvolver habilidades de expressão diversas, nas linguagens não convencionais.

Os recursos tecnológicos disponíveis e os muito já ao alcance de boa parte dos jovens do público alvo da PJG são ferramentas que potencializam certas expressões, mas há outros que devem ser valorizados e até mesmo resgatados, como a literatura e as artes plásticas, por exemplo.

Como relatado, a PJG desenvolve uma política para a juventude. Este segmento, considerando a conjuntura sócio-econômica do município, não deve ser preterido como sujeito e desprovido de capacidade de elevação dos padrões sociais, políticos e estéticos de sua realidade.

Quanto ao seu financiamento, este deve estar pautado pela busca de uma sustentação orçamentária que engendre certa regularidade e independência material.

Tanto na captação de recursos públicos quanto privados, a política da Ong deve prevalecer no atendimento de suas prerrogativas onde estão postos o interesse público e o filantrópico.

3.1.3 Documentos Institucionais

A PJG tem sua institucionalidade reconhecida por meio de documentos oficiais obrigatórios para que sua atuação goze de legalidade, aspecto fundamental para o seu funcionamento e no desenvolvimento de seus programas e atividades.

Os documentos observados na pesquisa documental revelam também muito de sua trajetória.

Nesta parte da pesquisa são registrados elementos do conteúdo desses documentos, cujas cópias (digitalizadas) se encontram anexadas ao final do texto da pesquisa.

O primeiro documento analisado considerado como importante ao status institucional da PJG, diz respeito a seu Estatuto¹¹.

¹¹ Do latim *statutu*. Lei orgânica ou regulamento especial por que se rege um Estado, corporação, associação, companhia, etc.

Neste, os elementos que compõem a PJG, são nomeados conforme sua estrutura interna e na sua relação com os agentes públicos externos.

Sendo assim, o Estatuto da Patrulha Juvenil de Garça, registrada civilmente como pessoa jurídica, na Comarca de Garça, no Estado de São Paulo é analisado na seqüência.

Uma primeira observação a ser feita ao principal documento da entidade, trata da data de fundação da Ong. A data registrada no estatuto difere do registro contido no livro ata da PJG.

Segundo o estatuto, é registrado como data de fundação da PJG o dia 20 de junho de 1976, contrapondo-se ao dia 26 de setembro de 1972, conforme seu livro ata.

De qualquer forma, do ponto de vista da trajetória da PJG, é certo que sua atuação prolonga-se por mais de três décadas.

Outro aspecto a ser destacado neste artigo, diz respeito à sua constituição enquanto uma “*associação civil de caráter filantrópico educacional*” (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1976).

Também há de se ressaltar os princípios enfatizados pela entidade. São princípios que correspondem a um perfil institucional de caráter republicano. Como atestamos no parágrafo primeiro deste mesmo artigo.

No desenvolvimento de suas atividades, a PJG, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos e permanentes. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1976, p.1)

Quanto aos objetivos da entidade, o segundo artigo estatutário evidencia de forma clara quais seriam estes.

O fim principal da PJG é amparar, educar e encaminhar profissionalmente a criança e o adolescente desamparado ou provindo de família de baixa renda, sem distinção de raça, cor, condição social, credo religioso ou político, bem como assistir crianças em situação de abrigo em risco pessoal e social e, na medida do possível as famílias das crianças e adolescentes. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1976, p.1)

O público alvo da PJG, limitando sua ação aos jovens dos segmentos vulneráveis socialmente, revela a leitura de uma “minimização dos flagelos sociais” como intervenção viável na tônica da inclusão social por meio da profissionalização, do mercado de trabalho e da assistência social.

As instâncias decisórias da Ong são constituídas de forma hierárquica. Sua estrutura é elaborada no artigo nono onde a assembléia geral é a instância mais qualificada, depois vem o conselho deliberativo e por fim o conselho fiscal.

As fontes de financiamento, bem como os mecanismos de captação de recursos da Ong, são apontadas em seu quadragésimo segundo artigo.

As rendas serão constituídas pelas contribuições dos sócios, taxas, emolumentos, doações, participação na renda de atividades em parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, outras receitas e de auxílios e subvenções providas dos poderes públicos. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1976, p. 10)

Com a exposição das fontes de recursos acima é possível inferir que entre as diversas formas de sustentação financeira buscada pela PJG, há uma mescla de atividades de prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento de uma política pública com apoio estatal.

Os pressupostos em quais se baseiam as ações educativas e de aprendizado da instituição são estabelecidos pela direção da entidade.

Em relação à orientação ideológica da PJG, conforme seu artigo quarenta e quatro “A Diretoria determinará a forma de emissão, de educação e aprendizado a ser ministrada aos patrulheiros”, (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 1976).

Tal prerrogativa, no âmbito da direção da PJG, torna este espaço lugar de debate político seja sobre concepção de educação, quanto à intervenção de uma Ong para jovens ou na opção de aprendizagem implementada.

Os fins políticos de uma Ong podem ser discutidos particularmente. No caso da PJG é possível de relatar que seus registros atestam sua funcionalidade como empresa social.

A PJG dirige uma política dirigida aos jovens cuja tônica esta na “pré-profissionalização” de adolescentes entre 15 e 18 anos de idade, sobretudo de setores de baixa renda.

A entidade também operacionaliza uma preparação de jovens para ingresso no mercado de trabalho.

O programa de preparação é elaborado pela PJG, tendo empresas públicas e privadas como “tomadoras de serviços”.

Por conseguinte, inúmeros convênios e parcerias no âmbito da “lei do aprendiz”, colocando a PJG como presente na sociedade e executora de política dirigida a segmento social específico, num recorte etário e geracional de contexto socioeconômico vulnerável.

São vários os órgãos públicos, das três esferas da estrutura federativa do Estado brasileiro, percorridos para assegurar qualificações institucionais à entidade, afiançados em documentos destes.

Um primeiro documento trata do cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto à receita federal.

Neste a Ong é registrada como entidade prestadora de serviços de assistência social, sem alojamento, como atividade principal (ANEXO 1).

No âmbito do Conselho Municipal da Assistência Social, o COMAS¹², tem-se o certificado de inscrição nº06/07, em que, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e de acordo com o artigo 13, inciso III da Lei nº 4.104 de 11 de setembro de 1995, assinado pela Presidente do COMAS (ANEXO 2).

Junto à Coordenação de Entidades Sociais (COESO), do Departamento de Justiça (DEJUS), da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, a entidade detém outra certidão (ANEXO 3).

A Entidade é declarada de Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 703, de 24 de junho de 2002, sendo publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2002 (ANEXO 4).

Com data de 2 de maio de 2007, se registra certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União (ANEXO 5).

É expedido pelo Cadastro Pró Social, junto à Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, o comprovante cadastral da Ong que a enquadra na área de atuação como Assistência e Desenvolvimento Social e Comunitário e de natureza jurídica como Privada sem Fins Lucrativos (ANEXO 6).

A certidão SJDC, expedida junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a vista de assentamentos e a requerimento do interessado, declara como de Utilidade Pública pela Lei nº 11.410 de 8 de julho de 2003 (ANEXO 7).

Pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, é expedido o atestado de funcionamento (ANEXO 8).

¹² Este COMAS foi criado por meio de lei municipal de nº3. 124, em 11 de dezembro de 1996.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condicra), por meio de sua presidente, registra o certificado da entidade face o conselho de direitos (ANEXO 9).

Além desses documentos supracitados, é conveniente ressaltar aspectos relacionados à legislação referente à “lei do aprendiz”.

A “lei do aprendiz” fundamenta as ações da Ong, assim como é a base jurídica em qual se assenta a institucionalidade da entidade atualmente.

Na análise da lei 10.097/00, inicialmente, cabe apontar que esta lei promove alterações em dispositivos da CLT (BRASIL, 2000).

Esta lei é composta por quatro artigos. Sendo que em seu primeiro se dá nova redação aos artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da CLT.

O artigo 402 é reformulado e se considera o menor (sic) para os efeitos da CLT o trabalhador de 14 a 18 anos.

O artigo 403 é reformulado proibindo qualquer trabalho à menor de 16 anos de idade, excetuando-se, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz.

Na nova redação do artigo 428, é abordado o contrato de aprendizagem, enquanto um contrato de trabalho especial.

E, as responsabilidades do empregador em assegurar inscrição em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, de acordo com os desenvolvimentos físicos, morais e psicológicos do aprendiz são apontadas.

Outras exigências são estabelecidas nesta lei, como a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) da validade do contrato, a matrícula e frequência do aprendiz à escola, em caso de não conclusão do ensino fundamental e inscrição em programa de aprendizagem ministrado por entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Também é determinado como padrão mínimo de remuneração do jovem aprendiz, o salário mínimo hora, além de fixar que o contrato de aprendizagem não poderá ser mantido por mais de dois anos.

Mais uma determinação da legislação em foco corresponde à hipótese dos Serviços Nacionais de Aprendizagem não conseguir atender a demanda das empresas em oferecer curso ou vagas suficientes para a qualificação de funções de formação profissional.

Nesta circunstância, é instituído que esta qualificação profissional poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, como Escolas Técnicas de Educação, **entidades sem fins lucrativos, que objetivam oferecer assistência ao adolescente e formação profissional (grifo meu)**, sendo registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É a partir deste fundamento legal que se expressa a vinculação da pessoa jurídica, PJG, e sua legalidade institucional em função dos documentos oficiais obtidos pela mesma junto ao diversos órgãos públicos nas três esferas governamentais já mencionados anteriormente.

A estrutura da Ong, ou seja, a organização interna da PJG busca atender o que é estabelecido por este dispositivo legal.

Mesmo porque, há também a exigência de que estas entidades possuam estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, bem como formas de manter a qualidade do processo de ensino, além de acompanhar e avaliar seus resultados.

Quanto à contratação do aprendiz, a reformulação do artigo 431 estabelece que esta possa ser feita pela empresa, ou no caso de não haver vínculo empregatício com a empresa tomadora de serviços, onde se realizará a aprendizagem, este pode ser feito pelas entidades mencionadas no inciso II do artigo 430, já citado anteriormente.

Em nova redação do artigo 432, versando sobre a jornada de trabalho do aprendiz, se estabelece que:

[...] A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. (BRASIL, 2000)

E, sobre o segundo artigo da Lei em questão, se institui que o artigo 15º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, o seu sétimo: “Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo, reduzida para dois por cento” (BRASIL, 2000).

De acordo com a legislação vigente, uma empresa deve contar em seu quadro de funcionários, com no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) de aprendizes.

Considerando a redução da alíquota deste de 8% (oito por cento) para 2% (dois por cento), sobre da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, constituída num fundo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tais contratos se tornam “atraentes” na perspectiva de diminuição desta obrigação social e trabalhista por parte do empregador.

3.2 A Patrulha Juvenil de Garça e sua atuação segundo seus atores

Neste sub-capítulo, utilizando de dois instrumentos metodológicos de levantamento de dados, a observação de campo e a entrevista semi-estruturada, alguns dos atores mobilizados pela intervenção da Ong são chamados a expor suas impressões.

Sejam concepções sobre a feição do perfil político da Ong, leituras que fazem do trabalho realizado pela PJG ou sobre as contribuições creditadas a mesma diante das condições dos jovens em atividade profissional.

São abordados aspectos coletados na observação *in loco*, das atividades dos cursos ministrados pela PJG. Professores e jovens são os sujeitos desta análise.

Posteriormente, são examinadas as considerações dos sujeitos que estão inseridos na Ong, quer como responsáveis pela sua administração, ou enquanto público alvo, participante da formação encaminhada pela mesma, ou ainda como jovens egressos da instituição.

3.2.1 Os cursos

Em relação às observações de campo empreendidas junto ao objeto da pesquisa, inicialmente, foi pensada uma atividade de cerca de 10 horas.

O que foi realizado nesta atividade resultou num registro de 11 horas de observações, em sete oportunidades, face aos cursos ministrados pela Ong em três locais distintos.

Optou-se por adotar nomes fictícios para os professores responsáveis pelos cursos desenvolvidos, no intuito de preservar suas identidades e evitar qualquer tipo de constrangimento, por parte destes ou dos jovens.

Com relação aos locais de realização das aulas que seriam objeto de observação, apenas em relação à Empresa onde é realizado um curso no interior de sua estrutura (neste caso, um estabelecimento industrial) para os aprendizes contratados pela mesma, foi adotado nome fictício.

Nesta, a preocupação foi assegurar sigilo quanto à sua organização e descrição de espaços internos, haja vista as inúmeras características que envolvem este tipo de empreendimento privado.

Quanto às aulas ministradas ocorridas na sede da PJG ou em uma ETE, por serem instituições de características públicas não se pensou em maiores complicadores ou empecilhos no registro de suas denominações oficiais.

As observações registradas seguem expostas na seqüência de realização das mesmas. E são analisadas segundo a teoria de referência.

AULA 1 - TURMA 1

Observação realizada em 20 de outubro de 2008 entre às 15h00min e 16h00min horas.

Esta primeira aula observada versou sobre conhecimentos teóricos de eletrônica, realizada no interior de uma empresa de componentes e reatores eletrônicos, cuja estrutura está localizada no distrito industrial da cidade de Garça.

A observação ocorreu durante uma atividade que compreende o estudo metódico-teórico.

O denominado estudo teórico-metódico é uma obrigatoriedade contida na Lei 10.097/00, sendo que para a PJG este é visto como oportunidade de aperfeiçoamento profissional dos jovens sob seu acompanhamento.

Sendo assim, para a realização desta atividade, é firmado um convênio de parceria entre a Ong, a Escola José Polizotto do SENAI de Marília e a referida Empresa.

O curso ministrado pelo Professor Jorge, tem a duração de três meses, e sua jornada é de uma hora por semana.

Os jovens, na condição de aprendizes, são dispensados neste período de suas atividades produtivas na Empresa para participar da aula conforme exigência legal.

Esta primeira turma observada é composta por jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, que trabalham na linha de produção da Empresa.

A aula é conduzida pelo Professor Jorge com o uso de recurso multimídia (datashow), na ilustração do conteúdo da matéria em estudo, sendo que o mesmo busca uma forma dialogada de abordar o conteúdo do estudo teórico.

Os jovens estão dispostos de forma tradicional, em cadeiras universitárias voltadas para frente onde se posiciona o Professor, podendo visualizar os slides apresentados.

O Professor caminha pela sala buscando uma maior atenção por parte dos jovens e sua participação no conhecimento abordado.

Há uma participação por parte dos jovens que se manifesta nas indagações dirigidas ao Professor sobre informações pertinentes ao tema em estudo, neste caso tratava-se de diodo zeners e diodo emissor de luz (LED), algo específico à área de eletrônica e voltado ao trabalho desenvolvido pelos jovens no interior da empresa em que atuam.

De início, é observado que o chamado estudo metódico-teórico exigido pela legislação pertinente aos jovens aprendizes se dirige ao encontro de uma instrumentalização teórica dos jovens enquanto trabalhadores de um setor particular da economia, a saber, o setor eletro-eletrônico.

Tal atividade, tende a reforçar uma prática de formação que enfatiza o conhecimento teórico como ferramenta de maior produtividade por parte do trabalhador, conforme os preceitos da teoria do capital humano.

Por outro lado, o jovem que atua profissionalmente na condição de aprendiz acumula a prática produtiva (trabalho) com a prática escolar (exigência legal de frequentar os bancos escolares).

Os jovens que estavam em horário de trabalho, se encaminham a sala de estudo saindo de seu setor de operação (trabalho) até o local da aula (teórica-metódica¹³).

Outro recurso utilizado pelo Professor, é a busca de referenciais do cotidiano dos jovens no entendimento do conteúdo abordado.

AULA 2 – TURMA 2

Esta observação ocorre na seqüência da aula anterior, entre as 16h00min e 17h00minhs.

No mesmo local, com o mesmo Professor, com o mesmo conteúdo, porém, com outra turma de jovens da mesma faixa etária.

Nesta turma, um primeiro aspecto observado, foi o fato de esta ser composta apenas por rapazes, diferente da primeira turma observada, em que havia jovens de ambos os sexos.

¹³ Conforme exigência da Lei 10.097/00.

Há uma semelhança quanto à participação dos jovens no que diz respeito à conduta dos mesmos face aos conhecimentos em exposição.

Da parte do Professor também se observa uma prática análoga diante do desenvolvimento do conteúdo abordado.

Nestas duas primeiras observações de campo ficou a leitura do curso ministrado como pautado por uma educação profissional.

AULA 3 – TURMA 3

Esta atividade de levantamento de dados realizou-se em 21 de outubro de 2008, entre 08h00min e 09h55min horas.

Esta ocorreu em uma sala de aula na sede da PJG, com jovens que estão participando de curso de preparação para ingresso no mercado de trabalho.

Os jovens que compõem esta turma são estudantes do ensino médio da rede pública estadual paulista, localizadas no município de Garça.

O Professor Mario iniciou sua aula teórica, após ter feito a chamada em voz alta e distribuído uma apostila para os jovens, os questionando sobre quem havia encontrado o conceito de flexibilidade (uma atividade de aula anterior). Três jovens se manifestaram, dizendo que haviam encontrado.

Posteriormente, na leitura de uma das páginas da apostila por todos, passou a se discutir sobre aspectos da formação do caráter, motivação, missão de vida e valores que os jovens devem refletir e que são mais importantes para eles segundo o professor.

Exercícios, contidos em apostilas trazidas pelo professor, foram propostos que sob orientação do professor foi dirigido aos jovens para realização de atividades.

A utilização de apostila denota uma padronização na abordagem dos conteúdos em estudo, o que permite inferir certa estruturação no currículo de preparação dos jovens para ingresso no mercado de trabalho.

Os jovens utilizavam de materiais pedagógicos como cadernos e canetas para anotações, exercícios, etc.

Novamente aspectos instrumentalizadores de uma inserção no mercado de trabalho prevalecessem como conteúdo de aprendizagem, com a ressalva que estes estavam sendo preparados para o ingresso neste, ou seja, eram jovens que ainda não atuavam profissionalmente.

Os ambientes de estudos observados em diversos momentos e em locais distintos, são razoavelmente amplos e adequados ao número de jovens reunidos, o que sinaliza uma preocupação em garantir um local condigno de aprendizagem.

Havia também placas pelas laterais da sala, com os seguintes dizeres: “o sucesso profissional é fruto da dedicação e responsabilidade”, “o futuro de um bom profissional pertence aqueles que acreditam na beleza de seus sonhos”, “somos responsáveis pelo que somos e temos o poder de fazer de nós mesmos, tudo que desejamos ser”, “o mundo inteiro abre caminho para o homem que sabe para onde vai”, “o sucesso profissional depende da insistência e da ação” e “os jovens de hoje serão os governantes de amanhã”.

Ao fundo da sala havia um cartaz que trazia transcrito certas regras, como: pontualidade, respeito, participação, bom humor, atenção, justiça, trabalho em equipe, assiduidade, higiene, paciência, educação, boa aparência, honestidade, comprometimento, saber respeitar, não falar palavrão/ gíria, não desperdiçar o lanche oferecido, evitar conversas paralelas e evitar brincadeiras fora de hora.

As orientações contidas nas placas e cartazes afixados pela sala, também têm caráter pedagógico, pois cumprem a função de educar e orientar na conduta dos jovens e reforça traços da postura a ser adotadas pelos mesmos tanto no interior da Ong, quanto em ambientes de trabalho ao qual serão encaminhados oportunamente.

Ao final da aula foi solicitado aos jovens que organizassem a sala colocando as cadeiras em ordem e foi lhes oferecido um lanche, como de costume.

AULA 4 - TURMA 3

Esta atividade de observação, desenvolvida em 21 de outubro de 2008, ocorreu no laboratório de eletrônica da ETE Monsenhor Antonio Magliano, localizada em terreno vizinho à sede da Ong.

A turma observada foi a mesma que a anterior, pois após ter encerrado a aula de marketing pessoal, os jovens se dirigiram, a pé, até a ETE para retomar seus estudos de eletrônica, sendo esta uma aula prática, entre as 10h00min e 12h00min horas.

Esta turma é composta por quatorze jovens e o professor responsável pelo curso é o mesmo já mencionado na primeira e segunda observação (curso de eletrônica teórico).

Como o pesquisador já havia sido apresentado a esta turma e ao professor em oportunidade anterior, não se fez necessário outra apresentação ou esclarecimento, quando da chegada do pesquisador ao laboratório de eletrônica da ETE.

Inicialmente, o professor Jorge, fez a chamada em voz alta, e logo em seguida transmitiu as primeiras instruções sobre os procedimentos práticos quanto ao trato de um fio de cobre utilizando, um alicate universal e outras ferramentas. Também ilustrou a atividade com um desenho no quadro branco.

Após as primeiras instruções do professor, os jovens passaram a exercitar a prática proposta.

O laboratório de eletrônica da ETE, com boa estrutura, é cedido pela unidade de ensino para o treinamento dos jovens da PJG a partir de um convênio de parceria entre as instituições.

A atividade era acompanhada atentamente pelo professor, inclusive identificando certas características dos jovens como, por exemplo, quais eram canhotos e seguia orientando os jovens a buscar a melhor forma de desenvolver sua prática.

Este grupo era composto por jovens de ambos os sexos, o que para o pesquisador é um dado significativo, pois a realização de atividades práticas idênticas a homens e mulheres atua na tônica dos princípios de igualdade de capacidades entre os gêneros, pois propicia uma prática não sexista.

Sendo assim, tal atividade, não sexista, permite uma socialização completa, se contrapondo a uma socialização incompleta, “cujo efeito é desequilibrar o curso regular da formação do caráter e da identidade de jovens (ADORNO, 1992)”.

Ao término da aula, foi recolhido o material trabalhado pelos jovens, e o professor passou a chamar um de cada vez para avaliar o trabalho realizado, os dispensando logo em seguida.

AULA 5 – TURMA 4

Observação realizada em 23 de outubro de 2008, no laboratório de informática, localizado na sede da Ong.

Esta observação, de uma aula prática de informática, de uma turma de quinze jovens que estão atuando no mercado de trabalho, se realizou entre às 8h00min e 10h00min.

O professor Lucas, também da FATEC/Garça, atua junto à PJG em decorrência de uma parceria firmada entre a PJG e a FATEC/Garça.

O Professor iniciou a aula comunicando os jovens sobre o conteúdo da atividade que seria desenvolvida.

Neste caso, com o uso do Excel, seria feita a confecção de uma planilha de previsão de vendas.

Cabe ressaltar que nas observações foi constatada que o conhecimento do conteúdo por parte dos professores era algo facilmente identificável.

Os mesmos manifestaram uma desenvoltura na condução das aulas, expressando uma formação adequada face aos cursos que ministravam.

Em outras palavras, para o pesquisador segundo as observações realizadas, os professores responsáveis pelos cursos teóricos e práticos oferecidos pela Ong ou em parceria com outras instituições públicas ou privadas tinham qualificação condizente às demandas dos jovens.

O professor fazia, por inúmeras vezes, menção aos conteúdos estudados em aulas anteriores para que os jovens encontrassem soluções ao exercício proposto.

Sendo assim, é possível inferir que o curso prático de informática continha um programa estabelecido que correspondia a um desenvolvimento do conhecimento em informática como algo cumulativo.

Após cerca de uma hora do início da aula, uma segunda atividade foi proposta pelo professor.

Os jovens deviam a partir dos resultados da planilha elaborada anteriormente, construir um gráfico de pizza, sendo que para tanto os conhecimentos necessários ao mesmo já haviam sido abordados e aprendidos em aulas anteriores.

Os jovens em geral, não demonstraram grandes dificuldades na realização dos exercícios, na observação do pesquisador.

Na sequência, outras atividades foram propostas pelo professor, a partir dos exercícios anteriores.

O Professor enfatizou que um dos aspectos a ser observados na construção dos gráficos e planilha com maior cuidado diz respeito ao seu layout.

Durante toda a aula o professor demonstrou atenção para com os jovens no auxílio para a realização das atividades. Soube explorar muito bem o tempo disponível (duas horas) no ensino do conteúdo de informática.

Ao final da aula Lucas avaliou o trabalho final realizado por cada jovem, solicitando correção de alguns detalhes necessários, quando preciso. Alguns jovens não realizaram todos os exercícios propostos.

Para o pesquisador, esta observação permitiu verificar que por parte dos jovens que participavam das atividades da Ong, pelo menos para aqueles que frequentaram o curso de informática, a chamada inclusão digital, como conhecimento e acesso ao uso de computadores e alguns de seus programas, estava em desenvolvimento.

Ao término da aula, o professor solicitou que os jovens desligassem os computadores e os dispensou.

AULA 6 – TURMA 5

Em 29 de outubro de 2008, também em uma sala de aula localizada na sede da PJG, outra atividade de observação foi realizada.

O curso de treinamento profissional, de natureza teórica, com 25 jovens de ambos os sexos, esteve sob observação.

Esta atividade, com duração de duas horas, realizada entre 8h00min e 10h00min, reuniu jovens que já estavam atuando no mercado de trabalho em empresas públicas ou

privadas do município (OAB, SAAE, escritórios particulares, comércio, entre outros), por intermédio da Ong, submetidos ao contrato de aprendizagem.

A primeira observação feita, diz respeito a uma identificação na porta do lado de fora da sala que trazia “TREINAMENTO PROFISSIONAL”, exatamente o nome do curso.

O professor Camilo, ao iniciar a aula, comunica aos jovens que o tema da aula tratará do “plano de vôo de uma empresa”.

O mesmo, buscando uma abordagem que dialoga com os jovens, referenciou dimensões do tema considerando a realidade dos jovens (contexto local e cotidiano, por exemplo) e assim explanava sobre aspectos do tema abordado durante a aula.

É importante enfatizar que a postura dos jovens, face aos ensinamentos do professor neste curso, como nos demais, se diferenciava de jovem para jovem. Estando uns mais atentos, outros um pouco dispersos, mais todos agindo de forma a não perturbar o transcorrer das aulas, nem tampouco desviar a atenção das turmas de forma significativa.

O uso de uma linguagem familiar aos jovens, segundo o pesquisador, manifestando domínio do assunto abordado, tornando acessível à compreensão dos ouvintes, também era algo comum aos professores observados.

Nesta turma foi observada uma maior disposição para o debate de idéias e concepções.

A certa altura da aula, Camilo dividiu a sala em grupos para o exercício de uma atividade que compreendia a elaboração de um plano de trabalho para uma pequena empresa.

Passados 35min do início da atividade o professor solicitava aos jovens que ainda não haviam concluído a atividade, o seu término.

Em seguida, em pé, foi feita oralmente pelos membros do grupo a exposição da atividade realizada diante dos demais colegas, sendo acompanhados pelos demais membros do grupo.

Alguns jovens mostravam certa timidez, mas o professor tratou de minimizar este aspecto.

Por diversas vezes, Camilo tinha que buscar a superação por parte de alguns jovens de suas dificuldades em falar em público e seu acanhamento.

Os jovens demonstraram certa superação, pois todos os grupos conseguiram expor seus trabalhos, enfrentando a timidez.

Esta atividade pareceu, segundo a observação do pesquisador, muito interessante e necessária, pois a experiência de se expor publicamente é algo relevante para o jovem que busca seu reconhecimento e colocação na sociedade.

Nesta sala, havia placas de 30cmx30cm aproximadamente, afixadas pelas paredes laterais, com os seguintes dizeres: “a necessidade de crescermos não é somente empresarial e sim uma necessidade para a vida”, “o que a Empresa espera de um bom funcionário: pontualidade, assiduidade, comportamento, respeito e participação”, “sorria, mas com moderação afinal você esta numa empresa”, “tom de voz, postura... fique atento você esta dentro de uma Empresa”.

Novamente se observa o uso de frases afixadas nas paredes da sala de aula, como instrumento de educação do jovem.

O que é válido apontar é que essas frases também contêm em si uma concepção de comportamento adequado num ambiente profissional.

Se selecionarmos uma destas frases, por exemplo, a que diz: “a necessidade de crescermos não é somente empresarial e sim uma necessidade para a vida”, observamos a identificação que se faz entre crescimento pessoal (de vida) e profissional numa dimensão empresarial.

Na subordinação estabelecida entre a primeira, de vida, à segunda, ao universo empresarial, para o pesquisador há uma inversão de valores, pois o crescimento profissional é um elemento no crescimento pessoal (da vida).

A relação observada entre professor e jovens manifestava certa empatia da parte dos jovens face ao professor.

O professor por sua vez, demonstrava certa simpatia e carisma. Não foi observado nenhum momento de tensão ou conflito. O clima ao longo de toda a aula transcorreu tranquilamente sem quaisquer obstáculos observáveis.

AULA 7 – TURMA 3

Outro momento de observação ocorre também em uma das salas da Ong, realizada em 29 de outubro de 2008.

Nesta oportunidade o curso observado é de práticas comerciais (aula teórica), que tem como responsável o professor Mario, já sujeito de observação anterior, assim como a turma três, também já observada.

A turma reuniu um grupo de 11 (onze) jovens, durante uma aula com duração de uma hora, no intervalo de tempo entre 10h00min e 11h00min.

Nesta aula observou-se o exercício de uma atividade realizada em grupos em momento anterior, e após seu término, sentados em círculo os jovens expunham para os colegas suas conclusões sobre um texto que tratava do atendimento de clientes em uma loja comercial hipotética.

Nesta atividade, quando dos comentários por parte do professor, era utilizada uma prática já conhecida que o professor lança mão de sua maior experiência, na condição de sujeito mais velho, para afirmar posições e concepções, reafirmando certas referências sobre os jovens.

O exercício se encerrou após todos os grupos se manifestarem publicamente.

Em seguida, voltando às posições originais, foi retomada a leitura de um texto que se encontrava na apostila do curso que tratava da fidelidade e fidelização do cliente.

A leitura do texto da apostila, por um dos jovens, era interrompida pelo professor para ressaltar aspectos que considerava relevante e que deveriam ser reforçados para maior compreensão do conteúdo abordado.

Mais uma vez se observa o uso de material apostilado, indicando mais uma vez a elaboração de um programa padronizado de formação dos jovens.

Nos anexos há um quadro ilustrativo em que são expostas as atividades de observação conforme horas e turmas de observação, professores, natureza da aula, cursos ministrados e locais de realização do curso.

As observações do desenvolvimento dos cursos provocam considerações face ao programa de ensino, relações e elaboração de aprendizagem por parte da PJG.

Uma primeira consideração trata da ação dos professores. Estas refletem um modelo tradicional de ensino.

A metodologia de ensino utilizada pelos professores no transcorrer dos cursos observados, não foge de uma construção em o professor detêm o saber elaborado e o domínio da técnica necessária à formação de atividade técnica profissional por parte dos jovens.

Ainda que os professores responsáveis pelos cursos reúnam qualificações e formação de bom nível, conhecidas por meio de conversas informais com mesmos.

As experiências profissionais destes na atividade de ensino profissional em outras instituições de formação, com perfis diferentes da PJG são contribuições que trazem à formação dos jovens.

No entanto, essas peculiaridades não desencadeiam uma renovação na atividade de ensino ou uma nova abordagem didática face aos jovens, isto é, a transmissão de conhecimento prevalece como ação de ensino.

Em relação à conduta dos jovens, na condição de aprendizes, é muito familiar ao ambiente encontrado nas salas de aula formais.

A manifestação de interesse em determinado tema, certa desatenção e euforia juvenil, alguma passividade diante do ensino, são comuns nos diversos momentos da observação.

Em relação à postura dos jovens aprendizes a percepção é de que os conteúdos abordados são apreendidos numa funcionalidade, ou seja, são necessários ao desempenho de determinada função laboral.

Nas observações foi possível perceber o quanto uma abordagem tecnicista prepondera como paradigma ao ensino e ao programa de formação dirigido os jovens.

Desta forma, as avaliações quanto a essas ações, são mensuradas naquilo que elas obtêm como resultado objetivo e concreto, neste caso, os números de jovens colocados em atividade profissional na condição de aprendizes.

As reflexões acerca dos aspectos relacionados ao trabalho (renda, mecanismos de exploração de mão de obra, cooperação entre trabalhadores, entre outros), são negligenciadas.

Também um aprofundamento sobre questões relacionadas à juventude enquanto segmento social heterogêneo, seu papel político e social no âmbito da sociedade ou quais

perspectivas são ou deveriam ser traçadas em seu interesse, são secundarizadas como problemáticas no bojo do programa de formação dos jovens aprendizes.

3.2.2 As entrevistas

Os protagonistas da PJG revelam muito da trajetória da Ong. No exercício de levantamento de dados foi também utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada.

Foram selecionados sete sujeitos que fazem ou fizeram parte desta trajetória e por isso tiveram registradas suas leituras sobre inúmeros aspectos que perpassam a Ong.

A seleção destes sujeitos se deu seguindo critérios de relevância junto à Ong, considerando suas responsabilidades institucionais junto à PJG.

E, não podendo deixar de considerar o registro das leituras daqueles que se tem como figura fundamental das ações da Ong, no caso, os jovens que são atendidos pela mesma, bem como, aqueles já egressos.

As entrevistas foram realizadas entre o final de novembro de 2008 e final de janeiro de 2009.

As entrevistas ocorridas em locais e datas variadas são expressão de certa dificuldade em fazer este tipo de levantamento de dados com este formato.

Alguns percalços no agendamento das entrevistas com alguns sujeitos, seja de disposição em colaborar, disponibilidade de horário, local de realização da entrevistas, entre outros detalhes, trouxeram como consequência a extensão do período (três meses) de realização das entrevistas.

Para tanto, salas da PJG, biblioteca pública municipal e local de trabalho de entrevistado, foram os ambientes de realização das entrevistas.

Contudo, o resultado dos depoimentos permite aproximar da dimensão em que se colocam estes sujeitos diante da PJG, bem como, como estes a qualificam seu papel institucional no âmbito da sociedade.

A escolha das perguntas se deu em diálogos de orientação face à pesquisa, observando quais poderiam trazer maiores esclarecimentos para apreensão da natureza do trabalho.

É importante ressaltar que antes dos registros das entrevistas, todos os entrevistados foram esclarecidos acerca da pesquisa em desenvolvimento, bem como, a garantia de sigilo com relação aos depoimentos prestados pelos mesmos.

As entrevistas foram agrupadas em dois grupos, sendo que um reúne as impressões dos agentes vinculados à Ong e outro que agrupa as opiniões dos jovens participantes da entidade ou seus egressos.

Com o intuito de respeitar o anonimato dos entrevistados, os mesmos serão identificados por números de 1 a 7.

Na seqüência, estão registradas as contribuições deste instrumento de coleta de dados utilizado e as elaborações advindas de suas análises considerando as referências teóricas da pesquisa.

No primeiro trecho destacado de uma das entrevistas concedida, do primeiro grupo, destaca-se o compromisso manifesto do quadro de funcionários da Ong com os propósitos da entidade.

“[...] tenho dentro de minha função dar condições pra que toda equipe possa corresponder aos objetivos do Estatuto Social, do cumprimento do regimento interno que é focado ao adolescente que é encaminhado para o mercado de trabalho” (Entrevistado 1).

Em outro trecho, é exposta a fundamentação jurídica em qual a Ong se baseia, bem como o recorte etário definido como alvo das ações empreendidas pela PJG, neste caso, o primeiro período da juventude, chamada de “adolescência (ABRAMO, 2008)”.

“A Patrulha Juvenil é uma entidade, a única no município que presta este tipo de atendimento (política de atendimento da demanda por trabalho juvenil) aos jovens de 14 a 17 anos e 11 meses. Hoje ela tem toda a parte administrativa de acordo com a Lei do adolescente aprendiz, ela encaminha e acompanha o adolescente na parte profissionalizante, garantido a esses jovens todos os direitos trabalhistas e previdenciários, baseados na lei do aprendiz, que é a lei 10.097” (Entrevistado 1).

Nisto, a Ong desempenha função considerável, pois a mesma executa uma ação indispensável no combate ao cenário desfavorável no campo das políticas públicas de juventude em que:

[...] seriam necessárias medidas discriminantes de políticas públicas, orientadas de forma a se lograr constituir, sob o estímulo de incentivos e favorecimentos fiscais e legais, uma demanda por trabalho juvenil que de outra maneira não se colocaria. (BRANCO, 2008, p.134-135)

A prioridade da Ong é enfatizada no fragmento seguinte, considerando seu público alvo.

“O objetivo maior, o principal da entidade, é receber essa clientela, preparar e encaminhar para o mercado de trabalho e formar cidadãos (Entrevistado 1)”.

Contudo, a posição hierárquica privilegiada de incluir os jovens adolescentes no mercado de trabalho não é vista de forma inquestionável, ainda que pese a busca de estratégias de sobrevivência por parte das famílias dos setores majoritários da sociedade.

As preocupações expressas pelo conjunto da sociedade e, mais especificamente da juventude quanto às perspectivas de futuro considerando a demanda por atividade remunerada, não devem ser traduzidas, exclusivamente, como uma necessidade imediata de inclusão no mercado de trabalho. Pois é elaborado que:

[...] o jovem que vê, entre os principais problemas a preocupá-lo, a necessidade de, em futuro breve, ter de encontrar emprego/atividade profissional não está declarando, com isso, que a forma de melhor eliminar essa preocupação residiria na imediata obtenção de um emprego ou no pronto desempenho de alguma atividade econômica. (BRANCO, 2008, p.139)

No fragmento seguinte, é apontada, sutilmente, a questão da ação dirigida aos adolescentes como medida de profilaxia moral como que atendendo a um padrão civilizatório.

“Então, a gente vê a importância do nosso trabalho, em acolher esses adolescentes pra que eles saiam da rua, que tenham cursos de capacitação aqui, e fiquem em atividade, qualificando esses adolescentes pra serem inseridos no mercado de trabalho (Entrevistado 2)”.

Esta visão implica num desconhecimento ou não reconhecimento da rua enquanto espaço de relações sociais, afetivas e de competição, sobretudo dos jovens dos setores sociais majoritários.

Regularmente, para estes a rua é espaço de brincadeiras, de práticas desportivas, nela eles amam, apanham, andam sem rumo, muitas vezes, trabalham e, infelizmente, até mesmo dormem e morrem, eventualmente.

Passando a outro ponto registrado nas entrevistas, em que são abordados aspectos referentes à estrutura de funcionamento da PJG, montada para perseguir e atingir seus objetivos já assinalados anteriormente, alguns trechos são analisados.

“Nós temos lá, toda uma estrutura, que foi feita, que foi montada, e é administrada pra que esse objetivo [colocação do jovem no mercado de trabalho] seja atingido (Entrevistado 3)”.

É oportuno destacar o atendimento social que a Ong oferece não só aos jovens, mas também à sua família, e nisto se encontra muito da importância social dada à intervenção da entidade.

“[...] a importância dos jovens que passam pela entidade é que os mesmos recebem uma orientação, num todo, não são só eles mas como também suas famílias (Entrevistado 1)”.

No entanto, é verificado que muito dos atendimentos encaminhados pela Ong são aquelas, exatamente, que não estão sendo realizadas a contento pelo poder público, conforme revela o trecho seguinte.

“[...] a partir do momento em que ele [o jovem] entra na PJG ele tem o acompanhamento escolar, médico, odontológico, psicológico e assistencial (Entrevistado 1)”.

E, novamente, é exposto mais um recorte quanto ao público alvo ao qual a Ong esta voltada, neste caso, um recorte sócio-econômico.

“[...] é prioridade [enquanto público alvo da Ong] as famílias de mais baixa renda, então é a oportunidade que aquele excluído não consegue (Entrevistado 1)”.

A visão de que a PJG é um espaço de oportunidades, na medida em que o jovem de origem social desfavorecida não as encontra, eleva a relevância social da Ong.

Outro aspecto exposto pelos entrevistados, que merece atenção versa sobre a avaliação da intervenção social da Ong.

A avaliação positiva enfatizada sobre a intervenção da PJG remete a ascensão profissional dos jovens aprendizes na condição de trabalhadores contratados após o término do contrato de aprendiz.

Mesmo porque é a partir do ciclo, jovem em formação na Ong, jovem em atividade via contrato de aprendiz e jovem contratado como empregado, que a entidade encontra sua sustentabilidade tanto institucional como financeira. Conforme se constata no trecho a seguir de uma das entrevistas.

“[...] a gente percebe que após os 18 anos as empresas têm absorvido esses meninos, o que tem criado mais oportunidades pra novos, que a cada número que se registra na empresa, como a própria lei diz, cria mais uma vaga pra um novo aprendiz (Entrevistado 1)”.

Outra consideração positiva por parte do entrevistado quanto às ações empreendidas pela Ong, no que diz respeito à ascensão social dos jovens, trata da compreensão da condição social em que os jovens chegam à PJG e sua condição posterior, numa ascensão profissional no interior da empresa a qual ele se vincula.

“[...] a gente percebe a importância do trabalho pra trazer o crescimento pra esses adolescentes, que muitas vezes chegam de forma desestruturada, com a parte financeira [familiar] totalmente comprometida, e que a gente percebe que hoje tem muitos atuando até como encarregados ou chefes (Entrevistado 1)”.

Entretanto, uma defesa do trabalho entre os jovens é feita para além dos resultados mais próximos em políticas desta natureza. Enfatizando sua relevância em duas perspectivas:

“[...] quer com respeito aos seus aspectos mais objetivos [inserção ocupacional e renda], quer no tocante aos seus atributos subjetivos [considerados em sua dimensão formativa como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de habilidades e autoconhecimento, construção de autonomia, realização pessoal e vivência da própria condição juvenil]. (BRANCO, 2008, p.141)

Ainda sobre a avaliação do retorno à intervenção da PJG por parte dos jovens atendidos pela mesma, segundo outro entrevistado, é vista muito positivamente, pois se atribui à formação conduzida pela Ong uma mudança no perfil dos jovens.

“[...] Quando o adolescente chega aqui, ele tem um perfil [...] Então eu acho que é um fid-back, um retorno muito positivo que a gente tem, de fazer a diferença na vida desses adolescentes (Entrevistado 2)”.

E, reafirmando esta avaliação, outra observação versa sobre as situações em que os jovens que ingressaram em empresas na condição de aprendizes (via Ong) se tornam responsáveis, eventualmente, pela contratação de outros jovens de mesma origem institucional.

“[...] ex-patrolheiros que hoje assumem e contratam patrulheiros dando oportunidade a estes [sic] (Entrevistado 1)”.

Dados referentes ao aproveitamento face à contratação de aprendizes como empregados efetivos por parte das empresas são também considerados por um dos entrevistados.

“[...] o nosso índice de contratação pós contrato de aprendizagem do menor, é muito grande, nós temos em torno de 80 a 85% [...] Esse talvez seja um dos melhores indicadores que a entidade tem (Entrevistado 3)”.

Diante do questionamento sobre as relações entre as ações da Ong e a educação, o entrevistado aponta a colaboração de funcionários das escolas públicas estaduais, como diretores e coordenadores.

No entanto, fica evidente que a relação entre PJG e escolas públicas, se estabelece devido à legislação pertinente, neste caso, a “lei do aprendiz”.

“[...] pelo que pede a lei, uma vez o jovem encaminhado ao mercado de trabalho, ele tem que ter um acompanhamento escolar e a Patrulha tem esse acompanhamento escolar (Entrevistado 3)”.

Mesmo porque se atesta que sem o respaldo legal, o acompanhamento escolar dos jovens aprendizes estaria comprometido, conforme manifesta os fragmentos seguintes.

“[...] eu vejo que sem esse acompanhamento escolar como exigência, não teria como cobrar isso do menino, então, a partir do momento em que a lei fala que é uma das condições pra que ele faça parte da Patrulha, a educação em geral tem trazido pra gente um resultado positivo (Entrevistado 1)”.

“[...] concomitantemente ao emprego, existe a obrigatoriedade do acompanhamento escolar, então eu acho que, não só pelo convencimento, mas muito mais pela obrigatoriedade (Entrevistado 3)”.

A consideração acima registrada que aponta certo desinteresse dos jovens pela educação, contradiz os dados registrados pela pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” realizada em 2003, que assinalam que entre os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, 45% tem na educação um de seus interesses em especial.

Provavelmente, esta leitura que desqualifica o interesse dos jovens pela educação não se fundamenta em dados concretos ou fidedignos.

Na verdade, esta visão de desvalorização da educação pelos jovens encontra respaldo numa dimensão ligada ao senso comum em que a juventude é vista como sujeito incapaz de

reconhecer os direitos sociais e ainda de não apreendê-los como elemento vital na garantia de sua existência.

Passando a outro ponto observado nas entrevistas, referindo aos aspectos da gestão da Ong, em traços específicos de sua organização administrativa, ressalta-se, num primeiro momento, o papel desempenhado pelo clube de serviços Lions Club Internacional de Garça, no âmbito da gestão da PJG.

A influência dos princípios do clube de serviços na cultura organizacional da Ong é exposta em fragmentos de uma das entrevistas realizadas, quando são apontadas a abrangência e a missão do clube, conforme o trecho na seqüência.

“O Lions Clube é um clube de serviços internacional, ele está em, praticamente, em quase todos os países do mundo, ele é um clube que... visa com que pessoas de boa vontade, de boa fé, se juntem pra tentar resolver os problemas locais da sua comunidade. O Lions orienta você a atuar naquele meio [social], isso através do companheirismo, através da ajuda mútua e através da honestidade nos negócios” (Entrevistado 3).

Estes princípios reafirmam certa filosofia característica do chamado “terceiro setor”, em que prevalece “o desejo humano de ajudar outras pessoas sem a exigência de benefícios pessoais (HUDSON, 1999)”.

Outro aspecto da administração da Ong, a profissionalização de sua gestão, se confunde com a formalização do convênio (contrato de parceria) entre a PJG e o Lions Club Internacional de Garça.

Para tanto, a administração da Ong se faz tanto com pessoal remunerado como “pessoal não remunerado”, os chamados voluntários.

Para ilustrar isto, tomamos como exemplo o cargo de presidente da Ong. Atualmente a Presidência da PJG é ocupada por um membro do Lions Club e de acordo com o estatuto da PJG, o cargo não é remunerado, assim como os demais cargos da diretoria da Ong.

Contudo, toda a área administrativa da Ong, gerência e recursos humanos, por exemplo, são ocupados por profissionais contratados como funcionários, assim como outros profissionais que atuam na execução das ações institucionais da PJG (professores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros).

O clube de serviços responsável pela gestão da Ong define o perfil administrativo da mesma, bem como seu caráter sócio-institucional.

Desta forma, o modelo de gestão adotado pela Ong remete ao paradigma empresarial, afirmado por um dos entrevistados.

“[...] nós fomos quase que obrigados a montar um esquema administrativo, meio que... meio não, empresarial” (Entrevistado 3).

A explicação para a adoção deste paradigma pode ser respondida no entendimento de que:

Existem muitas semelhanças na administração de organizações em todos os setores da economia. Todas dependem de administradores competentes que precisam ter objetivos, controlar recursos, trabalhar em equipe, ter desenvolvimento profissional [...] O terceiro setor tem algumas semelhanças com o setor privado porque as organizações que vendem serviços, às vezes a preços subsidiados, precisam valer-se de algumas teorias do mercado. (HUDSON, 1999, p.16)

Outra justificativa para a incorporação dos pressupostos empresariais na gestão da Ong é encontrada na hegemonia das diretrizes neoliberais em que a ênfase na lógica mercantil prepondera diante dos demais modelos gerenciais nas organizações públicas.

Certas categorias como eficiência, competitividade e qualidade tão caras no âmbito do mercado e muito valorizadas no ramo empresarial são elementos contemplados quando é pensada a gestão da Ong.

Por outro lado, a sustentabilidade econômica da PJG aciona critérios distintos como mercantis, não mercantis e não monetários, por exemplo.

Sinteticamente estes critérios são definidos, respectivamente, pela relação que é estabelecido com o mercado, como no caso dos serviços prestados pela PJG na intermediação de contratação de mão de obra “aprendiz”.

O financiamento de projetos e doações compreende o segundo critério. Por fim, a mobilização de voluntários, os serviços e apoios técnicos, bem como os bens materiais recebidos gratuitamente por pessoas, empresas ou outras organizações correspondem ao último critério. (SANTOS, 2007)

No caso da PJG, uma entidade que tem como fonte de sustentação financeira recursos públicos e privados, predominantemente seu modelo de gestão absorve aspectos do setor privado.

Nesta perspectiva, é observada uma maior preocupação em atender aos interesses da iniciativa privada, assegurando ao empresariado com a qual a Ong se relaciona certa prerrogativa.

“[...] hoje eles (o clube de serviço) buscam o aprimoramento de todo o trabalho estruturado, não só no que se refere a parte da equipe de funcionários, mas também a melhor

forma de preparar esses adolescentes pra que eles possam dar um retorno melhor pra esse empresário que vem em busca de um aprendiz[...]” (Entrevistado 1).

No trecho apresentado em seguida, são indicadas duas das razões pela quais os empresários locais procuram os serviços prestados pela Ong.

É ressaltado, pela ordem, a exigência legal e o interesse social.

“[...] seja pra cumprir a quota, conforme a lei exige, ou seja, também pela parte social para aqueles que vêm o trabalho dessa forma” (Entrevistado 1).

A quota ressaltada neste trecho, trata da exigência da “lei do aprendiz” que estabelece que toda empresa deve ter entre cinco e quinze por cento do seu quadro de funcionários constituído por jovens aprendizes.

Os benefícios aos empregadores deste dispositivo legal já teve considerações elaboradas em momento anterior.

Nas leituras registradas em pertinentes à da gestão da Ong, cabe ressaltar a ação com vistas à capacitação dos funcionários e a execução de um plano de recursos humanos face ao departamento administrativo da PJG.

Esta iniciativa por parte da diretoria da PJG procura assegurar a entidade uma gestão eficiente com respeito à realidade da Ong, conforme explanado em seguida.

“[...] a preocupação da diretoria em estar capacitando os profissionais, dar condições pra que esses profissionais possam realmente contribuir e fazer um trabalho de forma digna, tanto que hoje, algo que não tinha, a parte administrativa tem um plano de recursos humanos específico” (Entrevistado 1).

A preocupação com o desempenho das equipes por parte dos administradores remete a necessidade de se obter o melhor desempenho por parte destas, pois os administradores, dentro de uma concepção de administração, entendem que:

Seu trabalho é explorar o potencial dos membros da equipe e assegurar que os resultados do grupo como um todo sejam bem maiores do que os de algumas partes. As equipes são importantes, não apenas numa linha de estrutura administrativa, mas também como mecanismo essencial de integração com a estrutura departamental. (HUDSON, 1999, p.188)

Para finalizar sobre aspectos da administração da Ong, merece atenção a elaboração que indica a valorização da fundamentação teórica na execução de sua intervenção.

A participação de membros da Ong em atividades relacionadas ao seu trabalho, bem como, a avaliação que se faz sobre o desempenho da PJG na comparação com outras Ongs com atuação na mesma área, também é registrada.

“[...] não é possível de forma alguma você conseguir melhorar o que você tá fazendo sem a parte teórica, sem ter o conhecimento, buscar a troca de conhecimento, participação em seminários, fóruns, sempre que temos a oportunidade na participação desses eventos a gente percebe que a entidade não tá tão fora assim, comparando a grandes Ongs que prestam o mesmo serviço (Entrevistado 1)”.

Com relação ao ingresso e o percurso que os jovens cumprem no âmbito da Ong, são descritos da seguinte forma.

“[...] Então, ela abre as matrículas, é feita a triagem, a triagem normalmente é feita baseada na renda familiar, então é dada prioridade pros jovens de baixa renda para serem encaminhados pro trabalho, então a triagem é feita com base nisso (Entrevistado 3)”.

A definição do público alvo da Ong, priorizando os jovens de baixa renda, remete aos dados que apontam, segundo o censo do IBGE em 2000, que 58,7% dos jovens vivem com famílias com renda de menos de um salário mínimo per capita.

Nisto, esta primazia dos jovens de baixa renda, procura contemplar a maioria dos jovens no que diz respeito à sua origem sócio-econômica.

A ação de inserção social realizada pela Ong se inicia com a participação de um programa de formação por parte dos jovens, cujo formato é descrito, sinteticamente, em seguida.

“[...] Então, o adolescente chega, nós fazemos a inscrição dele, e eles são encaminhados para os programas que nos temos que é a Zona Azul e o curso de inserção social. Na Zona Azul eles vão, tem um treinamento de uma hora por semana e, nos cursos, eles ficam com o gestor três meses e tem sete matérias e recebem o certificado de cada uma dessas matérias (Entrevistado 2)”.

Algumas das matérias supracitadas puderam ser observadas durante a pesquisa de campo que utilizou da observação in loco, já descrita em momento anterior da pesquisa.

O objetivo dos cursos ministrados se volta conforme o entrevistado a *“[...] que esse adolescente ao ser encaminhado ao mercado de trabalho, ele já tem uma visão”*, assim como a *“[...] questão da identidade do adolescente, o que ele espera, qual área ele mais se identifica, como escolher uma profissão (Entrevistado 2)”*.

Contudo, há de se precisar que a mera inserção no mercado de trabalho não atende toda a demanda manifesta pelos jovens, pois esta ação pode superar certa limitação “em apenas se procurar inserir os jovens no mercado de trabalho formal e em atividades diretamente subordinadas à agregação de ‘mais-valor’ mercantil (BRANCO, p.142, 2008)”.

Em face de outro questionamento encaminhado pela entrevista, tratando da importância da PJG para os jovens e para sua educação percebe-se que, fundamentalmente, a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e as aprendizagens decorrentes no interior das empresas são entendidas como a maior contribuição nesse sentido.

“Sobre a importância da PJG, porque aqui eles têm a chance de ter esse primeiro contato com o mercado de trabalho. Então eles já vão para a empresa, e a empresa já recebem eles com essa visão de que eles vão ter o preparo lá (Entrevistado 2)”.

Destaca-se neste ponto a perspectiva de socialização profissional por parte das empresas empregadoras da mão de obra “aprendiz”.

Por outro lado, a socialização no âmbito do mercado de trabalho, que preza pela padronização e uniformização de forma geral, torna-se algo discutível quando são pensados os diversos grupos de jovens, considerando a idéia de “juventudes”, que tem como referência seus perfis distintos em inúmeros aspectos.

A abordagem sobre as manifestações de atitudes de indisciplina por parte dos jovens às ações de formação encaminhadas pela PJG, também são registradas na entrevistas.

A identificação e os procedimentos adotados diante desta questão revelam traços característicos de como esta postura dos jovens são encaradas pela Ong, conforme o trecho seguinte.

“[...] tem adolescente que tem um bloqueio, que a gente procura trabalhar nesse sentido. Tem também aquele adolescente que realmente não quer, não tá no momento, e aí a gente senta, orienta, vê se ele quer aguardar um momento, vê se o pai que pediu pra ele vir fazer o curso se é o pai que tá cobrando ou se é vontade realmente do adolescente (Entrevistado 2)”.

Geralmente, a abordagem desta questão é feita num trabalho conjunto da assistente social e da psicóloga, como responsáveis pelo acompanhamento dos jovens junto à Ong, mesmo quando as manifestações de indisciplina ocorrem, eventualmente, no interior das empresas com os “jovens aprendizes”.

De qualquer forma, nesta questão há de se destacar que:

Também se evidenciaram importantes ‘leituras’ sobre os muitos significados do trabalho para os jovens, destacando-se a busca por alternativas de ocupação em que

se pudessem combinar de modo mais satisfatório e gratificante a obtenção de renda e a realização pessoal. Por esse motivo, por parte significativa dos jovens se opõe de forma enfática aquelas realidades dos espaços de trabalho onde exercem predomínio as práticas autoritárias das chefias, os ritmos intensos e repetitivos [...], e pelas flagrantes desigualdades em relação aos adultos. (BRANCO, 2008, p. 143)

Considerações feitas em decorrência de outra ação empreendida pela Ong, neste caso, a manutenção de instituição de acolhimento de crianças e jovens em risco social, surge como elemento relevante da intervenção social realizada pela PJG, de acordo com o fragmento seguinte.

“Hoje a entidade é responsável pela Casa Abrigo municipal. É uma casa em que crianças com algum tipo de risco familiar são encaminhadas e, por um motivo ou por outro, o Conselho Tutelar e o Condicra, eles acabam levando essas crianças, tiram da guarda dos pais e levam pra Casa Abrigo, onde essas crianças tem todo um tratamento, tem acompanhamento psicológico, tem local pra dormir, atende nas 24hs do dia, tem enfermeiro, tem alimentação, tudo certinho, tem nutricionista, tudo dentro daquilo que o Conselho [Conselho de Direitos da Criança e dos Adolescentes] pede (Entrevistado 3)”.

Nesta ação, o quadro técnico da Ong se constitui como o principal motivo para o aproveitamento por parte do poder público municipal dos serviços prestados pela PJG e de sua estrutura.

“[...] esse departamento da Patrulha que é a Casa Abrigo, nós administramos, mas atendendo uma reivindicação municipal, porque nós já tínhamos um corpo técnico que poderia ser aproveitado pra isso (Entrevistado 3)”.

A partir da fala acima mencionada, é possível inferir que a ausência ou existência insuficiente de um corpo técnico por parte do Estado no município, oriundos das três esferas de poder, implica na transferência à sociedade civil do compromisso em atender, dignamente, este segmento vulnerável da sociedade em situação de grave risco social.

Ainda é apontado outro elemento objeto de consideração por parte dos entrevistados. Este diz respeito a uma leitura que vê a condição da adolescência como expressão de uma fase da vida do indivíduo como um problema familiar, como se percebe adiante.

“[...] a gente vê hoje que o adolescente é um problema familiar. Então a criança enquanto tá no seio da família, ela é fácil de ser tocada e tal, quando chega à adolescência,

às vezes a educação fica um pouco difícil, às vezes os pais não estão preparados pra aquilo (Entrevistado 3)”.

Esta leitura denota certo julgamento moral quanto à capacidade dos pais de educarem seus filhos.

Considerando que esses jovens têm origem nas camadas majoritárias da população, fica implícito, de forma generalizada, que as famílias dos setores menos favorecidos sócio-economicamente são incapazes de oferecer formação para seus membros.

Esta visão subestima a dimensão da família no entendimento das demandas dos jovens. Nisto esta leitura por parte do entrevistado se contrapõe a outra elaboração em que é apontado:

Por outro lado, apesar das queixas sobre o controle dos pais e a falta de liberdade, e de jovens que citam a família como espaço de experiências de humilhação e violência, a família aparece como uma instância fundamental para a vida da grande maioria: como estrutura central para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, como referência ética e comportamental e para o próprio processo de amadurecimento. (ABRAMO, 2008, p.60)

E para corroborar com a assertiva supracitada, basta assinalarmos os dados que registram que a família é a instituição em que os jovens mais confiam, 98%, sendo que 83% confiam totalmente (Perfil da Juventude Brasileira, 2003).

Também se verifica certo papel à Ong diante da suposta ausência do cuidado das famílias para com seus filhos, somando-se a esta responsabilidades enquanto uma instituição familiar.

Conforme o entrevistado 3, ao especificar a importância da PJG para os jovens, é colocado além dos aspectos educacionais ainda “*uma contribuição familiar*” por parte da Ong.

Mas, contrariando posições anteriores, é observado em outro momento o reconhecimento da relevância da relação familiar como promotora de melhorias que o mundo necessita.

“[...] claro que nada substitui o âmbito familiar, mas se todo mundo der a sua contribuição, então eu acho que a gente melhora o mundo (Entrevistado 3)”.

A procura pela Ong por parte dos responsáveis pelos jovens, assim como suas necessidades imediatas, é salientada na seqüência.

“A entidade é procurada por muitos pais, que nos pedem muito que a gente encaminhe o jovem, pra ele sair daquela ociosidade, que ele não tem muito que fazer, às vezes o garoto só estuda à tarde, aí ele fica sem fazer nada, à noite fica sem fazer nada, ele fica com bastante tempo ocioso, e acaba às vezes, como o pai e a mãe trabalham, ninguém pode olhar direito, esse jovem acaba podendo se deparar com coisas ruins (Entrevistado 3)”.

Para analisar esta leitura a partir de uma perspectiva histórica um pouco mais remota, é preciso resgatar o decreto assinado pelo Parlamento brasileiro de 20 de junho de 1888, contemporâneo da conhecida “Lei Áurea” que tratava da Repressão à Ociosidade, que visava coibir e atacar os “vadios e vagabundos” que perambulavam pelas ruas naquele contexto histórico do Brasil.

Esta referência objetiva apreender como a ociosidade tem sido objeto de uma leitura que a compreende enquanto algo abominável no âmbito da sociedade, não é algo recente.

Mas, a primeira tarefa na análise dessa leitura é entender a ociosidade na amplitude como tempo livre. E, desta forma, podemos esclarecer acerca de outra demanda a ser qualificada no entendimento das políticas públicas para a juventude.

A primeira consideração traz a particularidade do tempo livre para os jovens, pois:

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, 2008, p.177)

O controle e o cerceamento do tempo livre pelo Estado e pelas organizações sociais, entendendo este numa perspectiva negativa, tende a reforçar uma concepção positiva só garantida pela prática laboral no desenvolvimento de uma formação humana.

Há de se qualificar o tempo livre, do lazer, como momento em que os jovens “consolidam relacionamentos, consomem e re-significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural e social (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, p.178, 2008)”.

Mesmo porque, o tempo livre pode acontecer de forma a ser momento de experiências degradantes se vivenciado na escassez material ou na ausência de oportunidades, como no caso do desemprego juvenil.

A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira de 2003, aponta que os jovens das camadas majoritárias são os que têm menos acesso aos projetos de ações culturais, o que pode orientar a elaboração de políticas de democratização do acesso que contemple este aspecto no âmago das políticas de juventude, privilegiando o tempo livre numa leitura construtiva.

Nisto, também há de se ater a uma socialização pública, isto é, na vivência que coloque os jovens em contato com os espaços públicos “em contraposição à privatização da subjetividade, tendência da sociedade de consumo (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, p.183, 2008)”.

Não se pode regular sobre aspectos privados dos jovens, mas ainda há outra ação a ser fomentada na tônica de uma construção identitária entre os jovens, assim a questão da amizade surge:

Ainda que as amizades sejam relações de natureza privada entre sujeitos particulares em contextos de ações coletivas ou não, os espaços de convivência pública são indispensáveis para a criação de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de redes de amizades. (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, 2008, p.209)

E, entendendo que:

O tempo da juventude é o momento de transformações corporais e afetivas e de construção de identidades no qual a turma de amigos cumpre papel significativo na construção de subjetividades positivas. (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, 2008, p.209)

E, numa colocação que opõe tempo livre e ocupação, reafirma-se, novamente, a associação entre o primeiro aspecto com traços da violência, numa explícita valorização do trabalho como medida de profilaxia social e moral.

“[...] o adolescente se depara com uma série de coisas que são ruins, alcoolismo, drogas, prostituição, uma série de coisas que se o jovem tiver uma ocupação, tiver um trabalho, ele não vai ter tempo de se relacionar com essas coisas ruins (Entrevistado 3)”.

Esta leitura do tempo livre a desqualifica de tenebrosa, pois é certo que:

A preocupação com o tempo livre da juventude não pode se limitar à busca de redução de danos ou de prevenção da violência, mas, fundamentalmente, considerar as potencialidades impressas na vivência plural do tempo livre, do lazer e da cultura como direitos plenos de cidadania. (BRENNER; DAYRREL; CARRANO, 2008, p.209)

Com relação aos aspectos de sustentação financeira da Ong, tida como prioridade número 1 pela administração, é considerado o seguinte:

“[...] a nossa primeira preocupação como dirigente, além é claro de fazer um bom trabalho com as crianças, mas a nossa primeira preocupação é o equilíbrio financeiro da entidade (Entrevistado 3)”.

A partir deste pressuposto, a captação de recursos e o estabelecimento de fontes de financiamento são organizados.

E sobre as peculiaridades das organizações sociais diante dos seus financiadores é que:

Uma das facetas que distingue as organizações do terceiro setor é sua habilidade de levantar finanças e recursos de várias fontes diferentes. Membros, doadores, lojas, investimentos, subsídios, contratos e vendas de serviços são todos parte de sua abordagem empreendedora para obtenção de fundos. (HUDSON, 1999, p.275)

Da mesma forma é relatado como fonte de sustentação financeira da Ong o pagamento de uma taxa, que pode ser entendida como o pagamento pelo serviço prestado pela PJG pela seleção, treinamento, encaminhamento e acompanhamento escolar do jovem no cumprimento do dispositivo legal, ou seja, da “lei do aprendiz”.

“[...] todo o trabalho que a Patrulha faz com os jovens que são encaminhados ao mercado de trabalho, na verdade, o custo disso sai das próprias empresas que contratam os patrulheiros [jovens aprendizes], então, além do salário do patrulheiro, a empresa paga mais uma taxa à Patrulha, pra que ela administre isso (Entrevistado 3)”.

É através desta fonte financeira (taxa paga pelas empresas que firmam contratos com jovens selecionados pela Ong), que a estrutura de funcionamento da PJG se mantém.

Outra fonte de recursos compreende a destinação de tributos a serem pagos à receita federal como imposto de renda de pessoa jurídica à Ong.

Certamente, neste caso, as pessoas jurídicas (empresas) que utilizam desta prática, as fazem fundamentadas no artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Tanto o pagamento de seu quadro de funcionários, assim como, o custeio das ações empreendidas pela Ong, como os cursos de capacitação profissional, por exemplo, e ainda

suas despesas fixas, como as materiais, constituem as despesas de manutenção por parte da PJG.

A administração financeira da Ong é pautada pelo critério de manutenção de um número pré-estabelecidos de jovens em atividades, tanto contratados na condição de aprendizes como em atividades preparatórias ao ingresso no mercado de trabalho.

“É claro que a gente trabalha com números que denotam equilíbrio, eu sei que até X patrulheiros, meu equilíbrio [financeiro] tá perfeito, se baixar, abaixo disso aí, começa faltar um pouco de dinheiro (Entrevistado 3)”.

Colocada desta forma, a ilustração diante do equilíbrio financeiro da Ong, permitem entender que, “Quando cada serviço tem sua própria equação econômica, fica muito mais fácil para os conselheiros e a alta administração compreenderem as conseqüências financeiras das decisões de expandir ou contrair diferentes serviços (HUDSON, 1999)”.

No âmbito da cultura organizacional da Ong, a preocupação expressa com o equilíbrio financeiro da Ong tende a fazer com que a preocupação com este quesito seja compartilhada por toda a administração, sobressaindo na agenda da organização.

Nas entrevistas, outro aspecto explicitado, versa sobre a natureza da sucessão administrativa da Ong, caracterizada por uma continuidade.

“[...] eu acho do ponto de vista administrativo e sucessório de uma entidade dessas, quando você lida com pessoas de boa vontade, então nunca vai ter problema sucessório (Entrevistado 3)”.

O que denota, de certa forma, uma manutenção consensuada das diretrizes políticas e administrativas por parte daqueles que se sucedem na gestão da PJG, mesmo porque, a origem dos diretores da Ong remete a uma única entidade, neste caso, o clube de serviços Lions Club Internacional.

Desta forma, a filosofia e cultura institucional que permeia a Ong provêm da mesma origem externa, minimizando qualquer tensão ou conflito de concepção ou ideologia.

A visão do trabalho voluntário e dos princípios caritativos qualificados como resposta eficiente na resolução dos problemas da sociedade transparece em vários momentos.

“Então eu acho que outras pessoas, às vezes, poderiam tentar dedicar um pouco mais de seu tempo, a um trabalho voluntário, alguma coisa assim, porque eu acho que, quem melhora a sociedade é a própria sociedade (Entrevistado 3)”.

“[...] cuidar daqueles que estão ao nosso redor, se todo mundo fizesse assim... a gente não teria tantos problemas como temos (Entrevistado 3)”.

“[...] às vezes uma pequena contribuição que cada um possa dar, pros seus semelhantes, possa fazer uma diferença muito grande na vida dessa pessoa lá na frente (Entrevistado 3)”.

É observada também uma valorização significativa quanto às possibilidades de superação das condições sociais desfavoráveis por parte dos segmentos mais vulneráveis na ação voluntária.

Outro entendimento que se manifesta nas entrevistas aponta a elevação do status social via inclusão no mercado de trabalho.

Sendo assim, a constituição do jovem como sujeito é desencadeada por meio de sua condição como trabalhador *semi-profissional*.

“Eu sei que muitos desses jovens que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, vão se tornar excelentes trabalhadores, pais de família, e, provavelmente cidadãos exemplares (Entrevistado 3)”.

Por outro lado, é reforçada a idéia de que as atitudes individuais, no que diz respeito à iniciativa pessoal, se somadas têm o poder de alterar o estado de coisas.

Na seqüência se analisa os registros do segundo grupo de entrevistados. Suas leituras e impressões são apresentadas da seguinte forma.

Todos os jovens entrevistados cursam ou cursaram o ensino médio em escola pública estadual.

Sua origem socioeconômica esta relacionada ao público alvo da PJG, ou seja, são oriundos dos segmentos majoritários da sociedade, mormente daquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

A faixa etária é distribuída da seguinte forma. Os jovens que estão vinculados à Ong têm entre 15 e 16 anos e os jovens egressos tem entre 18 e 19 anos.

As áreas de atuação profissional dos jovens entrevistados são diversificadas. Eles trabalham, seja na condição de aprendizes ou contratados como trabalhadores *efetivos*, nos setor terciário (industrial) e secundário (de serviços).

O primeiro argumento apreendido na entrevista com o segundo grupo quando questionado sobre a procura pela Ong, fica explícita a necessidade de trabalho.

“Eu recebi um convite de me inscrever na Patrulha, porque eu gosto muito de trabalhar [...] O motivo também foi para ajudar minha família e, novamente, porque eu gosto de trabalhar (Entrevistado 4)”.

Seja por incentivo dos pais ou por necessidade de ajudar no orçamento familiar, a busca por trabalho é apontada como a principal motivação dos jovens quando relatam sobre seu ingresso na PJG.

Entretanto, é preciso enfatizar que o trabalho, segundo pesquisa já citada, aparece como uma das demandas de maior reivindicação por parte dos jovens seja como direito ao trabalho ou o trabalho como direito.

O trabalho para os jovens, de acordo com a pesquisa, atende a três aspectos básicos, a saber, primeiro como necessidade, segundo como fator de independência e por último como elemento de auto-realização.

E ainda há de se mencionar enquanto aspecto de valorização do trabalho por parte dos jovens que:

[...] é sobretudo como fator de risco, desestabilizador das formas de inserção social e padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, necessidade, no centro da agenda de parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2008, p.159)

O reconhecimento por parte dos entrevistados do objetivo da Ong, inclusive o conhecimento de critério utilizado, são expressos explicitamente.

“A minha chegada se deu através do incentivo de meus pais. E os motivos que me levaram a procurar a Patrulha foi o fato deles [a Ong] indicarem os melhores alunos para as empresas (Entrevistado 5)”.

A necessidade de contribuir para a renda familiar é exposta como outra motivação considerável pela aproximação junto à Ong por parte dos jovens.

“Então, eu procurei a Patrulha junto com a minha mãe, eu ia fazer quinze anos, porque eu precisava começar a ajudar minha família, pois minha família é grande, nós precisávamos de dinheiro (Entrevistado 6)”.

Pois é certo que “não parece seguro afirmar que é apenas a necessidade extrema de garantir a sobrevivência da família que leva os jovens ao mercado de trabalho (ABRAMO, 2008)”.

Um segundo dado apontado na procura dos jovens pela Ong versa sobre aspectos da estrutura que a mesma oferece.

“[...] o que mais me motivou foi a oportunidade que a gente tem lá dentro, a aprendizagem, os professores, todo mundo que a gente tem ali dentro, isto foi o que me motivou mais, o esforço e a boa vontade (Entrevistado 7)”.

Neste caso, se percebe também que a filosofia da Ong, afirmada como seus princípios, surge interiorizada por um dos entrevistados no que diz respeito à ênfase no esforço e na boa vontade.

Não se deve omitir que estes princípios de “esforço e boa vontade”, representam a incorporação dos princípios do clube de serviços já mencionado (o Lions International) na cultura organizacional da Ong, como dito anteriormente.

Um traço que merece atenção trata da rotatividade dos jovens em seu percurso no mercado de trabalho.

“[...] comecei fazendo a Zona Azul, fui encaminhado, depois de quatro meses de Zona Azul, pra outro serviço, trabalhei um mês registrado na Dionisio, da Dionisio fiquei quatro meses na Reipel, e hoje tô atuando na RCG (Entrevistado 4)”.

Conforme descrito acima pelo entrevistado, num período de menos de um ano, o jovem havia transitado por quatro ambientes profissionais.

A trajetória dos jovens no interior da Ong se revela bastante dinâmica na medida em que os jovens atuam como aprendizes em várias empresas.

Quanto aos questionamentos sobre as expectativas que alimentavam os jovens face às atividades oferecidas pela entidade, eles expressam que a procura por cursos de formação profissional é o que mais os mobilizam.

“[...] eu tinha interesse nos cursos de capacitação, que orientavam como aprender a trabalhar, em outros cursos, nas áreas industrial, comercial e outras (Entrevistado 4)”.

“As minhas expectativas era que haveria muitos cursos (Entrevistado 5)”.

Sobre o aproveitamento e o perfil dos cursos, a visão dos jovens de que os mesmos têm uma função de instrumentalizar para a atividade profissional prevalece.

“Esses cursos eles ajudam a gente a ter um bom encaminhamento para os serviços, para ficar mais atualizado no dia a dia (Entrevistado 4)”.

“Porque eu posso usar através da onde eu trabalho [...]. Então eu posso usar pra atender melhor o público, como ser mais educada (Entrevistado 5)”.

“[...] o curso de eletrônica mesmo, que é na área que eu trabalho hoje, me ajudou bastante, informática também, porque eu sou operadora de máquina e tem que ter o curso de informática (Entrevistado 6)”.

Ademais, o caráter apresentado pelos entrevistados permite inferir que a Ong se orienta por uma política de atendimento da demanda por trabalho juvenil.

Quanto à importância dada pelos jovens à sua participação no interior da Ong ou com relação à contribuição que a PJG proporcionou às suas vidas eles manifestam um sentimento de aprendizado, gratidão e reconhecimento.

“Bom, é um encaminhamento pro meu futuro. Sem ela, assim, ficaria difícil eu arrumar um emprego com menos de 18 anos pra trabalhar, seria meio difícil, com a ajuda da Patrulha vários estudantes estão trabalhando (Entrevistado 4)”.

“É um aprendizado. Então é como se fosse parte da minha vida (Entrevistado 5)”.

“[...] lá todo mundo era esforçado, todo mundo queria um futuro mesmo, é isso o que a Patrulha faz, dá um futuro pro jovem de hoje em dia. Isso o que eu tenho hoje eu agradeço a Patrulha (Entrevistado 7)”.

Também a idéia de ter na Ong um espaço de educação e de motivação pessoal aparece como um fator de relevância da PJG na vida dos jovens.

“[...] eu esperava encontrar que pessoas me incentivassem, me ajudassem (Entrevistado 5)”.

“O que eu esperava encontrar lá era, expectativa, motivação, força, vontade (Entrevistado 7)”.

“Bem, lá foi muito importante, não só pelos cursos, lá tinha psicóloga, os coordenadores também são nossos incentivadores, e não deixam a gente andar por caminhos errados (Entrevistado 6)”.

Abordando sobre a importância da Ong para a empregabilidade dos jovens, eles atribuíam papel destacado à PJG e às suas ações de formação.

“Então, foi muito importante pra mim porque desde 2005 até esse ano agora, foi pela Patrulha que eu comecei tudo. [...] passei pela zona azul durante quatro meses, depois eu fiz o curso, aí então me indicaram para a empresa e estou até hoje lá (Entrevistado 6)”.

“A minha condição de empregado hoje, tá muito bom, o que eu aprendi na Patrulha hoje eu tô, como eu posso te dizer, colocando em prática, fazendo tudo o que aprendi sobre atendimento nos cursos lá. Se hoje eu tô sendo um bom profissional, é graças à Patrulha (Entrevistado 7)”.

Os jovens creditam à PJG o perfil profissional que tem hoje, bem como uma colocação no mercado de trabalho que correspondem às suas expectativas em certa medida.

“[...] a Patrulha Juvenil é muito boa, sabe, incentiva bastante a gente, dá oportunidade mesmo, porque hoje em dia tá difícil, porque se não tiver um curso, um

aprendizado, eles não estão dando oportunidade, se não fosse ela eu não estaria no emprego que estou (Entrevistado 6)”.

Para finalizar esta parte da pesquisa, registro a fala de um dos jovens que ilustra bem a leitura que o mesmo faz das ações da Ong e ainda reafirma o papel importante que ela pode ter diante das necessidades dos jovens de ingresso no mercado de trabalho.

“[...] eu vou falar direto pro pessoal que tá ingressando agora no mercado, que tá na Patrulha, que tá batalhando, que tá querendo ser alguém na vida, continua, continua porque lá, eu vou falar pra você, se a pessoa quer ter um futuro bom, é lá que começa (Entrevistado 7)”.

A PJG assume como política pública o atendimento de uma demanda no universo juvenil que contempla “programas voltados para o primeiro emprego” e procura “associar a geração de trabalho e renda para a população jovem, condicionando-a a sua escolarização (BRANCO, 2008)”.

Nisto, a PJG cumpre papel destacado na agenda das políticas públicas para a juventude em sua área de atuação, pois foca uma demanda deste segmento da maior importância e que é transversal.

Transversal porque na medida em que é garantida renda ao jovem, para além de suas necessidades materiais básicas no apoio à sua família de origem, ela viabiliza a satisfação, mínima que for, na busca de autonomia em sua formação cultural, estética e relacional.

Pois é certo que com alguma renda o jovem pode acessar, minimamente, não somente bens culturais, mas também meios de comunicação e informação variados, essenciais à sua condição de sujeito em formação.

Ainda que recaia face ao jovem uma ação vista como preventiva à delinquência, a política conduzida pela Ong reúne certamente condições para a superação desta limitação no âmbito da realidade a qual esta inserida.

Os traços estigmatizadores e discriminatórios que são observados nas falas de seus protagonistas como leitura que fazem dos jovens, exige reflexão e esclarecimentos para uma melhor qualificação da política da PJG.

Uma maior atenção e entendimento em relação à juventude como período de transformação e desenvolvimento corporal, emocional e de identidade subjetiva caminha na direção da qualificação exigida.

A aproximação junto às famílias dos jovens deve estar fundamentada em princípios de solidarismo, confiança e afinidade, elementos imprescindíveis para uma aproximação que perdure para além do período juvenil.

Aos jovens com características específicas, há de ser elaborado um programa de formação particular, pois diferenças de aprendizagem, adaptação e concepção de vida perpassam logicamente a heterogeneidade encontrada na juventude.

A gestão da política da Ong e de sua administração deve acionar possibilidades de reelaboração e avaliação contínua, que correspondam à sua renovação permanente.

Atualmente, a PJG tem em torno de trezentos e cinquenta jovens registrados em seu quadro. Um número expressivo considerando a realidade em qual atua, pois aproximadamente um sexto dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos do município de Garça é agente de sua intervenção.

Este dado a qualifica como uma organização da sociedade civil relevante na abordagem frente às políticas públicas de juventude no município, pois evidencia o conhecimento construído para enfrentar as demandas que são presentes em seu âmago.

3.3 Patrulha Juvenil de Garça: tempos atuais

Em relação às características da PJG nos dias de hoje, são utilizadas informações que a própria Ong disponibiliza em seu site (*home page*) e de algumas de suas publicações oficiais.

O objetivo neste momento é apontar elementos recentes da Ong, sem deixar de realizar as devidas considerações.

Inicialmente, em relação à página oficial na internet da PJG, é observada a existência de uma lista de diversos parceiros da entidade.

Neste caso, empresas locais que utilizam dos serviços prestados pela instituição na intermediação de mão de obra de jovens, na condição de jovens aprendizes.

Entre os demais colaboradores da Ong, listados em seu site, estão listados empresas privadas comerciais, organizações corporativas e religiosas (sindicato rural, OAB e associação espírita, por exemplo), assim como o executivo municipal (Prefeitura Municipal) entre outras empresas públicas (SAAE, por exemplo), além de micro empresas, empresas de pequeno porte, escritórios de profissionais liberais (contábil e imobiliário, por exemplo) e clube recreativo.

Examinando um dos links do site da PJG, denominado “*quem somos*”, é colocada a seguinte apresentação:

Trata-se de um projeto desenvolvido por companheiros do Lions Clube de Garça, que buscam promover os adolescentes e seus familiares, através de ações que asseguram seus direitos e o cumprimento de seus deveres. Há 34 anos a entidade Patrulha Juvenil, responde aos anseios da comunidade garcense. Hoje acolhe mais de 350 jovens envolvendo a Zona Azul. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 2009)

Destacaria nesta apresentação a ressalva quanto ao cumprimento dos deveres por parte dos adolescentes e outra que afirma que a Ong constitui numa resposta aos anseios da sociedade garcense.

Uma última consideração nesta apresentação remete a outra conceituação por parte da PJG, conforme a citação seguinte:

A Lei define diretrizes, mas a prática pede uma dose de bom senso e um olhar humanista, pois a inclusão de jovens no mercado de trabalho afasta-os da vulnerabilidade social (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 2009)”.

Neste, observa-se uma leitura particular, porém não exclusiva, a respeito da política de inclusão de jovens no mercado de trabalho e seu conseqüente distanciamento dos riscos da vulnerabilidade social, algo já analisado em oportunidades anteriores.

Em outro link denominado “*programas*”, são relacionados os seis cursos pelos quais os adolescentes atendidos pela Ong são habilitados.

São estes os de secretariado, práticas comerciais, linguagem e comunicação profissional, introdução à informática, ensino metódico teórico e o curso básico de eletricidade.

Os cursos, com duração de quatro meses, são entendidos e apresentados com o objetivo de oferecer uma melhor qualificação profissional para o jovem aprendiz.

Outro programa apresentado é a Zona Azul, que basicamente consiste na ordenação do estacionamento de veículos na área central da cidade, este “visa criar oportunidades aos jovens evitando que fiquem ociosos sujeitos a marginalidade” (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 2009).

Mais uma vez é associada ociosidade com violência, pois toda marginalidade é uma forma de violência.

O lazer, entendendo a ociosidade nesta perspectiva, esta contida em inúmeros documentos como direito, seja na Declaração Universal dos Direitos da Criança, como uma referência mundial, ou no próprio ECA, numa referência a uma realidade brasileira.

Para a PJG o programa denominado zona azul oferece “oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais, principalmente a comunicação”.

O terceiro programa compreende o ensino metódico-teórico de acordo com as exigências da Lei 10.097/00. Esta atividade é “ministrada por profissionais altamente qualificados”.

Este programa articula uma parceria entre a PJG, a Faculdade de Tecnologia (Fatec/Garça) e a Escola Técnica (ETE) Monsenhor Antonio Magliano, sendo as duas últimas instituições de ensino vinculadas ao Centro Paula Souza.

No link, “contrate um patrulheiro”, são exibidas as informações quanto às principais características da contratação de um jovem aprendiz.

Encontra-se no próprio site da Ong posicionamentos sobre as principais características da Lei 10.097/00:

A partir de agora, sua empresa vai investir no futuro das novas gerações de profissionais, contando com a grande capacidade de aprendizado dos adolescentes e a larga experiência [...] em treinamento profissionalizante. Essa Lei que alterou a CLT veio para dar ao Brasil uma nova cara e às empresas uma nova energia. (PATRULHA JUVENIL DE GARÇA, 2009)

O apelo ao investimento “no futuro das novas gerações de profissionais” denota uma expectativa grandiosa a respeito das possibilidades criadas pela Lei.

Diante disso, à legislação correspondente é dada um caráter inovador e fortalecedor da dinâmica das empresas e, conseqüentemente, ao país.

Em seu site, existe também uma enquete que consulta sobre a satisfação dos empresários que fazem uso dos serviços prestados pela Ong. A pergunta que se fazia era: Empresário o que você acha dos serviços prestados pela Patrulha Juvenil?

Quando do acesso ao site em fevereiro de 2009, os números verificados foram que dos participantes da enquete, cuja fidedignidade é questionável, pois a mesma permite que qualquer pessoa possa registrar seu voto, 76% optaram pela opção ótima, sendo que boa, regular e ruim, registravam 10%, 4% e 10% respectivamente.

Ou seja, o percentual de satisfação registrado denota uma credibilidade significativa aos serviços prestados pela Ong, gozando de uma avaliação altamente positiva junto aqueles que emitiram sua opinião na enquete.

Numa última exploração pelo site, no link “Casa Abrigo”, se difunde as visões a respeito do departamento da Ong responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes em grave situação de vulnerabilidade social.

Quanto ao departamento se manifesta, pontualmente, o seu objetivo “O objetivo do programa Casa Abrigo Sollar é amparar e abrigar crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social.”

Neste, também é elaborado seu entendimento sobre a natureza do que vem a ser um abrigo “O abrigo [...] Tem que ter um programa, não é simplesmente um corredor de espera. O tempo pode ser curto, mas dois ou três dias na vida de uma criança é muito.”

A existência da Casa Abrigo Sollar é atribuída à parceria firmada entre PJG, Prefeitura Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respaldados pelo Ministério Público.

Com relação a determinada documentação oficial que manifesta aspectos da PJG hoje, temos o encaminhamento do projeto de Lei nº 010/2009 do Executivo Municipal à Presidência da Câmara Municipal, com data de 19 de janeiro de 2009.

Este documento propõe que seja ampliada às autarquias municipais a possibilidade de celebração de convênios junto à PJG, “objetivando a utilização dos serviços de adolescentes assistidos pela Entidade, no serviço público municipal” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA, 2009).

Com data de 22 de janeiro de 2009, tem-se a aprovação da Lei 4.313/09, que traz a seguinte alteração no primeiro artigo da Lei 3.785/04:

Fica o Poder Executivo Municipal e suas autarquias, autorizados, nos termos da presente Lei, a firmar convênio com a Patrulha Juvenil de Garça, objetivando a utilização de serviços de adolescentes, na condição de aprendizes, para exercerem atividades adequadas à idade de cada um no serviço público municipal.
(PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA, 2009)

Esta legislação sinaliza uma maior utilização dessa mão de obra no serviço público, intensificando sua exploração neste setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hegemonia da tese segundo a qual o Estado deve ter um papel coadjuvante na intervenção social, ou seja, deve atuar de forma a não assumir significativa responsabilidade pela elaboração, execução e avaliação das políticas públicas voltadas a sociedade, é observada no Brasil nas duas últimas décadas.

A reformulação da institucionalidade e do caráter político e econômico do Estado tem sido uma das características dos governos de plantão deste período recente da história brasileira.

Um dos traços desta diretriz política é a transferência de responsabilidades à sociedade civil de intervenções sociais, outrora da alçada do poder público.

As diretivas adotadas pelas autoridades governamentais têm permitido que o Estado se esquive da autoridade frente às políticas públicas dirigidas às camadas majoritárias da população e em particular do segmento juvenil desta mesma população, no enfrentamento dos impactos de degeneração social e da exclusão impingidos aos setores mais empobrecidos.

Contudo, paralelamente, um processo com dinâmica própria transcorre na tentativa de efetivar políticas públicas dirigidas aos segmentos juvenis da sociedade, ainda que incipiente no cenário brasileiro.

Em relação aos jovens ressalto que na conjuntura nacional, e por que não caracterizar no contexto histórico da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas públicas que focalizam as crianças e os adolescentes são evidenciadas em decorrência do novo status político e jurídico conquistados pelos mesmos.

Evidencia esta que implica obrigatoriamente numa outra abordagem institucional, jurídica e social por parte da sociedade brasileira, pois a nova legislação traz em seu âmbito a prerrogativa de fazer destes atores, sujeitos de direitos.

Diante disso, entre o que é estabelecido como norma legal e o que se realiza concretamente, são observadas contradições significativas, bem como também se nota certo atraso na institucionalidade própria da juventude no Brasil.

Outra contradição é observada em dado discurso que é proferido no chamamento aos jovens a participarem “ativamente” na resolução de problemas com os quais toda a sociedade é desafiada, e em especial aqueles específicos à juventude.

Chamado este que faz frente à negação da sociedade em promover as condições básicas de participação e autonomia dos sujeitos juvenis, da mesma forma que se contrapõe à determinada visão que associa juventude e violência ou que compreende os jovens como problemas sociais.

Nesta perspectiva projetos e ações são empreendidos na tentativa de alcançarem um padrão condizente com a superação do quadro social existente.

Como um obstáculo a esta superação, aparecem a desarticulação e fragmentação das ações empreendidas no que tange as políticas públicas encaminhadas defronte às questões sociais referentes ao desemprego, educação de qualidade, participação política, saúde, entre outras.

Porém a mobilização da juventude identificada numa dimensão protagonística, penso que seria um fator primordial à concretização de uma intervenção social por parte deste segmento a lograr êxito no enfrentamento dos problemas sociais.

Entretanto, isto não quer dizer que esta dimensão protagonística da juventude atuaria como a panacéia de todos os problemas sociais e face aos problemas de diversas origens encontrados entre os jovens.

Desta forma, as ações de enfrentamento destas questões não deveriam ser encaminhadas a partir de políticas públicas elaboradas dispersamente, constituindo-se de intervenções fragmentadas ou desarticuladas.

Em relação ao tratamento de questões sociais de outra natureza, igualmente sujeitadas a uma secundarização diante do panorama de prioridades governamentais, que são conhecidas entre as camadas majoritárias e a todo o conjunto da sociedade, há também a demanda por uma ação de leitura universalista.

É nesse contexto que a PJG cumpre papel importante no que tange à execução de políticas públicas de juventude.

Haja vista que ora suas ações corroboram com a tese de um Estado “coadjuvante”, ora atuam na movimentação de um comprometimento deste agente com as políticas públicas.

A conjuntura social observada no município garcense, mormente com relação ao segmento juvenil deste, instiga aos agentes públicos uma avaliação criteriosa da realidade local num plano que abrange uma leitura não bairrista.

Tanto no plano de atuação da PJG quanto no plano das políticas públicas, os critérios devem estar dirigidos à qualificação da intervenção, assim como pela sua eficiência.

Conceitos como humanização, autonomia, criticidade, protagonismo e renovação devem pautar os programas de formação dos jovens em qualquer contexto de aprendizagem.

Em relação às características ideológicas presentes na PJG, sua intervenção deve avançar numa relação institucional com o Estado de forma que suas prerrogativas não sejam comprometidas com pressupostos contrários aos seus interesses públicos.

Mesmo quando muito de seus recursos financeiros sejam provenientes da espera pública ou quando seus programas têm esta origem, sua autonomia deve ser preservada. O mesmo vale para sua relação com o setor privado.

Nestas circunstâncias, quanto maior a sua autonomia frente aos setores públicos e privados, melhor será sua capacidade de atuar criticamente no cerne da sociedade na qual se insere.

Contudo, a renovação necessária da relação entre Estado e sociedade, ainda encontra respaldo nas intervenções e mobilizações desencadeadas pelas Ongs de forma geral.

Tanto que, em várias situações, as Ongs se constituíram como expressão da vontade da sociedade, conforme é constatado na ECO-92¹⁴, por exemplo, em que as ações das Ongs ambientalistas conseguiram pautar na agenda pública mundial, tanto da sociedade quanto do Estado, a questão ambiental.

Há também outros exemplos em que as Ongs, junto ao poder público, conseguiram conquistar certa credibilidade a ponto de suas lideranças e membros se tornarem referências importantes na elaboração de políticas públicas sociais, como observamos nas Conferências Nacionais dos Direitos Humanos, das Cidades, da Promoção da Igualdade Étnico-Raciais, entre outras oportunidades, ocorridas mais recentemente.

No entanto, na consideração acerca do contexto em que é fundada a PJG é preciso situá-la numa conjuntura social e política brasileira caracterizada por restrições a direitos fundamentais no transcorrer da década de 1970.

Portanto deve-se avaliar o quanto de sua intervenção social ainda hoje carrega traços peculiares do contexto de seu aparecimento enquanto instituição.

Neste sentido, sua relação muito próxima diante dos poderes constituídos, na esfera do poder público e a naturalização nos processos sucessórios de suas instâncias administrativas, creio, correspondem a certos legados de sua origem conjuntural.

No entanto, uma avaliação possível de ser feita em decorrência de suas intervenções é que apesar do potencial institucional da PJG, é observada uma dimensão limitante de sua intervenção no âmbito das políticas públicas dirigidas à juventude.

¹⁴ ECO-92 ou RIO-92 são os nomes mais usados para denominar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a mesma foi de grande importância para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e para a conscientização dos problemas relacionados ao meio ambiente.

As considerações sobre o caráter de suas intervenções face ao seu público alvo, neste caso os jovens adolescentes, vistos como sujeitos passivos, vitimados pelas desigualdades sociais, exprimem uma mentalidade que desconsidera a contribuição destes sujeitos na construção de outra realidade social numa condição protagônica.

O entendimento de que as ações dirigidas aos jovens tem como pressuposto a lógica de prevenção à delinquência juvenil, na medida em que os adolescentes são retirados das ruas, isto é, da ociosidade, manifesta outra limitação da política conduzida pela Ong.

Há de se considerar que o lazer e o tempo livre para os jovens podem ser apreendidos na dimensão do direito cultural, uma vez que é possível pensar ambos como oportunidades de produção de subjetividades na afirmação identitária juvenil.

Por outro lado, a constituição de espaços públicos de sociabilidade e de inclusão social da juventude para além dos convencionais como os de atividades laborais por exemplo, não encontra estímulo suficiente por parte da Ong.

Apesar de que na atual conjuntura social e econômica vivida pelos setores majoritários da população e, sobretudo do segmento juvenil, a valorização dos processos educacionais que trazem em seu bojo ações de aprendizagem profissionalizante, se tornam válidas como medidas recomendáveis.

É certo que a PJG colaborou para que os jovens reforçassem a preocupação com um projeto futuro no que diz respeito as suas vidas.

Porém, a apologia que é feita quanto ao esforço individual como principal razão de “sucesso” social dos jovens, numa perspectiva de inclusão social, obscurece a necessidade de uma ação coletiva que busque superar os obstáculos comuns à contemplação de suas demandas específicas.

Uma maior preocupação com aspectos de uma formação humana, e não só técnica, deve orientar as intervenções realizadas pela Ong, objeto de estudo desta pesquisa, assim como a apreensão dos jovens como atores políticos e agentes de transformação social na medida em que estes elementos sejam promovidos e valorizados enquanto indicadores de resultados.

E ainda, que a Ong tenha como prerrogativa da busca desta transformação, o entendimento de seu vínculo com um desenvolvimento justo, participativo e sustentável, em

que os jovens possam mobilizar na sociedade o zelo pelo seu amadurecimento, assumindo totalmente este papel.

Outra limitação a ser transposta pela PJG trata da formação voltada, prioritariamente, a formação profissional na faixa etária entre 14 e 18 anos incompletos.

Este recorte, meramente funcional, não permite que a Ong seja atuante como um espaço de produção de conhecimento e de formação de identidade geracional, implicando num rebaixamento de seu papel.

Desta forma, relaciono quatro aspectos que aponto como relevantes na síntese destas considerações elaboradas.

Não obstante o reconhecimento dos avanços à pesquisa sobre juventude no Brasil, ainda é observado que há muito que progredir neste campo de conhecimento em estudos brasileiros. Penso ainda que esta seja uma tarefa que não se pode furtar.

Quanto ao aspecto da contribuição proveniente de pesquisadores e acadêmicos sobre a análise dos novos desenhos institucionais e na perspectiva de surgimento de novos atores frente à execução de políticas públicas, há igualmente um bom caminho a percorrer.

A neutralização política, das forças políticas e sociais mobilizadas pelos jovens oriundas de diversas organizações (ongs, partidos, movimentos estudantis, movimentos ligados a cultura, entre outros), seria o desfecho mais indesejável nesta abordagem.

E, por fim, os questionamentos que provocam aqueles preocupados com a constituição de políticas públicas para a juventude que prezem pela sua qualificação, devem enfrentar o desafio que é fazer destas políticas públicas intervenções de desenvolvimento humano que superem uma feição, mínima que seja, assistencial ou paternalista.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. Freitas, Maria Virginia de; Papa, Fernanda de Carvalho (Orgs.) São Paulo, Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ABONG. **ONGs no Brasil: Perfil das Associadas à Abong, 2005**. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18561> Acesso em: 31 jul. 2008.

ABRAMO, Helena Wendel. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo, In. Retratos da Juventude Brasileira**. Abramo, Helena W. Branco, Pedro Paulo M. (Orgs.) São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5, p. 25-36, mai./ago, 1997. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf> Acesso em: 10 abr.2009.

ADORNO, Sérgio. A Socialização Incompleta: Os jovens delinquentes expulsos da escola, In. **Sociedade Civil e Educação**. Severino, Antonio J., et al, Campinas, São Paulo, Papirus, Cedes, Anped, 1992.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia de.; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sergio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez,1998.

BANGO, Júlio. Políticas de juventude na América Latina. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. Freitas, Maria Virginia de; Papa, Fernanda de Carvalho (Orgs.) São Paulo, Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert,2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Unesp, 1987.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas, In. **Retratos da Juventude Brasileira** (Orgs.) Abramo, Helena W. Branco, Pedro Paulo M. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRASIL. **Brasil criança urgente: A LEI 8.069/90**. São Paulo: Columbus, Rio de Janeiro, 1990.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>> Acesso em: 10 dez.2008.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRENNER, Ana Karina; LANNÊS, Patrícia; CARRANO, Paulo C. Rodrigues. **A Arena das Políticas Públicas de Juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/arena_politicas_publicas_juventude.pdf> Acesso em: 03 ago.2008.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs, 2ªEd.**, São Paulo, Brasiliense, 1995.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil**. 2004. 228f. Tese (Doutorado em Educação).Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DAGNINO, Evelina. (Org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra: UNICAMP/IFCH 2002.

DAYRREL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, Rio de Janeiro, 2003.

ESTEVES, Maria Cristina Durante. Protagonismo Juvenil na Percepção de Jovens em um Programa de Educação para o Trabalho na Cidade de Ribeirão Preto. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**, Recife, setembro de 2005. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/O%20PROTAGONISMO%20JUVENIL%20NA%20PERCEP%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20EM%20UM%20PROGRAMA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20PARA%20O%20TRABALHO%20NA%20CIDADE%20DE%20RIBEIR%C3%83O%20PRETO.pdf> Acesso em: 07 abr.2008.

GONH, M^a da Gloria Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3^aed., São Paulo: Cortez, 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In. **Retratos da Juventude Brasileira** (Orgs.) Abramo, Helena W. Branco, Pedro Paulo M. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. Trad. James F. Sunderland Cook. São Paulo Pearson Education do Brasil, 1999.

LANDIM, Leilah; DURÃO, Jorge E. Saavedra. **A Criação de Um Novo Marco Legal para o Terceiro Setor no Brasil**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:
<http://www2.abong.org.br/final/download/Landim_Durao.doc> Acesso em: 02 ago.2008.

LIONS CLUBS INTERNATIONAL. Disponível em:
<<http://www.lionsclubs.org/PO/index.php>> Acesso em; 20 set.2009.

LUDKE, Menga; MARLI, E. D. André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

PAGNEZ, Karina Soledad M. M. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Vol.14, nº 51. p. 249-260, abr./jun. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a07v1451.pdf>> . Acesso em: 02 jun.2008.

PATRULHA JUVENIL DE GARÇA. Disponível em:
<<http://www.patruhajuvenilgarca.com.br/>> Acesso em: 07 jan.2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA. **População e Domicílios- Censo 2000 com Divisão Territorial 2001**. Disponível em:
<http://www.prefgarca.sp.gov.br/html/modules/mastop_publish/?tac=Dados_do_IBGE> Acesso em: 07 jan.2009.

PEREIRA, Luis C. Bresser. **Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo; Ed. 34, Brasília, ENAP, 1998.

PEREIRA, Luís C. Bresser. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In: PEREIRA, Luis C. WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp, 1999.

PEREIRA, L. C. Bresser. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: PEREIRA (Orgs.) , L. C. B.; GRAU, Nuria C. **O Público e o não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

SANTOS, Tacilla da C. e S. Siqueira. As Diferentes Dimensões da Sustentabilidade em Uma Organização da Sociedade Civil: Uma Análise da Prática Social do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.61-76, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistascg.facc.ufrj.br/v2n25.pdf>> Acesso em: 20 ago.2009.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. Orgs: Freitas, Maria Virginia de; Papa, Fernanda de Carvalho, São Paulo, Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert, 2008.

SPOSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.1-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 09 abr.2008.

SPOSITO, Marília P.; SILVA, Hamilton H. de C.; SOUZA, Nilson A. de. Juventude e Poder Local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 1, nº 11, p. 238-371, mai./ago.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a04v11n32.pdf>> Acesso em: 09 abr.2008.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. ONGs: itinerários políticos e identitários. In: *Cultura y Neoliberalismo*. Grimson, Alejandro (org.), **CLACSO**, Buenos Aires, 2007. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_cult/Steil-Carvalho.pdf.> Acesso em 25 jul.2008.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In: **Sociedade e Estado em transformação**. (Orgs.). PEREIRA, Luis C. WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes São Paulo: Unesp, 1999.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923POR.pdf>> Acesso em: 20 jul.2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo (coord.). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.504 de 5 de agosto de 2005**. Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5504.HTM > Acesso em: 17 jan.2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial nº 150, de 18 de maio de 2007. Altera o disposto pela Portaria MP/MF nº- 217, de 31 de julho de 2006, que trata dos convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades privadas sem fins lucrativos**. Disponível em:
<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p03_07.htm> Acesso em: 17 jan.2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.970, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>
Acesso em: 17 jan.2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da CLT, e normatiza aspectos das relações de trabalho que envolve jovens de 14 até 18 anos de idade. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm> Acesso em: 17 jan.2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995**. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9249.htm> Acesso em: 24 jun.2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Trata-se do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 02 jun.2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=212528>> Acesso em: 02 jun.2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA. **Lei nº 3.785, de 31 de agosto de 2004**. Autoriza a celebração de convênio entre o município de Garça e a Patrulha Juvenil de Garça para utilização de serviços de adolescentes na condição de aprendizes. Disponível em:
<<http://www.cmgarca.sp.gov.br>> Acesso em: 23 jan.2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA. **Lei nº 3.793, de 28 de setembro de 2004**. Autoriza a celebração de convênio com a Patrulha Juvenil de Garça para implantação e coordenação do projeto “Casa Abrigo”. Disponível em: <<http://www.cmgarca.sp.gov.br>>
Acesso em: 23 jan.2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA. **Lei nº 4.313, de 22 de janeiro de 2009.** Altera a Lei Municipal nº 3.785/2004, incluindo as autarquias municipais para que também possam firmar convênio com a Patrulha Juvenil de Garça, para utilização de serviços de adolescentes na condição de aprendizes. Disponível em: <<http://www.cmgarca.sp.gov.br>> Acesso em: 23 jan.2009.